

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O CONHECIMENTO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS:  
AÇÃO PRÁTICA E AÇÃO TEÓRICA**

Dissertação elaborada por Alberto Dias  
Mendes como requisito parcial para obtenção  
do título de Mestre em Educação sob a  
orientação da Prof. Dra. Siomara Borba Leite.

Rio de Janeiro, 2003

FE  
TESE  
EDU  
131

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O CONHECIMENTO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS:  
AÇÃO PRÁTICA E AÇÃO TEÓRICA**

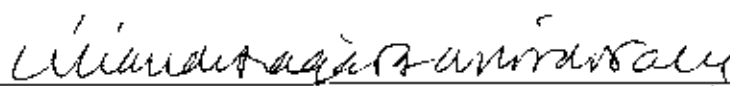
Dissertação elaborada por Alberto Dias Mendes e  
defendida em 28 de março de 2003.

Aprovada pela Banca Examinadora:

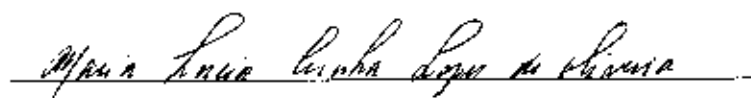
**Banca Examinadora**



Prof. Dra. Siomara Borba Leite  
Orientadora



Prof. Dra. Lilian de Aragão Basto do Valle



Prof. Dra. Maria Lucia Cunha Lopes de Oliveira

### ***Elogio do Revolucionário***

*Quando aumenta a repressão, muitos desanimam.  
Mas a coragem dele aumenta.  
Organiza sua luta pelo salário, pelo pão  
e pela conquista do poder.  
Interroga a propriedade:  
De onde vens?  
Pergunta a cada idêia:  
Serve a quem?  
Ali onde todos calam, ele fala  
E onde reina a opressão e se acusa o destino,  
ele cita os nomes.  
À mesa onde ele se senta  
se senta a insatisfação.  
A comida deixa mal e a sala se torna estreita.  
Aonde vai a revolta  
e de onde o expulsam  
Persiste a agitação.*

*Bertold Brecht (1898-1956)*

## ÍNDICE

ABSTRACT .....	5
RESUMO .....	6
INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO I	
A QUESTÃO DO CONHECIMENTO .....	11
CAPÍTULO II	
OS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	35
CAPÍTULO III	
A NATUREZA DO CONHECIMENTO NO MOVIMENTO SOCIAL DO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	69
CAPÍTULO IV	
A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTO SOCIAL E CONHECIMENTO .....	91
CONCLUSÃO .....	100
BIBLIOGRAFIA .....	105
APÊNDICE .....	110

## ABSTRACT

The present thesis examined the social movements, considering, specifically, its procedures of persuasion, the arguments expressed in documents used for the deliberation of actions, and bulletins produced by the social movements' press. The main objective was to investigate the nature of knowledge in social movements, highlighting its dimension of elaborated knowledge, as well as the social dimension of the scientific knowledge of the Real.

For this matter, in the first chapter we present a brief elaboration on the meaning of knowledge, particularly in modernity. In chapter two we discuss the social movements. The third chapter is dedicated to the demonstration of the knowledge elaborated in the social movements, through the analyses of its public documents. Finally, in the fourth chapter, we analyze the production of the social movements under the prism of what can be identified as knowledge.

## RESUMO

A presente dissertação procurou discutir os movimentos sociais a partir da produção do conhecimento. O eixo central da questão foi tentar encontrar a natureza do conhecimento nos movimentos sociais, mostrando que têm uma dimensão científica, assim como o conhecimento científico tem uma dimensão social.

Para tanto, apresentamos no primeiro capítulo uma pequena elaboração sobre o significado do conhecimento, principalmente na modernidade. No segundo capítulo, tratamos dos movimentos sociais. O terceiro capítulo esteve voltado para uma demonstração do conhecimento elaborado nos movimentos sociais, através de seus documentos públicos. No quarto capítulo, analisamos a produção dos movimentos sociais à luz do que identificamos como conhecimento.

## INTRODUÇÃO

A vida cotidiana, na sociedade atual, é marcada, dentre vários aspectos, pela presença dos movimentos sociais. A atuação “militante”, a participação concreta nestes movimentos mostra que a sua dinâmica de existência envolve ações de intervenção na sociedade, de forma geral e/ou específica, precedidas de um debate coletivo quanto aos rumos, estratégias e alternativas de ação.

Esses debates, no momento em que acontecem, são discursos político-ideológicos que, algumas vezes, trazem informações elaboradas no âmbito da investigação científica do real. Por sua vez, produzem documentos que fazem análise da realidade social, objetivam orientar a ação sobre o real e convencer e/ou conscientizar a sociedade de que seus objetivos são justos e necessários. O conteúdo desses debates, explicitado nos documentos publicados pelos movimentos sociais, foi o foco de nossa investigação.

Para tanto, partimos de uma realidade histórica determinada que pudesse corroborar nossa análise, tendo como referências as mudanças que deram origem à idéia de modernidade.

O mundo não esteve tomado por tantas transformações quanto no período entre os séculos XV e XIX. Ao longo desses cinco séculos, ocorreram grandes movimentos: mercantilismo, grandes empreendimentos marítimos em busca de novas terras, unificação dos Estados Nacionais, Renascimento, Reforma, entre outros, que representaram mudanças significativas na forma de pensar e agir do homem.

Desde a exploração de um Novo Mundo, por Colombo (Américas, em 1492), julgada impossível pelos acadêmicos da Universidade de Salamanca (Buarque, 1993:13), passando pelo Renascimento, Reforma, Contra-Reforma, Revolução Industrial e Revolução Francesa, que deram a esse momento da história uma importância peculiar, as sociedades, principalmente na Europa, foram invadidas por uma onda de rupturas em todos os níveis, que influenciaram o homem em sua visão de mundo, fazendo-o sentir-se pertencente ao mundo físico, concreto. Esta visão antropocêntrica de mundo alterou o papel do indivíduo na sociedade, imputando-lhe maior responsabilidade com as transformações ocorridas.

A certeza de que o ser humano era dotado de razão e consciência superou a concepção anterior do estado de natureza que tinha na figura divina católica – Deus – o senhor do universo e origem de todas as coisas. A nova visão de mundo afirmou a possibilidade de interferência humana sobre a realidade física, rompendo com antigos dogmas.

Esta possibilidade vai manifestar-se em dois níveis: no nível do conhecimento científico quando o homem domina racionalmente, ainda que sempre de forma provisória, a dinâmica do mundo físico, natural e social e, portanto, pode interferir nele e sobre ele; e no nível da ação social quando o homem, através da organização dos movimentos sociais, pode intervir coletivamente na realidade e acreditar na possibilidade de concretizar suas reivindicações sociais.

O conhecimento científico nasceu no século XVII, entendendo como científico aquele conhecimento produzido por um método de investigação que compreendesse alguns passos: observação, experimentação, comprovação, generalização, chegando à descoberta de leis científicas e a possibilidade de previsão. O conhecimento, assim elaborado, teria como um dos seus objetivos a produção de tecnologias que ajudariam o homem a controlar e alterar o real. O entendimento das leis de funcionamento do mundo físico e a produção de formas técnicas de intervenção no real foram tornados possíveis pela perspectiva antropocêntrica, onde o homem era o centro do universo, dotado de consciência e responsável pelas modificações na realidade

A relação de identidade entre sujeito e natureza, própria do pensamento primitivo, foi superada e o homem passou a se entender como separado do mundo físico: (...) “mundo natural como exterior, independente e objetivo em relação ao sujeito” (...) (Vaitsman, 1995:3). Este entendimento da existência de uma identidade humana é parte de todo um processo de compreensão que a humanidade passa a ter da sua condição humana: consciência, razão, interações simbólicas. Todo este movimento de apreensão racional do mundo e ação planejada sobre o mundo se traduziu, filosoficamente, em um projeto de autonomia humana frente à natureza e à sociedade. O mundo, nas suas dimensões físicas e sociais, seria domínio humano.



Quanto aos movimentos sociais, eles apareceram na primeira metade do século XIX (Scherer-Warren, 1987. In: Doimo, 1995:37), como forma de representação do movimento operário europeu, alternativa de ação e de intervenção na realidade, na perspectiva de uma sociedade que atendesse aos anseios de toda a população e, segundo Hobsbawm (1977), estavam ligados diretamente ao comunismo, naquele século. Atualmente, os procedimentos de intervenção compreendem não só tentativas concretas e objetivas de ação no real, bem como, a promoção de atividades de convencimento e busca de adesão – seminários, congressos e assembleias – e a produção de materiais – documentos públicos, panfletos.

O objetivo central da pesquisa intitulada *O conhecimento nos movimentos sociais: ação prática e ação teórica* foi examinar a presença de argumentos sustentados pelo conhecimento científico do real na ação política dos movimentos sociais sobre a realidade.

No sentido de fazer esta análise foi realizada uma pesquisa bibliográfica que permitiu destacar e examinar alguns pontos das discussões já elaboradas sobre o significado do conhecimento e o significado dos movimentos sociais, e, a partir de então, considerar a contribuição que o conhecimento sistematizado pode trazer para a ação dos movimentos sociais.

No primeiro capítulo procuramos tratar o conhecimento sob uma perspectiva filosófica e histórica de forma geral, pois não pretendíamos que fosse um trabalho filosófico. Optamos por iniciar com uma exposição sobre o significado do conhecimento, segundo o *Dicionário Filosófico* escrito por José Ferrater Mora. A seguir, destacamos três momentos relevantes de significação do que é o conhecimento: a Antiguidade Clássica, o confronto entre o pensamento contemplativo (abstrato) e o pensamento ativo (concreto, dinâmico), com o nascimento da *filo-sophia*, da *pólis* e da política; a Modernidade, o pensamento moderno que nasceu da ruptura com o pensamento clássico e medieval e teve, ainda, seu alicerce nas transformações ocorridas entre os séculos XVI e XIX; e o conhecimento como parte do processo de transformações sociais. Neste sentido, foram introduzidas algumas idéias do pensamento marxista, historicista e positivista, objetivando apresentar argumentos para uma dimensão do significado social do próprio conhecimento.

No segundo capítulo, a partir de um panorama histórico e de uma perspectiva geral, tratamos dos movimentos sociais, sua origem, organização, concepções, objetivos, participantes, forma como instituíram suas leis e mandamentos, propostas, métodos de trabalho, maneira de participar e agir sobre a realidade social.

Destacamos, no terceiro capítulo, os aspectos do discurso utilizado pelos movimentos sociais para atingir seus objetivos, os instrumentos que usaram como intermediários entre a proposta extraída pelo movimento e o despertar da consciência dos seus representados. Para analisar a ação dos movimentos sociais foram examinados três documentos, produzidos no âmbito dos movimentos rural e urbano, e, neste caso, especificamente, sindical, como referenciais de uma prática racional, cognitiva que tenta transmitir uma mensagem, capaz de atingir a consciência de quem a recebe, a fim de que as idéias e ações do movimento sejam legitimadas através da aprovação e adesão às propostas.

O quarto capítulo teve como ponto central o encontro do conhecimento elaborado pelos movimentos sociais com a produção científica do conhecimento do real. O objetivo deste encontro foi destacar a presença do conhecimento sistematizado nas elaborações teóricas e práticas dos movimentos sociais, bem como, salientar a dimensão social do conhecimento.

Em resumo, pretendemos, mediante a compreensão do que veio a ser o conhecimento, a partir do entendimento do que são os movimentos sociais e com a ênfase dada à possibilidade de mútua contribuição, tão somente argumentar a favor da necessidade de superação de uma certa idéia, que está presente nos discursos dos cientistas e dos militantes, ao afirmar a existência de um total desencontro destas duas dimensões da ação humana. Entendemos que, apesar de diferentes, estatutos próprios, procedimentos específicos, objetivos diversos, as ações de compreensão racional do mundo e representação abstrata do real e de intervenção social, na realidade, coexistem, cada uma no seu espaço, cada uma realizando a sua vocação, cada uma obedecendo seus procedimentos e as duas existindo em favor do homem.

## CAPÍTULO I

### A QUESTÃO DO CONHECIMENTO

Na busca incessante pelo conhecimento das razões de sua própria existência, a humanidade se deparou com diversos questionamentos: o que seria o conhecimento? Como ele se manifesta? Ele já “nasce” com a pessoa ou é construído no decorrer da vida? O saber adquirido com a experiência pode ser considerado conhecimento? Qual a origem do conhecimento: as idéias ou a experiência? O conhecimento está socialmente condicionado ou é meramente “científico”?

Estas e outras interrogações estiveram presentes em todo o trabalho, servindo de guia para que pudéssemos desenvolver uma idéia sobre um tema que, ao longo da história do pensamento ocidental, tem sido uma das questões centrais da reflexão filosófica. É certo que não respondemos a todas as perguntas formuladas. Muito menos, tivemos a pretensão de apresentar um trabalho de filosofia, mas, tão-somente, refletir, com base no pensamento de alguns autores, sobre a natureza do conhecimento para que pudéssemos reunir elementos que consubstanciassem a investigação sobre a produção do conhecimento pelos movimentos sociais.

Nesse primeiro capítulo, procuramos examinar, a partir de elementos fornecidos pelo pensamento filosófico e pelo conhecimento histórico, alguns aspectos sobre o significado do termo conhecimento. Inicialmente, tomamos como base a Antiguidade Clássica - a Grécia Antiga - por compreendermos que a sociedade moderna ocidental teve seu referencial filosófico no pensamento grego. Em seguida, estudamos a Modernidade, considerando alguns pontos da reflexão epistemológica de Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650) e John Locke (1632-1704), por julgarmos fundamentais para o entendimento do que veio a ser o conhecimento nessa época e, com isto, chegamos ao problema principal desta pesquisa, que é a natureza do conhecimento produzido pelos movimentos sociais e sua relação com o conhecimento científico. Ao final do capítulo, apresentamos o nascimento das Ciências Humanas no contexto do surgimento do capitalismo e da sociedade de classes, o que nos permitiu maior clareza sobre o lugar e o significado do conhecimento elaborado nos debates e nas estratégias promovidas pelo movimento social.

Dentre todas as questões presentes na discussão mais abrangente sobre o significado do conhecimento, a pesquisa aqui relatada focalizou, prioritariamente, os diferentes entendimentos da relação entre a representação do real (pensamento) e a realidade concreta (a sociedade), ou seja, enfatizou, prioritariamente, a possibilidade de a essência do real estar contida na sua representação teórica-conceitual.

Começamos pela conceituação do conhecimento que poderíamos também caracterizar *saber*: eu “sci”, portanto, eu “conheço”. Segundo o autor do *Dicionário Filosófico*, José Ferrater Mora (1979), conhecer envolveria a razão, ou melhor, o motivo, a causa pela qual se chegou ao conhecimento de alguma coisa.

Este mesmo autor acrescentou sobre o processo de conhecimento que existiria uma relação intrínseca entre sujeito e objeto, na qual para que o sujeito pudesse “aprender” o objeto seria preciso que este transcendesse ao próprio sujeito, ou seja, seria preciso que o objeto ficasse fora do sujeito, caso contrário “o sujeito se ‘aprenderia’ de algum modo a si mesmo” (Mora, 1979:539). Para Mora, o objeto se encontraria no sujeito no plano da representação e, sendo assim, ao representar o objeto tal como é, dir-se-ia possuir “um conhecimento verdadeiro”, ao passo que se não representasse tal como é, o sujeito teria “um conhecimento falso do objeto” (Idem: 539). Se considerássemos, então, que o real pudesse ser o objeto, desenvolveríamos a idéia de que uma representação enviesada da realidade recairia em um falso conhecimento dela, ao passo que uma representação fidedigna à realidade, acarretaria um conhecimento verdadeiro dela própria.

Destacamos, também, outros dois pontos relevantes sobre a questão do conhecimento, segundo José Ferrater Mora (1979): o fundamento e a forma. Para ele, o fundamento do conhecimento estaria ligado à sensibilidade (realidade sensível) ou às idéias (realidade inteligível), porém ambas fundadas na realidade, classificando essas correntes de pensamento em empiristas e racionalistas, respectivamente.

Quanto à forma do conhecimento, continuou Mora (1979), o que a definiria seria o objeto que se procura, relacionando-o à noção de causalidade, quer dizer, cada objeto teria uma causa para sua existência. Assim, ao relacionar o objeto à sua causa chegar-se-ia à noção de ciência (estudo das causas dos “fenômenos”), o que significaria dizer que, ao estudo das questões de conhecimento da Natureza, chamaríamos de Ciências Naturais, e ao

estudo sobre o homem e dos “objetos humanos” denominariamos Ciências Humanas (ou sociais).

Partindo dessa definição inicial, nossa investigação recorreu ao pensamento elaborado no período da Antiguidade Clássica – alicerce teórico do pensamento moderno – com vistas a destacar alguns elementos sobre o significado do termo conhecimento.

As cidades gregas viviam, como disse Pessanha (1983), constantemente, envolvidas em guerras, que objetivavam a ocupação de novas terras e o domínio dos povos mais fracos. Destacou-se, dentre as cidades da Grécia, Atenas que, em 508 a. C., através de uma revolta popular liderada por Clístenes, viu instaurada a *demo-cracia* (governo do povo, para o povo, pelo povo) na cidade. Nos anos seguintes à revolta, Atenas participou das guerras médicas contra os persas, derrotando-os e alcançando seu apogeu no governo de Péricles (460-30 a. C.), quando conquistou a condição de Cidade-Estado mais desenvolvida do mundo grego (Pessanha, 1983).

Paralelo ao império que construía externamente – continuou Pessanha (1983) – Atenas desenvolvia, no âmbito da sociedade grega, a democracia conquistada, passando o governo a ser exercido pelo povo, diretamente na Assembléia (EKKLESIA), onde eram decididos os destinos da *pólis* (cidade). Só participavam, porém, da Assembléia, os cidadãos – homens proprietários e sábios – e dessa condição estavam excluídos mulheres, estrangeiros e escravos. Por esses limites de participação nos destinos da cidade, Pessanha (1983) entende que a democracia ateniense era uma espécie de pequena oligarquia (governo de poucos), pois apenas uma pequena parcela da população poderia usufruir dos direitos de igualdade perante a lei e de falar na Assembléia.

Nessa forma de organização da sociedade grega, a linguagem verbal ocupava um lugar importante, pois era a única maneira de se comunicar. À medida que a retórica era a única forma de difundir os conhecimentos, o surgimento da *pólis* transformou a forma da disputa política em “um combate de argumentos cujo teatro é a *ágora*, praça pública, lugar de reunião antes de ser um mercado”(Vernant, 1994: 32).

No universo da *pólis* se deu a primeira grande transformação no pensamento humano, pois a retórica comedida precisou ser argumentativa, discursiva, fazendo do debate público e transparente o principal mecanismo de convencimento do adversário, que os gregos chamaram de *Pheitó* – força de persuasão (Vernant, 1994: 34). Se a palavra se

constituía como um instrumento político, o desenvolvimento da escrita facilitou a propagação de conhecimentos antes circunscritos a determinados locais e indivíduos. A escrita também serviu para estabelecer uma certa igualdade entre os homens, pois enquanto as leis eram ditadas pelos Sábios e Reis, cabia apenas a estes dirimir as dúvidas com relação à obediência das mesmas. De acordo com Vernant (1994), no momento em que essa legislação foi transformada em elementos escritos e todos passaram a conhecer suas regras, houve um despertar para a igualdade de tratamento entre os indivíduos, já que a lei era universal e deveria ser respeitada por todos que compunham aquela sociedade.

Dentro desse contexto, de erupção da democracia ateniense, quatro anos após o início da guerra do Peloponeso (entre Atenas e Esparta) e um ano depois da morte de Péricles, nasceu, em Atenas, um dos maiores pensadores da antiguidade: Platão.

Platão, de acordo com Pessanha (1983), foi discípulo de Sócrates e criticava a democracia ateniense. Para o autor, um dos motivos pelos quais Platão se decepcionou com a democracia em Atenas foi a condenação de Sócrates pela Assembléia. Platão o considerava “o mais sábio e mais justo” (Platão, 1983:126) dos homens, julgando sua condenação injusta e resultado de perseguição por facções políticas, chegando a questionar a existência, em Atenas, de algum partido que aceitasse um homem (como Sócrates) cujos princípios jamais fossem abandonados.

Desencantado com Atenas, afirmou Pessanha (1983), Platão viajou durante um ano por outros países e começou a escrever novas obras. Ao retornar a Atenas, fundou, em 387 a. C., a Academia, associado a um grupo que via no conhecimento algo vivo e dinâmico, rejeitando a filosofia doutrinária de coisas guardadas e retransmitidas.

Platão desenvolvia, naquela época, uma metodologia de estudo sobre a realidade inteligível a partir da matemática. Noções de grandeza e divisão poderiam ser percebidas nos diálogos de Platão como *Fédon*, *Sofista* e *Político*. Para ele, que se dedicava ao magistério, era preciso formular uma filosofia própria que pudesse dar conta do problema do conhecimento. Platão ora falava na *verdade* como objeto dos desejos do homem (1983: 67), ora dizia que na *sabedoria* se encontraria “aquilo por que em toda vida se mostraram apaixonados” (1983: 69), associando os dois termos numa mesma representação.

O discípulo de Sócrates defendia a doutrina das idéias como essência das coisas, propondo um raciocínio geométrico, no qual seria estabelecido sempre um início sendo

considerado verdadeiro o que estivesse em consonância com o parâmetro escolhido, e falso tudo aquilo que destoasse daquele princípio. Somente alcançaríamos a verdade após ultrapassarmos todo o campo do “possível”.

Argumentando que, para se chegar à causa de todas as coisas (saber original), era necessário afastar-se do corpo e da sociedade, Platão entendia que o universo sensível era incapaz de dar as respostas possíveis e aproximar o homem da verdade. A alma, segundo o filósofo, era o único estado de espírito capaz de encontrar plenamente o conhecimento, pois esta encontrava-se fora do corpo material e propunha que o exercício da filosofia era “libertar a alma e afastá-la do corpo” (1983:69).

As idéias difundidas na Antiguidade Clássica mantiveram-se arraigadas na sociedade e em um outro período da história do pensamento social, na Modernidade, a questão do conhecimento continuou a ser um dos temas centrais da reflexão filosófica, especificamente, o debate acerca da possibilidade de se chegar à verdade sobre o real na relação sujeito-objeto

A Modernidade é caracterizada, entre outros fatos, pelo Humanismo Renascentista (séc. XV), pela Reforma Protestante (séc. XVI) e pela Revolução Científica (séc. XVII) (Marcondes, 1997). No contexto da realidade social, junto a estas mudanças na forma de pensar (na mentalidade) alguns acontecimentos históricos merecem destaque: a descoberta do Novo Mundo (Américas em 1492), o Mercantilismo em contraposição ao Feudalismo sedentário, a formação dos Estados Nacionais (Espanha, Portugal, Países Baixos, Inglaterra e França) e o nascimento do capitalismo.

Mesmo que pudéssemos notar pequenas divergências com Marilena Chauí, que entendeu a Reforma como acontecimento dentro do Renascimento, compreendemos que os dois fatos podem ser estudados separadamente por apresentarem características próprias e relevantes. Segundo Chauí, o Renascimento foi um período de “transição para a modernidade ou a ruptura inicial face ao saber medieval que preparou o advento da filosofia moderna” (Chauí, 1987:62) e de grandes crises. Não obstante, o Renascimento como momento de ruptura com o passado antigo e medieval foi marcado pelo deslocamento da proposta de visão teocêntrica de mundo para a visão humanista, antropocêntrica, onde o homem passou a ser o centro do universo.

A Reforma Protestante representou a crise religiosa, pois surgiu desafiando o poder e a forma de pensar da Igreja Católica, religião oficial e ligada ao Estado. Tendo como principal expoente Martinho Lutero, a Reforma questionava “o privilégio de somente alguns poderem ler e interpretar os livros sagrados” (Chauí, 1987:67) e, principalmente, a autoridade do papa e sacerdotes, quebrando a “unidade da fé” e destruindo dogmas e crenças preestabelecidas. A Reforma alterou, definitivamente, o ciclo religioso, inaugurando uma nova visão sobre Deus que seria ensinada nas escolas abertas pelos protestantes para que cada pessoa pudesse aprender a ler e interpretar a Bíblia a seu próprio gosto. A Reforma também acabou influenciando na política com seus ideais de “desobediência civil face ao papado e aos reis e imperadores católicos” (Chauí, 1987:68).

Em resposta ao protestantismo de Lutero, a Contra-Reforma representou a ofensiva da Igreja Católica. A manifestação mais “alta e eficaz” foi a Companhia de Jesus que, na análise de Chauí, fez frente à escola protestante, reafirmou o direito divino dos reis e defendeu a monarquia absolutista. A punição imposta aos que não se submetiam a tais leis foi a Inquisição, chamada de “Santa”, mas que condenava os “hereges” como Giordano Bruno à fogueira, e como Galileu à censura.

De acordo com Chauí, foi “no interior desse contexto polêmico, frequentemente autoritário e violento, que se [desenvolveu] a filosofia moderna do século XVII” (1987:68). A autora, alertando que a cronologia era mera abstração, argumentou que a filosofia moderna criou campos de pensamento baseados na discussão do método científico e da razão.

No que concerne à Revolução Científica Moderna poderíamos dizer que começou a partir dos novos estudos de Nicolau Copérnico, cuja obra *Sobre a revolução dos orbes celestes* (1543) propôs uma nova concepção do Cosmo, na qual a Terra deixaria de ser o centro (geocentrismo pregado por Ptolomeu no séc. II) e passaria a ser mais um astro a girar em torno do sol (heliocentrismo). Ao comprovar a teoria de Copérnico com o uso de um telescópio e sugerir aos cardeais da Igreja Católica, contrários às suas idéias, que olhassem através dele, Galileu Galilei (1564-1642) ouviu dos ilustres religiosos que a observação humana era “imperfeita e limitada” (Marcondes, 1997:152). Mais tarde, em 1600, Giordano Bruno seria queimado na fogueira como herege e, em 1616, a Inquisição condenaria a obra de Copérnico.



Paralelo à reflexão filosófica, começava a se delinear um novo momento da história da humanidade que viu na ciência moderna a possibilidade de alcançar o conhecimento da verdade através da observação e experiência, como afirmou Marcondes: “A ciência moderna surge quando se torna mais importante salvar os fenômenos e quando a observação, a experimentação e a verificação de hipóteses tornam-se critérios decisivos, suplantando o argumento metafísico” (1997:150).

Ao investigarmos os referenciais epistemológicos da modernidade, como dissemos anteriormente, compreendemos relevante abordar os aspectos filosóficos das obras de Bacon, Descartes e Locke, pensadores que marcaram, com suas idéias, novas formas de se chegar ao conhecimento e à verdade, com estabelecimento do *método* como meio para atingir o objetivo.

A nova forma de apresentar os fenômenos científicos esteve fundada na filosofia de Francis Bacon, que defendeu a observação e a experiência como formas de se chegar ao conhecimento, desmontando a antiga filosofia através de um saber não *que vem do alto*, como defenderam os antigos, mas que estaria no plano terrestre e, portanto, na própria realidade.

O homem, ministro e intérprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza, não sabe nem pode mais.  
(Bacon, 2002:5)

O empirismo, sem dúvida, influenciou a descoberta de novas formas de *olhar* o mundo e, segundo Jeni Vaitsman (1995) foi Bacon quem inaugurou a concepção de ciência moderna, na qual a razão estava fortemente presente e “a separação radical entre sujeito e objeto é uma das marcas distintivas” (1995:3). Porém, crítico da matemática e da física, como afirmou Japiassu (1995), Bacon não conseguiu ir muito longe, esbarrando em seus próprios conceitos para defender suas idéias.

Bacon sustentou, em sua obra *Novum Organum*, que o homem deveria abstrair as noções e axiomas pré-definidos, pois somente assim, livre dos pré-conceitos, estaria apto a descobrir naturezas novas. Essa idéia seria utilizada mais tarde também por Émile Durkheim (1858-1917) e outros autores positivistas. Bacon, segundo Japiassu, ignorava a mecânica de Galileu e menosprezava a matemática e a física, contestando seus meios, mas aprovando seus fins (1995:40). Para Japiassu, ao mesmo tempo em que defendia a

experiência como meio eficaz para alcançar a verdade, Bacon associava o saber adquirido ao poder:

(...)só podemos quando sabemos. Mas só sabemos, verdadeiramente, quando conhecemos as causas. E só conhecemos e agimos quando observamos. Porque a sutileza da Natureza passa pela sutileza dos sentidos e do intelecto. Enfim, o verdadeiro caminho do conhecimento é o da experiência. (Japiassu, 1995:41)

Como vimos, o filósofo entendia que para “saber” de fato era preciso conhecer as causas dos fenômenos, pois se era certo que a sensação nos permitiria a noção de quente, frio, doce e amargo, não seria suficiente para explicar, por si só, a origem dos fenômenos, à medida que os sentidos deveriam atuar em conjunto com a inteligência humana.

Destacamos o caráter relevante para o fato de que os pensamentos de Bacon representaram inovações em sua época, rompimentos com o passado já obsoleto que precisava ser fertilizado, propondo a superação da lógica aristotélica pelo conhecimento da Natureza a partir da experiência, porém uma “experiência raciocinada, sábia e circunstanciada” (Japiassu, 1995:42), com ordem e método. Um método que apontasse para uma nova lógica, lógica não dedutiva, mas indutiva na qual o raciocínio caminhasse do particular para o universal:

Só há e só pode haver duas vias para a investigação e para a descoberta da verdade. Uma, que consiste no saltar-se das sensações e das coisas particulares aos axiomas mais gerais e, a seguir, descobrirem-se os axiomas intermediários a partir desses princípios e de sua inamovível verdade. Esta é a que ora se segue. A outra, que recolhe os axiomas dos dados dos sentidos e particulares, ascendendo contínua e gradualmente até alcançar, em último lugar, os princípios de máxima generalidade. Este é o verdadeiro caminho, porém ainda não instaurado. (Bacon, 2002:7)

O “profeta da ciência moderna”, como o chamou Japiassu (1995), propunha um método para chegar até a verdade que considerou indutivo, entendendo que partindo do específico para o geral seria o mais correto, coisa que ninguém ainda tinha tentado fazer, segundo o próprio Bacon. Essa maneira de construir o conhecimento a partir da indução, inversamente ao pensamento desenvolvido mais tarde por Descartes (dedutivo), poderia ser identificada também nas ciências sociais, onde a análise da sociedade levaria em conta os

acontecimentos locais para daí tirarem conclusões gerais, pela repetição do fenômeno. Isto foi visto com mais detalhes nos capítulos seguintes.

Ao mesmo tempo que entendeu a matemática e a física como finalísticas e defendeu uma ciência progressiva, segundo Japiassu (1995) Bacon propôs uma ciência voltada para experiências, necessitando, porém, de pesquisadores que se dedicassem a esses estudos, o que exigiria a formação de instituições como universidades e laboratórios para realização dessas pesquisas.

Bacon defendia a necessidade de estabelecer a dúvida, para melhor conhecer a Natureza. Ele afirmava que se o processo de conhecimento fosse iniciado pela certeza, chegar-se-ia à dúvida. Por outro lado, se o começo da investigação fosse pela dúvida, chegar-se-ia à certeza. Tal afirmação negaria o dogma aristotélico das coisas pré-concebidas. Para tanto, seu método previa que fizéssemos uma coleta dos fatos para uma posterior classificação deles e, ao final, a determinação da causa. A filosofia experimental baconiana apontava para hipóteses na determinação da causa que precisariam ser experimentadas para, só então, serem consideradas como verdade.

Para Japiassu (1995), Bacon incorreu em erros como os de não acreditar em alguns avanços científicos e astronômicos protagonizados por Nicolau Copérnico (1473-1543), Johannes Kepler (1571-1630) e Galileu Galilei. Por vezes, sugere uma descrença da teoria de rotação da Terra, manifestando ojeriza às hipóteses. Ele fez severas críticas aos filósofos que utilizavam seu saber para proveito próprio, por dinheiro ou por poder. Por outro lado, elogiava os que abriam escolas e ensinavam, gratuitamente e sem interesses particulares, a filosofia. As críticas a Bacon foram grandes e demasiado polêmicas, porém, mesmo assim, ele foi considerado como um dos “precursores” das novas bases em que se formou a ciência moderna e que apontaram para novos paradigmas teóricos.

Mas as teorias de Bacon não ficariam presas somente ao seu criador. Em fins do século XVI, precisamente em 1596, um ano antes de Bacon publicar seus *Ensaio*, nasceu, em La Haye, província francesa de Touraine, René Descartes, que viveu 54 anos dedicados aos estudos sobre a ciência e a metafísica.

De acordo com Leopoldo e Silva (1993), Descartes apontou, no início de seu *Discurso do método*, duas questões básicas que diziam respeito ao bom senso: (1) a identificação do verdadeiro e do falso e (2) a impossibilidade do bom senso se não for bem

aplicado, o que dependia da boa utilização da razão para que se pudesse conduzir, de fato, à verdade.

O filósofo, segundo Silva (1993), crítico das tradições medievais e da cultura até então existente, aproximava-se de Bacon em alguns aspectos e se distinguia em outros. Para ele, o resultado dos estudos realizados seria sempre a dúvida. Diferente de Bacon, para Descartes, a matemática era uma ciência firme e de raciocínios claros, porém utilizada até então apenas no âmbito da mecânica, precisando ser estendida para outros caminhos que pudessem levar ao conhecimento.

Segundo Silva (1993), a busca da verdade, em Descartes, dependia de dois fatores relevantes: a unidade da ciência e do método e a libertação do indivíduo das tradições e costumes antigos que influenciavam em seus pensamentos, numa aproximação com as idéias de Platão.

No que diz respeito especificamente ao método de investigação, em oposição a Bacon, Descartes propôs um método dedutivo, ou seja, “partir de conhecimentos universais para deduzir os particulares” (Silva, 1993:30), conservando o que havia de bom na matemática e na lógica, sem, no entanto, “conservar nenhum de seus defeitos” (Idem, 30).

De acordo com Silva (1993), Descartes via como fundamentais a *ordem* e a *medida* (oriundas da matemática) como fatores utilizados pela razão para construir um novo método e apontava para estas quatro regras, a saber, a *Clareza e a Distinção*, a *Análise*, a *Ordem* e a *Enumeração* (ou síntese). O pensamento de Descartes sugeria que, para encontrarmos a verdade, seria preciso olharmos a natureza e colhermos aquilo que para nós estivesse claro e distinto, sem fazermos qualquer juízo de valor ou pré-julgamento; depois deveríamos, conforme a tradição indicava, dividir o problema em partes distintas que pudessem então ser ordenadas das mais simples às mais complexas para, enfim, sintetizá-las com o objetivo de termos certeza de que tudo fora considerado.

Assim, aplicado o método de forma eficaz, poderíamos encontrar no sujeito a própria verdade e tudo o mais que não se fizesse reconhecido pela razão deveria ser colocado em dúvida, ou seja, “aquele que busca a verdade na evidência só pode aceitar o que aparece como claro e distinto usando única e exclusivamente a razão para determinar dessa forma o conhecimento” (Silva, 1993:32). Nesse sentido, Descartes propôs que tudo fosse colocado em dúvida, desde as evidências da matemática até os nossos sentidos e

percepções para que então se pudesse ter a eficácia do método e encontrar uma forma de vincular a clareza e a distinção das representações ao que houvesse fora do universo inteligível.

A filosofia de Descartes e Bacon favoreceu o aparecimento do ceticismo, pois ambos apresentaram a dúvida como premissa e questionaram todos os dogmas estabelecidos, abrindo uma crise no pensamento filosófico da época. Erasmo e Montaigne foram os maiores expoentes da corrente cética na Modernidade, mas Descartes respondeu aos céticos dizendo que a dúvida é a busca da certeza e da reconstrução do saber que é o chamado ponto fixo procurado pelos filósofos, pois “se o ponto de chegada da dúvida for um ponto fixo, ele será o ponto de partida do conhecimento” (Silva, 1993:44).

Um outro aspecto da filosofia cartesiana foi de encontro ao pensamento de Aristóteles sobre a física e o movimento. Afirmou Silva (1993) que, segundo o filósofo grego, uma substância para existir precisaria ter forma e matéria e era pelo “conhecimento da forma enquanto ato constitutivo da substância que podemos conhecer a essência e, de maneira geral, a estrutura essencial do universo” (Silva, 1993:46). Poderíamos entender que, no pensamento aristotélico-tomista, a natureza era compreendida através da essência de seus fenômenos e de seus movimentos e mudanças, sendo, para tanto, o nascimento a mudança mais relevante que poderia acontecer, sugerindo que a física pudesse ser entendida como a explicação dos movimentos pelas suas causas. Segundo Silva (1993), Aristóteles acrescentaria que alguns seres teriam dentro de si os princípios de seus próprios movimentos, ou seja, sua própria causa de existir, resultando disso que “ter em si o princípio de movimento é ter em si o princípio de vida” (Silva, 1993:47).

Para Silva (1993), Descartes foi um crítico contundente dessa visão aristotélica da física e apresentou uma separação entre substância pensante e substância extensa, na qual a substância pensante, o sujeito, seria o fundamento do conhecimento. Nesse sentido, Descartes retornou à questão da dúvida metódica como princípio da reconstrução de um “ponto fixo e seguro”, no qual o conhecimento estaria apoiado e a ciência poderia se segurar. Porém, era uma dúvida fundamentada, diferente dos céticos que ficavam paralisados nos limites da própria dúvida. Para Descartes “o limite da dúvida é o próprio pensamento” (Idem:51), o que o levou a várias constatações, dentre elas que, no ato de duvidar, haveria algo que se colocaria existente: o pensar. Ao exercitar o pensamento, o

homem estaria provando sua existência. como disse Leopoldo e Silva, ao explicar as idéias de Descartes:

(...)enquanto assim procedo, eu mesmo, enquanto pensamento, me afirmo como tal no próprio exercício da dúvida. Se a própria dúvida existe, então o pensamento, do qual a dúvida é uma modalidade, existe, e eu mesmo, que duvido, logo penso, existo, necessariamente, ao menos como ser pensante. (Silva, 1993:52)

O filósofo deixou os céticos sem saída, pois não poderiam negar sua frase correndo o risco de estarem negando a própria existência. Assim ele colocou o pensamento e a existência de tal forma associados que seria impossível desvinculá-los ou dissociá-los, ainda mais porque o pensamento passaria a ser considerado origem de tudo, pois qualquer manifestação dos sentidos poderia ser considerada como forma de pensar por estar no plano da existência. Além disso, propôs a seguinte certeza: "*penso, logo existo*" fazendo com que o pensamento fosse a única "exceção da dúvida universal" (Silva, 1993:54) e que o conhecimento de qualquer coisa ou sujeito passasse pelo pensamento que temos da coisa em si ou sujeito.

Descartes não ficou apenas na questão da dúvida, mas apresentou algumas questões para encontrar o ponto de partida como fundamento da origem das coisas, e o chamado "Eu pensante" poderia ser esse ponto de partida desde que apresentado como a primeira verdade. Ele quis precisar se as idéias existiriam vinculadas ao pensamento ou se seriam um produto que extrapola o pensamento, donde foi tirar o conceito de correspondência para explicar que as idéias deveriam ser demonstradas através de uma relação de causa e efeito e, como representação, a idéia se apresentava apenas como efeito, jamais causa. Dessa forma, Descartes defendeu que era preciso encontrar a causa das idéias e, por estarem dentro de nós, não poderíamos encontrá-la em nós mesmos, pois não poderíamos ser causa e efeito; além do mais, seríamos, pelo critério metódico da dúvida, dotados de finitude e, se possuíssemos a idéia de infinito, teríamos que saber qual a causa da idéia infinita. Ele então defendeu que o infinito está representado na idéia de Deus, como ser infinito e perfeito que nos criou como idéia finita, pois somente Deus pode ser causa da sua própria idéia e também causa das "idéias enquanto realidades objetivas finitas e do próprio ser pensante" (Silva, 1993:66).

As questões sobre o conhecimento, levantadas por Bacon e Descartes, constituíram-se como os pilares de uma nova ciência, a ciência moderna, e encontraram novas formulações no pensamento de John Locke (1632-1704). A filosofia de Locke aproximava-se do pensamento de Bacon e Descartes ao propor que toda idéia derivaria da *sensação* e da *reflexão*.

Para o autor de *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, seria impossível para o homem suprir o pensamento de idéias que não advenham da experiência, pois “todo nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento” (Locke, 1991). Percebemos uma grande similaridade com Bacon quando este disse que a experiência era o caminho para encontrarmos a verdade, como vimos anteriormente.

A *sensação*, para Locke (1991), seria a faculdade pela qual nossa mente retiraria dos objetos, através da observação e experimentação, suas características e as encaminharia às nossas mentes que acabariam por defini-las como colorido, doce, amargo etc. Locke (1991) compreendia que todas as nossas idéias dependiam de nossos sentidos das coisas externas. Porém, acrescentou que a mente também seria dotada de um sentido interno capaz de operar com as idéias advindas da experiência, como o fato de pensar, duvidar, crer e outros. A essa operação realizada pela mente e que operava no plano interno, Locke chamou de *reflexão*, quer dizer, “idéias que se dão ao luxo de serem tais apenas quando a mente reflete acerca de suas próprias operações” (Locke, 1991). De fato, a contribuição principal que tentamos extrair dos pensamentos de Locke, para nossa investigação, foi a idéia de reflexão como ato de pensar sobre as próprias idéias e refazê-las na mente de forma crítica e contínua.

Até aqui examinamos o processo de conhecimento científico do mundo natural. Através das experiências, sensações e observações realizadas, de forma sistematizada e metódica, pelo sujeito cognoscente, chegava-se a uma descrição e explicação da realidade física.

No século XVIII, no bojo das revoluções Industrial e Francesa e do processo de consolidação do capitalismo, surgiram as ciências humanas e sociais voltadas para o conhecimento científico do homem, suas ações, relações e sociedade, destacando-se a sociologia e a antropologia como disciplinas voltadas para o estudo dos fenômenos sociais e para o estudo do homem e de suas relações entre si. Elas nasceram tendo como modelo

epistemológico o padrão de conhecimento próprio das ciências voltadas para as questões do mundo físico. Não obstante, considerando o objeto a ser conhecido – o homem não mais “uma coisa” – novas posições epistemológicas se apresentaram no campo da discussão sobre a produção do conhecimento.

Essas novas posições epistemológicas compreenderam, de um lado, os defensores do modelo de conhecimento próprio das ciências naturais e, de outro lado, aqueles que sustentavam a especificidade do objeto e do sujeito do conhecimento nas ciências humanas e sociais, especificidade marcada pela condição de historicidade da humanidade. Neste sentido, passamos a apresentar três correntes de pensamento que se destacaram no estudo da “sociologia do conhecimento” de Michael Löwy: o positivismo, o historicismo e o marxismo.

Observamos que o debate sobre o conhecimento estava cada vez mais ligado à realidade social, na qual a estrutura feudal-absolutista se via filiada a uma doutrina arcaica de valores tradicionalistas e a uma Igreja (poder) da “Santa” Inquisição perseguidora e castradora de verdades, como disse Löwy:

O combate à ciência social livre de “paixões” é, portanto, inseparável da luta revolucionária dos Enciclopedistas e de toda a filosofia do Iluminismo contra os preconceitos, isto é, contra a ideologia tradicionalista (principalmente clerical) do Antigo Regime. (1994:20)

Não que somente no século XVIII viesse a despontar o entrosamento entre realidade social e filosofia, mas foi quando se tornou mais evidente essa relação, tanto pela ação da Reforma Protestante, que abriu uma crise religiosa nos dogmas católicos até então concebidos, como pelos processos de transformação econômica pelos quais passaram as sociedades européias de nascimento do capitalismo e ascensão da burguesia.

Para Löwy (1994), o positivismo constituiu-se, primeiramente, como uma doutrina crítica ao *ancien régime*, porém inauguraria, com Augusto Comte (1798-1857), “um sistema conceitual e axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida” (1994:22), ao mesmo tempo em que a burguesia deixava de ser uma classe revolucionária para estar associada ao poder.

O positivismo estaria fundamentado, segundo Löwy, em três premissas que estruturariam sua difusão e ação, que pontuamos a seguir:



1- A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural;

2- A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (...) e ser estudada pelos mesmos métodos (...) e processos empregados pelas ciências da natureza;

3- As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos. (1994:17)

Löwy, com isso, apresentou não só as premissas como também indicou os pontos básicos de divergências que surgiriam com as outras correntes de pensamento dentro das ciências sociais. Para ele, Comte, que pode ser considerado o fundador do positivismo, entendia que o método das ciências naturais poderia ser utilizado pela sociologia, a qual chamou de “física social”, por compreender que as mesmas leis que regem a natureza também poderiam orientar o estudo dos fenômenos sociais.

A economia política e a ciência política tiveram influência marcante no positivismo comtiano, como observou Löwy, ao afirmar que a riqueza e o poder eram naturalmente concedidos aos homens que deles fizessem jus, ou hereditariamente, que chamou também de “naturalismo positivista”.

Um ano após a morte de Comte, nasce Émile Durkheim (1858-1917) que foi considerado o pai da sociologia positivista. Para Löwy “a continuidade metodológica entre os dois é inegável” (1994:26), pois Durkheim além de não esconder que seus escritos derivavam de Comte, dizia ter uma “dívida” intelectual com o fundador da sociologia. A frase mais conhecida de Durkheim que é emblemática do pensamento do filósofo estaria nas primeiras linhas de sua obra *As regras do método sociológico*, onde afirmou que a primeira regra e a mais fundamental seria a de considerar os fatos sociais como coisas. Dessa maneira, ele enunciava que, de fato, eram as leis da natureza que deveriam reger o método das ciências sociais, pois ao considerar os “fatos sociais como coisas”, Durkheim entendeu que também são naturais e, portanto, como na natureza, segundo ele, só existiriam coisas, eles não seriam mais do que fatos naturais.

Löwy acrescentou que Durkheim fazia uma analogia entre a sociedade e o corpo humano, dizendo que aquela funcionaria da mesma maneira que este, ou seja, para ele, os conflitos sociais não passariam de uma mera disfunção do organismo. O sindicalismo

revolucionário do século XIX seria uma ameaça à sociedade, na qual a disputa entre as classes sociais seriam comparadas a “contrações dolorosas”, “uma espécie de estado mórbido do corpo humano” (Löwy, 1994:28). Para Durkheim, segundo Löwy (1994), não haveria como se pensar em internacionalismo com a ampliação de uma determinada classe social, pois não passaria de uma “confusão”, haja vista que assim como um órgão faz parte de um organismo humano, a classe faria parte da pátria e não poderia ser a própria pátria. Durkheim, de acordo com Löwy (1994), era considerado por alguns autores como conservador e por outros como liberal. Löwy defendia que haveria um “núcleo racional” no positivismo que seria a vontade de encontrar a verdade. Segundo ele, a investigação científica não poderia ser submetida a outros “fins mais importantes do que a verdade” (1994:33), sob pena de sua validade e seu conteúdo de conhecimento serem condenados.

Antes de passarmos à segunda teoria, a historicista, ainda no positivismo foi importante pontuar a questão da neutralidade axiológica pregada por Max Weber. Segundo Löwy (1994), Weber contraditoriamente entendia a importância dos valores na definição das questões, mas no que dizia respeito às respostas julgava que deveriam ser neutras, libertas de julgamentos de valor. Historicista na pergunta e positivista na resposta, Weber estava para Löwy correto em alguns aspectos como a dedução de julgamento de valor a partir de um julgamento de fato, ao mesmo tempo que defendia sua heterogeneidade. Michael Löwy (1994) apresentou uma ligação lógica entre valores e fatos, que, para ele, se manifestaria em dois sentidos:

- 1- *atividade científica e cognitiva* no domínio das ciências sociais. Isto é, tanto a *problemática* como a *pesquisa empírica* dos fatos e de sua causalidade, assim como sua *interpretação social* e histórica de conjunto. O conhecimento (ou a ignorância) dos fatos, da verdade objetiva, pode ter uma influência poderosa sobre as opções práticas, éticas, sociais ou políticas de certos grupos ou camadas sociais. Por exemplo: a crença em que o aumento do salário seja a causa principal da inflação pode ter um efeito paralisante sobre a atividade reivindicativa dos operários, sua atitude face às greves etc.
- 2- Os julgamentos de valor, os pontos de vista de classe, as ideologias, utopias e visões de mundo dos grupos sociais influenciam de forma decisiva – direta ou indireta, consciente ou não – o *conjunto da atividade científica e cognitiva* no domínio das ciências sociais. (Löwy, 1994:40-41)

O que Michael Löwy estava querendo indicar, principalmente na segunda proposição, era a contradição implícita na lógica weberiana. Quando se formulasse uma

questão já estaria determinada sua resposta, pois os valores são os mesmos utilizados tanto para pergunta como para a resposta, como o próprio autor questionou: “o tipo de resposta possível não é já largamente determinado pela própria formulação da questão?” (1994:41). Com isso, ele criticou a visão de Weber de neutralidade axiológica, acrescentando que, ao se formular uma questão, já se carrega uma ideologia e conceitos previamente determinados na medida em que, como exemplifica, as questões podem ser recusadas, argumentando-se falsidade ou “não-científica”, ou ideológica e completaria o autor: “sendo a realidade social uma totalidade dialética, a escolha do essencial não pode ser neutra” (1994:42), referindo-se à crítica da objetividade do conhecimento em Weber.

Uma outra corrente de pensamento da sociologia do conhecimento foi o historicismo que Michael Löwy apresentou como uma “reação conservadora” (1994:66) ao Iluminismo e à Revolução Francesa, ligado a setores como burguesia, clero (católico e protestante), alguns intelectuais, burocratas etc. O historicismo, segundo Löwy, teria duas vertentes, também históricas, que o caracterizaram como tal, que foram o conservadorismo (como já dito) e o relativismo, sendo que o primeiro apareceu na Europa em fins do século XVIII e início do século XIX e o segundo ao final do século XIX, com perspectivas um tanto quanto contrárias entre si.

O historicismo conservador, segundo o autor, estaria no plano do adesismo histórico, enraizado historicamente e defensor da manutenção de uma “continuidade secular” (1994:68) oposta à Revolução Francesa e ao Iluminismo, como já dissemos. A tradição, de acordo com essa corrente de pensamento, resultaria de um “crescimento histórico orgânico” e “o conservadorismo não era considerado uma atitude tendenciosa, um ‘julgamento de valor’, um ponto de vista axiológico particular, mas a manifestação da própria realidade histórica, a expressão direta do movimento histórico enquanto tal” (1994:68). Löwy queria dizer, com isso, que essa forma de conceber o conhecimento (ou ideologia, segundo ele) partia de um pressuposto próximo ao positivismo ao defender a imutabilidade dos fenômenos à medida que estariam condicionados historicamente e, nesse sentido – dizia ele – “não é o historiador que avalia, mas a própria história que é carregada de valores” (1994:68).

Ao historicismo conservador seguiu-se o relativista, como derivado do primeiro, pois, como fator histórico condicionado, o fenômeno estaria relativizado pela própria

história. Löwy, a propósito de escrever sobre o historicismo relativista, sempre desenhou seu horizonte epistemológico com o quadro conjuntural do momento em que evidenciam-se as idéias, como afirmou:

O desenvolvimento industrial gigantesco e acelerado da Alemanha, a unificação nacional do país no quadro de um Estado constitucional, a penetração da capital no conjunto das relações econômicas e sociais e o avanço de uma poderosa burguesia industrial e financeira aparecem mais e mais como fenômenos irreversíveis, que tornam anacrônica toda adesão às instituições, valores e formas de sociabilidade pré-capitalistas. Em nome da história, não se pode mais defender as leis feudais tradicionais, o direito local consuetudinário, as virtudes aristocráticas, já que a própria história os condenou a desaparecer (...). (Löwy, 1994:70)

O autor compreendia que, dessa maneira, o historicismo passou de conservador a relativista, pois estaria colocando no campo da relatividade todas as instituições sociais e os modos de pensar do homem moderno, mesmo que ainda mantivesse um tom conservador.

Porém, Löwy (1994) consideraria que estava em Karl Mannheim a maior contribuição acerca do relativismo histórico, pois este o transformou novamente, reafirmando que “não existe nenhuma afirmação sobre a história na qual não penetre a posição filosófico-histórica do sujeito observador” (1994:80). A partir de uma crítica ao marxismo, segundo Löwy (1994), Mannheim definiria *ideologia total* como um “conjunto de *estrutura de consciência* de uma classe ou categoria social, seu estilo de pensamento socialmente condicionado” (1994:81) (grifos do autor).

Löwy não hesitou em aceitar a crítica feita por Weber também quando propôs que o marxismo deveria aplicar-se a si mesmo, dizendo que não poderia uma corrente de pensamento, disposta a retirar as *máscaras* de outras tendências filosóficas, deixar de tirar a sua própria como parcial e ideológica.

Nesse capítulo sobre as influências de um pensamento ou de outro no seio da sociedade, Löwy abriria caminho para a perspectiva de que os pensamentos filosóficos seriam propagados por intelectuais que, para alguns autores estariam isentos de parcialidade e para outros representariam, necessariamente, uma posição social, uma classe social. Löwy e Mannheim, segundo o próprio Löwy (1994), convergiriam para a idéia de que alguns intelectuais achavam que estariam numa condição de “autonomia” em relação

às classes sociais e que “seu comportamento não pode ser mecanicamente explicado em função de sua origem de classe” (1994:89). Para ele, o intelectual flutuaria entre as posições de classe, podendo estar originalmente numa classe defendendo a outra, porém num estágio temporário, dependendo, para tanto, sua mudança, do conflito estabelecido entre as classes. Löwy referiu-se aos intelectuais como “ideólogos ou utópicos” de uma determinada classe. Em Gramsci (2000), essa categoria adquiriu quase a mesma definição, como ele mesmo apontou:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função social no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (...). (Gramsci, 2000:15)

Em nossa compreensão, as posições de Löwy (1994) aproximaram-se das de Gramsci, tanto do ponto de vista da acepção do sentido dado ao intelectual quanto da importância dele para a sociologia do conhecimento, por mais que esse último propusesse a exclusão, em sua obra, do caráter sociológico que deveria ser imputado ao debate, preferindo analisá-lo sob a ótica da “história da cultura” e da “história da ciência política”. De qualquer forma, o elemento historicista estaria presente, o que faz procedente a quase digressão efetuada.

Retornamos ao eixo central da investigação sobre o historicismo e apresentamos o resumo de Löwy sobre essa corrente de pensamento (ideológica ou filosófica), em três linhas gerais, que foram:

- 1- Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e *não pode ser compreendido senão através de e na sua historicidade*;
- 2- Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam;
- 3- Não somente o *objeto* da pesquisa está imersa no fluxo da história, mas também o *sujeito*, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu *ponto de vista*. (Löwy, 1994:65-66) (grifos do autor)

Quanto à terceira corrente, o marxismo, Löwy (1994) afirmou que ela foi “a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento” (1994:99) e denunciou que alguns economistas e cientistas sociais deveriam ser desmascarados por pretenderem um discurso pretensiosamente “neutro e objetivo”

(1994:99). O marxismo, para ele, no entanto, precisaria também ser relativizado e deveria dispor-se a compreender a si mesmo.

O marxismo foi apresentado por Löwy (1994) da seguinte forma: a) estabelecendo-se a premissa da ideologia como corte epistemológico entre as demais correntes e os novos pensadores, e b) as diferentes matizes que interpretavam o marxismo e faziam dele sua ferramenta de ação política, ideológica ou filosófica. Os dois campos nos interessaram para uma composição de idéias nos próximos capítulos de nosso trabalho.

No tocante à ideologia, Löwy (1994) compreendeu que havia uma diferença entre os primeiros escritos de Karl Marx e suas idéias num período de maturidade política. No primeiro, Marx entenderia a ideologia num plano “metafísico” ligado a especulações e posições idealistas, enquanto que, no momento posterior, o filósofo defenderia que ideologia tem um significado mais amplo, articulado com os conflitos entre as classes sociais e presente em todos os campos da sociedade: jurídico, religioso, artístico, filosófico.

Segundo Löwy (1994), o pensamento de Marx sobre ideologia estaria melhor apresentado no *18 Brumário de Luis Bonaparte* e poderia ser resumido nos seguintes pontos:

- 1- É a classe que cria e forma as visões de mundo (“superestruturas”), mas estas são sistematizadas e desenvolvidas por seus “representantes políticos e literários”, isto é, seus ideólogos (ou utopistas). A visão social de mundo (ideológica ou utópica) com seus diversos componentes corresponde não somente aos interesses materiais de classe mas também à sua *situação social* (...);
- 2- Os intelectuais são relativamente autônomos com relação à classe. (...) Sua “situação pessoal” não deve ser de todo necessariamente a mesma que aquela da classe que ele representa. O que os faz representantes desta classe é a ideologia (ou utopia) que eles produzem;
- 3- O que define uma ideologia (ou utopia) não é esta ou aquela idéia isolada, tomada em si própria, este ou aquele conteúdo doutrinário, mas uma certa “forma de pensar”, uma certa *problemática*, um certo *horizonte* intelectual. (...) (Löwy, 1994:101) (grifos do autor)

Nota-se o aparecimento, novamente, de conceitos de intelectuais como representantes de determinada posição social de uma classe, sem que estes façam parte, necessariamente, dessa mesma classe. Um outro aspecto da filosofia marxista abordada por Löwy (1994) é o de ideologia como visão social de mundo, ou seja, o conhecimento social

da realidade poderia, em certo sentido, ser compreendido como um pensamento ideológico. Além disso, continuou Löwy (1994), Marx chamou os economistas clássicos de “representantes científicos da classe burguesa”, enquanto os socialistas e comunistas seriam os “representantes da classe proletária” (1994:112).

O segundo item apresentado anteriormente dizia respeito às diferentes tendências marxistas que procuraram reproduzir o pensamento de Marx, cada um com uma especificidade. Assim, teríamos uma corrente identificada com a linha marxista-positivista, pois reivindicava Comte e Spencer, dentre outros, e fazia uma crítica positivista aos escritos de Marx na Segunda Internacional, da qual se distanciaram Lenin e Rosa Luxemburgo, segundo Löwy (1994); uma outra era de cunho marxista historicista, onde destacamos Lukács e Gramsci, que procurava justificar sua posição com argumentos históricos; a terceira corrente iniciou com a crítica aos (des)caminhos do racionalismo pela Escola de Frankfurt, cujo referencial teórico foi Lukács, com destaque para sua obra *História e Consciência de Classe*; uma última tendência apontada por Löwy (1994) foi o estalinismo que, segundo ele, sucumbiu a uma burocracia estatal e produziu uma *ocultação ideológica*.

Sobre essa última corrente, entendemos por bem acrescentar que, segundo Löwy, o estalinismo procurou dar ao marxismo uma roupagem, um axioma de científico-natural, ou seja, da mesma forma que o positivismo pregava uma neutralidade científica para as ciências sociais, o estalinismo tentava ideologizar, politizar as ciências naturais. Esse debate ocorrera no início do século XX e foi intensificado com a Guerra Fria, onde a polarização mundial entre URSS e Estados Unidos alimentou a corrida armamentista e o desenvolvimento industrial-tecnológico, transformando muitos laboratórios científicos em instrumentos políticos das duas grandes potências mundiais.

Ainda na análise de Michael Löwy (1994) sobre a sociologia do conhecimento, perceberemos a necessidade de relativizarmos as idéias dos autores citados anteriormente sem que, com isso, abandonássemos nossas próprias concepções ou simpatias por algum em particular. No entanto, a contribuição que cada um ofereceu sobre a investigação científica e a dimensão social do conhecimento os colocam como complementares em alguns aspectos e contraditórios em outros. Assim, concluiu Löwy sobre o método das ciências sociais, dentre outros elementos:

a- Os problemas sociais são o palco de objetivos antagônicos das diferentes classes e grupos sociais. Cada classe considera e interpreta o passado e o presente, as relações de produção e as instituições políticas, os conflitos sócio-econômicos e as crises culturais em função de sua experiência, de sua vivência, de sua situação social, de seus interesses, aspirações, temores e desejos.

b- O conhecimento da verdade pode ter conseqüências profundas (diretas ou indiretas) sobre o comportamento das classes sociais, sobre a sua relação de força, e, portanto, sobre o resultado de seus confrontos. Revelar ou ocultar a realidade objetiva é uma arma poderosa no campo da luta de classes. (Löwy, 1994:202)

Não obstante, ainda há diferenças entre autores contemporâneos sobre a possibilidade de uma sociologia do conhecimento, ou seja, de estudos das implicações sociais sobre o conhecimento científico, como salientou Alan Chalmers ao afirmar que os sociólogos tradicionais e radicais ainda “estão divididos na questão de estar ou não o conteúdo cognitivo de nossa melhor ciência sujeito a uma explicação social” (1994:112). O autor da obra *A fabricação da ciência* citou Mulkay para estabelecer os paradigmas dessa teoria, que apresentava duas formulações diferentes. A primeira, segundo ele, tradicional, de que “a ciência pode estabelecer verdades sobre o mundo natural na forma de leis universais da natureza” (1994:113), sendo que essas leis estariam livres de “preconceitos” e seriam extraídas de uma observação criteriosa. E continuaria dessa forma a expor as idéias tradicionais de conhecimento: “Os critérios pelos quais as exigências de conhecimento devem ser analisadas são universais e a-históricos. As conclusões são determinadas pelo mundo físico e não pelo mundo social.” (1994:113).

Por outro lado, de acordo com Chalmers (1994:113), a rejeição ao tradicionalismo passaria por insistir que “não se pode demonstrar que o mundo físico é regido por leis universais e que os argumentos normalmente apresentados para isso são circulares”. Chalmers afirmou que Mulkay apresentou uma defesa contrária à tese tradicional, dizendo que “os critérios para analisar os méritos das teorias não são universais, mas se baseiam no contexto e estão sujeitos à mudança” (1994:113), e acrescentou que “na medida em que esses critérios forem produtos sociais, as conclusões da ciência não serão simplesmente determinadas pela natureza do mundo físico” (1994:113).

O estudo feito sobre cada autor objetivou apresentar, mesmo que superficialmente, como ocorreu na Modernidade o rompimento com as tradições do passado e como o



conhecimento se tornou o objeto da filosofia moderna, tendo na razão seu principal fundamento, como afirmou Marilena Chauí: “A filosofia é independente e não se submete a nenhuma autoridade que não seja a própria razão como faculdade plena de conhecimento” (1987:79-80). Além do nascimento da razão, a modernidade também apontou para uma nova ciência, a partir do conhecimento empírico, da experiência e da observação.

Porém, esse conhecimento científico foi logo colocado em debate no século XIX, com o nascimento das ciências sociais, que pregavam uma análise científica da realidade social, com destaques para pensadores como Durkheim, Weber, Comte, Marx, dentre outros, que formularam teorias sobre o mundo a partir de diferentes perspectivas. Segundo Claude Chrézien, “o conhecimento científico é epistemologicamente determinado pelas intenções sociais, pelos critérios da verdade e do erro (...)” (1994:88). Ratificando sua posição sobre a ciência como obra humana, eminentemente social, Chrézien completa:

A ciência é uma atividade social, um programa coletivo de conquista da verdade, e é isto mesmo que a distingue de qualquer outra forma de conhecimento. Émile Durkheim esboçou assim as grandes linhas de uma sociologia da ciência, mostrando que esta última é obra do pensamento coletivo. A verdade não se oferece ao gênio individual, mas cede à “colaboração de uma pluralidade de espíritos, a uma colaboração que prossegue mesmo durante a seqüência das gerações”, e as categorias lógicas são elas próprias moldadas por toda uma tradição social. (Chrézien, 1994:104-105)

Pudemos observar, então, que a modernidade (enfoque principal desse capítulo) apresentou, dentre outras características, dois aspectos fundamentais: o renascimento da razão e o aparecimento da sociedade de classes. O renascimento da razão possibilitou o nascimento da ciência moderna que, ao permitir ao homem dominar a natureza e também usá-la em seu favor, fez nascer, também, uma ideologia científicista, ou seja, a crença na ciência como a única alternativa para a emancipação do homem. O aparecimento da sociedade de classes possibilitou, por sua vez, o surgimento dos Movimentos Sociais que, ao permitirem ao homem enfrentar as relações de dominação e também usá-los em seu favor, fez nascer, também, uma prática social, ou seja, uma ação social que se apresentava como alternativa para o homem enfrentar a dominação e alcançar a liberdade.

De posse da razão, o homem pôde pretender ao conhecimento científico como condição para o enfrentamento da dominação divina, possibilidade de superação do medo.

das superstições, do desconhecido. A sociedade de classes criou os movimentos sociais como condição para que o homem enfrentasse a dominação humana, como possibilidade de superação do medo, da exploração, da dominação. Frente ao mundo a partir da modernidade, o homem encontrou dois caminhos: o caminho da ciência, do conhecimento científico, da razão e o caminho do movimento social, do embate de forças, do enfrentamento da opressão. Os dois caminhos significariam a possibilidade de superação da resignação e do alcance da autonomia humana, permitindo que o homem deliberasse sobre seu próprio futuro.

## CAPÍTULO II

### OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os Movimentos Sociais foram estudados por diversos autores sob os mais variados pontos de vista e em momentos históricos diferenciados. Alguns autores os definiram como categorias enquanto outros os conceituaram levando em consideração a intervenção que exerceriam na sociedade com seu poder de modificação de relações e costumes enraizados. Nossa intenção, nesse capítulo, foi apresentar os movimentos sociais a fim de desenharmos um horizonte conceitual que permitisse a compreensão de sua origem, organização e formas de intervenção na realidade. Para isso, utilizamos como referenciais teóricos as obras de Maria da Glória Gohn e Ana Maria Doimo, aproveitando as elaborações das autoras para problematizar a questão dos movimentos sociais e, ao final desse capítulo, estabelecemos uma metodologia que procurou mostrar a atuação dos movimentos sociais em períodos históricos diferenciados a fim de que percebêssemos a influência da conjuntura no *modus operandi* dos movimentos.

Falar de movimentos sociais envolveu conceitos como os de classe social, Estado, sociedade civil, forças produtivas, intelectual orgânico, marxismo, positivismo, ONGs, subjetividade, partido político, ideologia, consciência, sujeito coletivo etc. Poderíamos escrever páginas de assuntos com os quais os movimentos sociais têm relação direta ou indireta. No entanto, para dar objetividade à investigação com densidade no conteúdo e logarmos êxito, não nos detivemos em explicar cada conceito. Ao longo do trabalho, esses conceitos estiveram implícitos ou explícitos nas formulações acerca do tema tratado.

Julgamos importante fazer uma preliminar para afastar o que, em nosso entendimento, constituir-se-ia um equívoco que seria o fato de tratar todo “movimento” como Movimento Social. A expressão Movimento Social só faz sentido se usado dessa forma extensa, unindo os dois termos: movimento e social, como disse Maria da Glória Gohn: “É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe” (1997:246). Gohn (1997) chamou atenção para o rigor na utilização dos termos e usou como exemplo uma determinada situação na qual as pessoas diziam “começou um movimento na Câmara para aprovação do projeto...”. Talvez o que se estivesse querendo

dizer era que algumas pessoas começaram a se movimentar, no sentido literal da expressão, como mexer-se, para conversar umas com as outras para atingir um determinado objetivo. Porém, para Gohn (1997), o correto seria usar a expressão *lobby* e não movimento, pois para ela a movimentação parlamentar com objetivo de convencimento para votar determinado projeto teria sua denominação específica, exigindo, com isso, rigor conceitual no uso de determinadas expressões.

Fizemos, pois, uma pequena observação dos termos da expressão Movimento Social, separadamente. Do ponto de vista histórico e científico, como vimos no capítulo anterior, movimento tinha um certo significado, era palavra utilizada de forma expressiva pelos astrônomos, físicos e personalidades do Iluminismo, como Nicolau Copérnico que, com seu tratado *Sobre a revolução dos orbes celestes*, concluía, através de cálculos matemáticos, uma nova organização do cosmo, propondo o Sol como o centro do universo e a Terra girando ao seu redor. Mais adiante, Galileu e Kepler reafirmariam a teoria de Copérnico e acrescentariam novas descobertas que significaram “perceber o mundo em constante movimento” (Aquino, 1983:90), o que influenciou definitivamente no pensamento moderno, pois se tudo estava em movimento, também a vida poderia estar em constante transformação, não dependendo da “vontade divina”. Já na doutrina marxista, a palavra movimento tomaria o teor da dialética materialista, quando, segundo Lenin, Friedrich Engels, no *Anti-Dühring* afirmaria que “o movimento é o modo de existência da matéria (...) Matéria sem movimento é impensável do mesmo modo que movimento sem matéria” (Lenin, 1987. 5).

A palavra social, também teria um significado próprio, pois remeteria à idéia de sociedade, vida em comum, coletividade e, enquanto tal, seria alguma coisa não individualizada (isolada).

Movimento Social viria exprimir, assim, a confluência dos dois termos, numa formulação que foi utilizada, inicialmente, para se referir ao movimento operário europeu no século XIX (Doimo, 1995). Muito resumidamente, o termo remeteria à noção de um grupo de indivíduos vivendo em sociedade que se unem em virtude de determinada

demanda, saindo do estado de repouso, ou seja, alterando o seu estado de anterior acomodação<sup>1</sup>

Porém seria muito simplista parar por aqui. Precisávamos ir a fundo na investigação, porque compreendemos que não haveria como explicar as origens do movimento social sem considerar o contexto histórico no qual nasceu e as demandas que motivaram sua existência. Nesse sentido, optamos pela realização de um relato histórico que pudesse contribuir com a investigação proposta, apresentando elementos relevantes sobre os movimentos sociais. Na medida em que os autores estudados revelaram a Europa como o berço dos movimentos sociais e propulsora de novas filosofias, tomamos o Antigo Continente como referência para nossa pesquisa, conferindo maior atenção aos dois acontecimentos que alteraram, significativamente, a história do mundo moderno: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Ambas contemporâneas do século XVIII, as duas revoluções exerceram influência decisiva nas formas de organização da época, tanto do ponto de vista econômico como do político e do ideológico, conforme observou Erick Hobsbawm (1977).

A Europa foi o continente para onde confluíram todas as atenções durante um longo período. A história mundial, com seus principais acontecimentos, sempre foi contada levando em consideração, na maioria das vezes, os fatos que marcaram o desenvolvimento do continente europeu. Não seria por menos, pois a Europa acumulou, durante os séculos XV ao XIX, poder político, bélico e econômico. Primeiro com Portugal e Espanha, Estados absolutistas que invadiram a América e comercializavam com a Ásia (alimentando o comércio das especiarias) e com a África (lucrando com o tráfico de escravos). Mais tarde, essas duas nações perderam seu poderio, cedendo lugar para França e Inglaterra desenvolverem seus meios de produção, substituindo a economia feudal pela capitalista com maior rapidez e eficácia, ao mesmo tempo em que despediam o rei do poder central. A Revolução Francesa, particularmente, marcou o fim da monarquia absolutista.

O predomínio da Europa era tão evidente que, segundo Erick Hobsbawm, ela poderia ser dividida em três grandes zonas: 1- a oeste, as colônias além-mar, que eram as Américas; 2- a leste, países como Itália, Tchecoslováquia, Suécia, que ainda possuíam

---

<sup>1</sup> Acomodação está utilizada no sentido de aceitação das normas ou estado de coisas previamente determinados.

camponeses com uma relativa “liberdade” por terem propriedade; e 3- a região do Mar Báltico, envolvendo parte da Rússia. Em todos esses lugares, a questão agrária se colocava como problema fundamental porque era do campo que vinham as riquezas das cidades, e no campo estavam colocadas as primeiras relações de produção “entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam, os que produziam sua riqueza e os que a acumulavam” (Hobsbawm, 1977.29).

Como afirmamos anteriormente, dentre vários acontecimentos no continente europeu, destacamos dois que precederam o século XIX pela sua notoriedade na organização das sociedades modernas, quais sejam a Revolução Industrial (1780-1790) e a Revolução Francesa (1789-1793). Segundo Hobsbawm (1977), esta última foi responsável por transformações políticas e ideológicas, sendo considerada, ainda, como matriarca do liberalismo moderno, enquanto a primeira foi precursora de mudanças profundas na economia mundial, desenvolvendo a indústria, o mercado, a formação de excedente e o acúmulo de capital.

Ao analisarmos, em primeiro lugar, a Revolução Industrial inglesa, pudemos observar que, de acordo com Hobsbawm (1977), a Inglaterra não comportou muitos inventos e não estava tão avançada nas áreas tecnológica ou científica, porém já desenvolvia uma economia voltada para o lucro e para a acumulação de capital. De acordo com Hobsbawm (1977), a agricultura, principal fonte de recursos, estava preparada para dar a Grã-Bretanha os mecanismos necessários para um capitalismo industrial, aumentando a produção para alimentar a população, fornecendo mão-de-obra excedente e permitindo mecanismos de acumulação para investimentos. O principal produto, o algodão, movimentou a economia britânica e transformou o país em grande potência industrial, sendo a produção de algodão a que primeiro incentivou a industrialização e empurrou os já conhecidos empresários para a revolução, pois desenvolveu, dentre outros fatores, condições propícias como o fato de empregar, nessa época, um milhão e meio de pessoas (Idem, 1977). Os passos largos para a industrialização levaram ao aparecimento da ferrovia, como possibilidade de escoamento da produção de aço e ferro, componentes principais para a acumulação de capital à medida que a indústria algodoeira era, gradativamente, substituída pela de bens-de-capital

As décadas de 1780 a 1830 foram favoráveis ao capitalismo, pois a partir de 1840 a economia britânica começou a apresentar sua primeira crise, sob os reflexos da Revolução Francesa, com baixo crescimento, causando o que Hobsbawm (1977) chamou de ‘revolução social’. Ainda segundo o historiador, a primeira crise capitalista gerou sérias conseqüências sociais como “miséria e descontentamento”, fazendo eclodir “levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades” (1977:55). A situação que facilitava a vida dos ricos e deteriorava a dos pobres, segundo Hobsbawm, encontrava, cada vez mais, maiores dificuldades de retomar seu rumo e a própria burguesia, para não perder seus poderes econômicos, procurava se unir ao proletariado “nos movimentos de massa do ‘radicalismo’, da ‘democracia’ e da ‘república’” (1977:56) (grifos do autor).

Se a Revolução Industrial abriu as portas para um capitalismo incipiente, a Revolução Francesa representou a esperança de liberdade de camponeses e trabalhadores da cidade, sendo considerada por Hobsbawm como “uma revolução *social* (grifo do autor) de massa” (1977:72) que teve repercussões no mundo inteiro, “pois ela forneceu o padrão para todos os movimentos revolucionários subseqüentes, suas lições (...) tendo sido incorporadas ao socialismo e ao comunismo modernos” (Hobsbawm, 1977: 73). A Europa vivia um momento de grande convulsão e o antigo regime já não correspondia às expectativas de uma burguesia industrial crescente em busca de liberdade e acumulação de capital. A França se constituiu como um país propício para o maior levante político e ideológico do mundo moderno, repercutindo, inclusive, nos processos de independência das colônias na América Latina no século XIX. Não era um país economicamente promissor como a Inglaterra, que tinha uma política externa voltada para a expansão capitalista, mas apresentava condições para transformações internas radicais como um comércio externo crescente e uma monarquia absolutista mais poderosa de seu tempo. Segundo Hobsbawm (1997), o agravamento da crise na França se deu pelo seu envolvimento na guerra de independência americana contra a Inglaterra, que lhe rendeu a vitória, porém deixou o país completamente falido economicamente.

Uma união entre proletários, camponeses, burguesia, enfim o conhecido Terceiro Estado, foi responsável pelo maior levante ocorrido na França, logrando êxito também contra a tentativa de contra-revolução de setores ligados à monarquia que tentavam

restaurar o antigo Estado. Essa tentativa fortaleceu o poder dos revolucionários, pois tinham com eles os trabalhadores pobres e o campesinato. De acordo com Hobsbawm (1977:79), “o resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha (14 de julho de 1789)”, que resultou na derrota do despotismo e abriu caminho, no mundo inteiro, para o processo de libertação dos povos.

Como podemos observar, esses dois fatos históricos marcantes não poderiam ser entendidos separadamente, pois fizeram parte de um processo que culminou com as revoluções no século XVIII, mas não tiveram um fim certo. Não obstante, as duas revoluções que agitaram a Europa precederam ao nascimento dos movimentos sociais, estes como manifestação da insatisfação de uma parcela da população com as políticas desenvolvidas pelo Estado absolutista.

Foi nesse contexto histórico de crises e revoluções que surgiram as primeiras definições sobre Movimentos Sociais, como disse o autor de *A Era das Revoluções*: “só a partir da década de 1840 é que o proletariado, rebento da revolução industrial, e o comunismo, que se achava agora ligado aos seus movimentos sociais – o espectro do Manifesto Comunista –, abriram caminho pelo continente” (Hobsbawm, 1977: 44).

Percebemos, com isso, que os movimentos sociais nasceram no lastro da onda comunista que se propagou pela Europa do século XIX. Naquela época, eram comuns movimentos operários despontarem, combinando o legado crítico ao despotismo, sepultado com a Queda da Bastilha (1789), e a crítica à unidade divina em torno do Rei.

Em recente estudo sobre os movimentos sociais, a professora Ana Maria Doimo (1995) confirmou que o nascimento dos movimentos sociais estava ligado às lutas dos trabalhadores na Europa de 1840. Para ela, os movimentos sociais podem ser considerados como uma categoria social, vivem um processo de transformação que acompanha as transições das sociedades capitalistas e representam uma resposta dos trabalhadores que precisam se manter organizados frente a um sistema que se apresenta com novas formas de exploração. Os movimentos passariam a esta ligados a partidos políticos e teriam uma relação com a corrente marxista, como escreveu Doimo:

Criada por volta de 1840 para designar o surgimento do movimento operário europeu (Scherer-Warren, 1987), posteriormente desenvolvida no âmbito do marxismo para representar a organização racional da classe trabalhadora em



sindicatos e partidos empenhados na transformação das relações capitalistas de produção, essa categoria adquiriu, bem antes da crise do socialismo real e da queda do muro de Berlim, a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que, agora, organizadas *espontaneamente* (grifo da autora) na esfera da cultura enquanto “novos movimentos sociais”.(Doimo, 1995:37)

Doimo evidenciou sua simpatia por autores como Warren e Hobsbawm, que entenderam o surgimento dos movimentos sociais como resultado de um processo no qual os conflitos de classe eram inevitáveis. Ela entendeu que a disputa ideológica entre os defensores do socialismo e do capitalismo influenciava diretamente a condução dos movimentos sociais, afirmando que, com a crise dos países do Leste europeu, a referência socialista perdeu espaço político que foi ocupado por um conjunto de movimentos com características culturais, denominando-se “novos movimentos sociais”.

Os novos movimentos sociais poderiam também ser compreendidos sob a ótica de dois paradigmas principais que orientariam o campo de discussão sobre as organizações modernas, um universalista e outro contextualista, como Jeni Vaitsman escreveu:

Hoje a constituição dos sujeitos passa por critérios de identidade coletiva que os define enquanto parte de certos grupos, como mulheres, negros, homossexuais, etnias. As lutas revolucionárias pela transformação global da sociedade estão dentro do paradigma universalista; as lutas específicas centradas em reivindicações feministas, de direitos étnicos, sexuais, religiosos, de qualidade de vida, estão dentro de um paradigma contextualista. (Vaitsman, 1998:7)

Percebemos, também, diferentes opiniões sobre movimentos sociais numa perspectiva institucional. Para alguns autores, ao se institucionalizarem, ou seja, ao serem registrados oficialmente na estrutura burocrática do Estado burguês (no cartório de pessoas jurídicas), os movimentos perderiam o *status* de movimento social, passando a ser “organização social”. Outros autores entenderam que a institucionalização não deveria ser parâmetro para definir ou não determinados organismos como movimentos sociais, pois quaisquer movimentos reivindicativos poderiam ser considerados como tal. Essa última visão, na qual nos filiamos, parte do pressuposto de que a sociedade civil cria um movimento social ao se organizar com seus próprios mecanismos e espontaneamente, com

certa identidade e objetivos definidos que proponham e intervenham sobre o real para alteração da realidade existente.

A professora Gohn compartilhou da opinião de que haveria uma lacuna na conceituação e nas teorias sobre os movimentos sociais, ao afirmar:

Acrescente-se a esta lacuna a profusão de tipos e espécies de movimentos sociais que têm sido tratados da mesma forma, além da não-diferenciação entre movimentos propriamente ditos, lutas, protestos, revoltas, revoluções, quebra-quebras, insurreições e outras formas de ações coletivas. Em relação à segunda questão, há várias teorias dos movimentos sociais, e cada uma tem tido um entendimento sobre o que eles são e a que tipo de manifestação social se referem. Para alguns trata-se de fenômenos empíricos, para outros são objetos analíticos, teóricos. (Gohn, 1997: 13)

A autora apresentou os movimentos sociais a partir de paradigmas conceituais aos quais chamou de ações coletivas. Para ela, falar de movimentos sociais seria falar, inevitavelmente, sobre as correntes de pensamento que orientaram suas ações, apresentando em sua obra três linhas diferentes, que intitulou de paradigmas dos movimentos sociais: 1- o norte-americano; 2- o europeu; 3- o latino-americano.

No paradigma norte-americano, Gohn (1997) escreveu que teríamos teorias clássicas e contemporâneas. As clássicas estariam classificadas em: a) a Escola de Chicago e os interacionistas, que entendem os movimentos sociais “como reações psicológicas às estruturas de privações socioeconômicas” (Gohn, 1997:26) e atuam no plano da criatividade e do individualismo; b) a sociedade de massas, teoria que compreende “os comportamentos coletivos como resultado de ações advindas de participantes desconectados das relações em ações normais e tradicionais” (1997:35); c) a abordagem sociopolítica, que vê os movimentos ligados diretamente aos temas políticos. Foi desenvolvida a partir da Guerra Fria e “a discussão básica se resumia à desarticulação da sociedade, desorientada pelas inovações da indústria ou pelo comportamento coletivo das massas” (1997:38); d) a ótica do funcionalismo, na qual os movimentos sociais são originados por tensões sociais, situações de desconforto. Vistos a partir dos indivíduos, ligados também ao positivismo, os movimentos sociais “teriam uma história natural, já que estariam respondendo a impulsos e manifestações interiores, inerentes à natureza humana” (1997:40); e) as teorias organizacionais-comportamentalistas, que não criaram nada

específico, mas abriram caminho para a teoria, segundo Gohn (1997), da “mobilização de recursos”.

A teoria da “mobilização de recursos”, de acordo com Gohn (1997), constituiu-se como uma das teorias contemporâneas dos movimentos sociais no paradigma norte-americano, nascida da impossibilidade das teorias clássicas explicarem “os movimentos sociais da década de 60 (que emergiam desde os anos 50), os dos direitos civis, aqueles contra a guerra do Vietnã, os do feminismo etc.” (1997:50). A importância maior a ser atribuída à teoria da mobilização de recursos estaria, segundo Gohn (1997), ligada aos recursos “humanos, financeiros e de infra-estrutura variada”, que estocava esses recursos e conferia atenção especial à comunicação. Uma das principais críticas a essa teoria, para Gohn, residia no fato de sua origem estar baseada no modelo das ciências naturais, “tratando os indivíduos como seres abstratos, universalizando a experiência de um tipo particular de ser humano” (1997:55).

A outra teoria contemporânea apresentada por Gohn (1997:64) foi a da “abordagem histórica no paradigma norte-americano”. A autora considerou que o estudo de Charles Tilly estaria dentro dessa abordagem, que fundar-se-ia em entender que “o trabalho histórico sobre as ações coletivas consiste em descobrir quais conjuntos de pessoas, recursos, fins comuns e as formas de compromisso estão envolvidos em diferentes lugares e tempos” (1997:66).

Segundo Maria da Glória Gohn (1997), as teorias sobre os movimentos sociais se reformularam mais ainda na era da globalização, apresentando o que denominou de “mobilização política” (1997:69). Um dos maiores expoentes dessa teoria, segundo Gohn, foi Sidney Tarrow, contínuo e grande estudioso dos movimentos sociais. A propósito de se discutir a teoria de Tarrow, Gohn afirmou:

Outro ponto da abordagem tradicional retomado por Tarrow é a visão cíclica e evolutiva dos movimentos sociais. Ele afirma que os estágios futuros de um movimento dependem de seu processo inicial ou de posições políticas assumidas; das alianças que estabelece ou estabeleceu, e do sucesso real em mobilizar ou não as pessoas. Como variável de alta relevância para o sucesso de um movimento ele cita os recursos para organizar campanhas efetivas.” (1997:95)

Tarrow acrescentaria às teorias anteriores o aspecto cíclico das lutas dos movimentos sociais, com diversas variáveis intervenientes atuando no processo de consolidação de um movimento. Segundo Gohn, Tarrow desenvolveu ainda estudos sobre o engajamento de pessoas nas ações coletivas e sustentou que “os trabalhadores na sociedade ocidental foram forçados a desenvolver recursos independentes quando perderam a propriedade de seus meios de trabalho” (1997:102), resultando, com isso, que “os sindicatos e a consciência de classe são parte desses recursos” (1997:102).

Para ratificar essa teoria, afirmou Gohn (1997), Tarrow buscou em Lenin e Gramsci seus conceitos principais. Para ela, o postulado leninista de partido e vanguarda teria sido acrescido de outros fatores por Gramsci e haveria a seguinte influência deste no estudo de Tarrow:

A tarefa histórica do partido era criar um bloco histórico de forças ao redor da classe trabalhadora, e esta tarefa só poderia ser levada a cabo se um quadro de intelectuais orgânicos se desenvolvesse no seio da própria classe trabalhadora, para complementar os intelectuais do partido. Estas condições enfatizariam o poder da cultura. O movimento deixa de ser apenas um instrumento organizacional e passa a ser também um tipo de intelectual coletivo cuja mensagem é transmitida às massas por meio de um quadro de líderes intermediários. (1997:103)

Esta visão que Gohn apresentou sobre Gramsci não estaria somente no pensamento de Tarrow, mas de muitos estudiosos dos movimentos sociais. Segundo ela, na opinião de Tarrow os movimentos sociais seriam o elemento intermediário, a vanguarda que construiria junto com as bases um novo modelo de sociedade, que se contrapõe ao poder da mídia e difunde uma opinião oposta à dos meios de comunicação oficiais.

Ainda sobre a teoria gramsciana, notamos que seria melhor oferecer mais elementos. O autor italiano, que teve grande influência no movimento político contemporâneo, desenvolveu estudos sobre a questão dos intelectuais. Para ele, partido e intelectual caminhavam juntos. Segundo Gramsci (2000), haveria distinções na maneira de entender a função do partido, que, por um lado, teria na sociedade civil a mesma função que o Estado tem na sociedade política – a de organizar os próprios componentes –, “até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral,

civil e política” (2000:24). Segundo o autor, haveria uma diferença entre partido e sindicato. O primeiro teria uma função “diretiva e organizativa”, que, para ele, seria a mesma coisa que intelectual, exemplificando que nenhum comerciante entraria no partido para comerciar, nem o industrial para produzir, nem o camponês para cultivar a terra; eles já entrariam no partido como intelectuais. Para isso, dizia Gramsci, existiria o sindicato, “no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês encontra seu quadro mais adequado” (2000:25).

O segundo paradigma apontado por Gohn sobre os movimentos sociais foi o europeu que, em sua opinião, era agrupado em torno de duas grandes linhas de pensamento, uma “neomarxista” e outra “culturalista-acionalista”, consagrando-se como “Novos Movimentos Sociais”. Essa linha de pensamento teria as seguintes características básicas: 1- a cultura como referencial teórico, na qual nega a visão funcionalista da cultura e rejeitando a idéia de “normas e valores herdados do passado” (Gohn, 1997:121). Completou Gohn (1997) que “apesar de trabalharem com as bases marxistas do conceito, que vê a cultura como ideologia, eles deixaram de lado a questão da ideologia como falsa representação do real” (1997:121); 2- a negação do marxismo. Os teóricos dos Novos Movimentos Sociais, segundo Gohn (1997), criticavam o marxismo ortodoxo, clássico, mas não negavam algumas de suas premissas básicas, como a ideologia. Porém entendiam que o marxismo resumia-se a uma teoria economicista que não conseguiu responder questões como as ações dos indivíduos e a ação coletiva da sociedade; 3- a eliminação do “sujeito histórico redutor da humanidade”, ou seja, não haveria hierarquização do sujeito coletivo, lutando “contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos” (Gohn, 1997:122), daí surgiu a idéia de “atores sociais”; 4- a valorização da política como eixo central. O espaço da política começa a ser aberto e cria possibilidades de discussão da questão do poder na esfera da sociedade civil; 5- a priorização dos atores sociais a partir de duas questões: a ação coletiva e sua identidade coletiva. A partir das ações realizadas são forjadas novas identidades culturais nos grupos, distintas das identidades criadas pelas estruturas sociais.

Gohn faria uma separação com relação ao paradigma europeu ao adotar uma metodologia de divisão em matrizes teóricas e correntes de pensamento que compreenderiam alguns autores conhecidos. A primeira por ela elencada inclui Weber,

Marx, Habermas, Foucault, Guattari e Goffman em uma mesma corrente, que chamou de neomarxista com algumas diferenciações e guardadas particularidades. A segunda seria a corrente francesa, cujo principal defensor foi Alain Touraine, a qual denominou teoria de “acionalismo dos atores coletivos” (Gohn, 1997:142). A terceira seria a corrente italiana de Alberto Melucci que, segundo Gohn, daria “ênfase na identidade coletiva” (Gohn, 1997:153), retomando a teoria da ação coletiva. A quarta corrente presente no referencial dos Novos Movimentos Sociais seria a alemã de Claus Offe com sua “abordagem neomarxista” (Gohn, 1997:163), que combinava perspectivas micro e macro da análise social.

A professora Gohn destacou um capítulo de sua obra para a apresentação do paradigma marxista de análise dos movimentos sociais. Em sua compreensão, essa abordagem sob a ótica marxista

refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quando há ruptura da “ordem” dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas. (Gohn, 1997:171)

Na análise de Gohn (1997), haveria equívocos em entender o paradigma marxista aplicado apenas ao movimento operário, pois desconheceriam outros movimentos reivindicativos de bens e melhorias, e também em não dividir o marxismo em ortodoxo e não-ortodoxo. Segundo Gohn (1997), o marxismo poderia ser diferenciado sob duas óticas: uma do “jovem Marx”, que elaborou estudos sobre ideologia, consciência e alienação, tendo continuidade em Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e na Escola de Frankfurt que orientaram as leituras contemporâneas sobre os movimentos sociais; outra já estaria fixada no Marx “maduro”, dos escritos do “Capital”, em que questões como a contradição capital *versus* trabalho, forças produtivas e relações de produção alimentariam os debates e colocariam a classe operária na primazia das elaborações sobre os movimentos. Críticos dessa última visão diriam de origem a “leituras mecanicistas e deterministas” do real

predominantes na Segunda Internacional. Uma releitura crítica do marxismo produzida por Hobsbawm, E. P. Thompson e G. Rudé foi suficiente para ser considerada neomarxista

Segundo Gohn, um dos fatores que deveriam ser destacados no estudo marxista seria de que “os movimentos sociais não surgem espontaneamente” (1997:174) e complementou da seguinte maneira sua afirmação sobre a teoria marxista:

O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a interesses cotidianos. Eles não existem *a priori*, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história. Organização e consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar. A questão da existência de uma lógica no processo de desenvolvimento histórico é consenso dentro do *approach* marxista. (Gohn, 1997:174)(grifos da autora)

Ainda sobre os paradigmas marxistas, Gohn os dividiria em duas linhas: clássicos e contemporâneos, sendo estes últimos ainda divididos em neomarxistas e históricos, sem, no entanto, existirem contradições entre eles.

Os fundamentos clássicos da análise marxista, de acordo com Gohn (1997), compreenderiam: o próprio Marx, destacando-se a parte em suas obras que aborda a questão da práxis política, pois, segundo Gohn, “a práxis política surge como articulação entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, mediada pelas condições estruturais de desenvolvimento do processo social” (Gohn, 1997:176); a influência de Lenin, com o desenvolvimento da concepção de vanguarda e partido, ao defender que o partido seria a vanguarda da classe para a disputa no campo aberto, enquanto que deveria haver uma vanguarda clandestina com os melhores quadros capazes de dirigir o processo revolucionário sem serem reconhecidos pela repressão política; as idéias de Rosa Luxemburgo, de defesa da “espontaneidade das massas”, com etapas a serem vencidas; a perspectiva de León Trotski, que acrescentou às idéias de Lenin as noções de revolução permanente e correlação de forças. Segundo Gohn (1997), Trotski defenderia o governo “construído de assalto” pelos trabalhadores, sendo a vitória revolucionária fruto de um processo resultante das condições favoráveis de uma crise, onde se provaria que o inimigo não é onipotente; ao contrário, ficaria amedrontado; a visão comunista de Mao Tsé-tung e sua teoria da prática social que via como ponto de partida da teoria, pois a prática uniria o “conhecimento sensível ao conhecimento racional” (1997:184); Antonio Gramsci, segundo

Gohn (1997), incluiria a questão da disputa pela hegemonia, dentre outros aspectos já vistos anteriormente, ao resgatar “a política e as conjunturas específicas, abrindo caminhos para se fugir das análises mecanicistas e deterministas da história” (Gohn, 1997:188).

A análise das teorias contemporâneas ligadas ao marxismo fez Gohn subdividi-las sob o âmbito das propostas de cada autor. Nesse sentido, para ela, haveria três autores a serem destacados, Manuel Castells, Jordi Borja e Jean Lojkine. Ambos desenvolveram, de acordo com Gohn (1997), teorias sobre os movimentos sociais urbanos, atribuindo a esses ora um caráter classista, ora um caráter limitado a interesses particulares e de grupos com intenções imediatistas que, ao superarem-se as demandas, correriam o risco de desaparecerem. Castells e Lojkine estariam no plano de tendências marxistas, ao caracterizar os movimentos urbanos como de contestação, ligados ao processo de produção capitalista e à política geral. Gohn (1997) atribuiu a Borja uma concepção weberiana e acrescentou que o estudioso dos movimentos sociais urbanos seria, no Brasil, “interlocutor de algumas secretarias de Estado preocupadas com os processos de renovação urbana, principalmente em administrações ocupadas pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira”(Gohn, 1997:198).

Com relação às abordagens históricas, Gohn (1997) deu ênfase aos estudos de Hobsbawm, e o considerou um dos maiores autores da era contemporânea. Segundo ela, Hobsbawm se destacou pela distinção que fez entre os movimentos reformistas e revolucionários, em que considerava os primeiros como conciliadores, ou melhor, que aceitariam a estrutura tal como se apresentaria e os últimos propensos a mudanças substanciais, através da transformação ou substituição das estruturas opressoras. Ao compreender Thompson como continuidade de Hobsbawm, Gohn (1997) atribui a esse autor uma postura heterodoxa, relacionando experiência com práxis social, sem que seja confundida com empirismo, “situando a experiência como estatuto da práxis humana”(Gohn, 1997:204), preocupado com a unidade das lutas e com a construção de uma cultura política “a partir da aprendizagem que a experiência legou”(Gohn, 1997:206). Por último, Gohn (1997) apresentou a teoria de Rudé, que destacou o estudo do homem comum e o porquê de agir de determinada maneira, aceitando a ideologia como “instrumento de luta e mudança social”(Gohn, 1997:206).



Já no paradigma latino-americano, Maria da Glória Gohn propôs um estudo que levasse em consideração enfoques multidisciplinares, “envolvendo a sociologia, a ciência política, a antropologia, a história, a economia e a psicologia social” (Gohn, 1997:240). Ela entendeu que os movimentos sociais latino-americanos têm suas especificidades e particularidades. dentre elas, a própria formação do continente colonizado pelos europeus e constantemente redimensionado pelas grandes potências que dividem sua exploração em todos os âmbitos: comercial, político, monetário etc.

Em Cuba, Gohn (1997) apontou que haveria movimentos ligados ao sistema com objetivo de organizar a resistência socialista e, por outro lado, haveria movimentos externos de conspiração contra o regime castrista, a partir da colônia situada em Miami (EUA). Nós não consideramos os movimentos conspiradores externos como movimentos sociais.

Entendemos que o paradigma latino-americano não poderia deixar de incluir os ideais de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara. Os dois guerrilheiros que alcançaram o poder na pequena ilha foram admirados pelo mundo inteiro, principalmente pela juventude latino-americana que despertava sua consciência para a participação política, em virtude de os países latinos estarem sendo agredidos por golpes de estado que levariam os militares ao poder, espalhando o medo e o pânico entre a população. Guevara deixou vários textos escritos sobre a guerrilha e sobre a economia, ficando mais conhecido pelas suas frases de efeito – estampadas em muros, camisas e cartazes pelo mundo – do tipo “é preciso ser duro, mas sem perder a ternura, jamais” ou “se alguém for capaz de se indignar diante de qualquer injustiça no mundo, então somos companheiros”.

Cuba representaria para os movimentos sociais latino-americanos não só uma república liberta das garras do tirano Fulgêncio Batista em 1959, mas a esperança de que a emancipação dos povos tal qual preconizou Marx estaria próxima. Reproduziram-se aceleradamente materiais que se reportavam aos acontecimentos em Cuba, juntamente com uma literatura socialista que apontariam os caminhos a serem seguidos pelos movimentos sociais latino-americanos.

Gohn (1997) citou como exemplos de movimentos sociais no México os zapatistas nos anos 70 e Chiapas na década de 90. No Peru, destacou o Sendero Luminoso, considerado como guerrilha rural, e o Movimento Revolucionário Tupac Amaru em

1996/97. No Chile, Gohn destacou os movimentos de participação na era Salvador Allende e os de defesa dos direitos humanos, em função da ditadura de Augusto Pinochet.

Na América Central, Gohn (1997) conferiu atenção à Nicarágua, Guatemala, Haiti, República Dominicana, Costa Rica, Panamá e El Salvador, entendendo que nestes países os movimentos sociais se apresentaram “relacionados com processos de libertação nacional, ou com a atuação de pastorais da Igreja e movimentos de comunidades de base, ou com ambos” (1997:223).

Sobre esse paradigma apresentado por Gohn, compreendemos que houve um período de levante revolucionário em alguns países, nos quais os movimentos sociais eram confundidos com movimentos pré-revolucionários, alimentados pela intensa ditadura militar que se abateu sobre o continente desde meados do século XX. Dessa forma, acrescentamos que, tal como no Peru e no México, na década de 80 do século passado, em El Salvador existiu a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional – FFMLN – com participação de marxistas e nacionalistas propondo a revolução armada como forma de retirar as elites do poder e instaurar um novo regime, socialista. O episódio mais marcante da história do país foi o assassinato do Bispo católico Dom Oscar Romero, em 24 de março de 1979. A Frente salvadorenha deporia as armas na década de 90, acordando com as elites políticas locais sua participação nos processos eleitorais.

Na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN – juntamente com cristãos e marxistas assumiu o poder em 1979, com o presidente Daniel Ortega. Doze anos depois, a revolução sandinista cederia lugar à primeira eleição no país após a tomada do poder pelos revolucionários, sob os olhares e boicotes norte-americanos. Ortega perdeu a eleição para Violeta Chamorro, que ofereceu ao povo um país sem guerra e com prosperidade, exatamente o contrário do que se viu após as eleições.

Panamá e Honduras eram utilizados como bases dos Estados Unidos. O primeiro por causa do canal que liga a América do Norte à América do Sul, conhecido como “Canal do Panamá”, também servindo de rota de comércio que liga o Atlântico ao Pacífico, unindo o ocidente ao oriente pelo Leste das Américas. Já Honduras seria base militar de soldados e tanques ianques que atacariam os países vizinhos, principalmente El Salvador e Nicarágua, que estavam em processo revolucionário.

Não foi nosso objetivo fazer um histórico detalhado do contexto político latino-americano, porém não poderíamos deixar de citar alguns aspectos relevantes que envolveram marcantes acontecimentos, pois deram vigor e visibilidade aos movimentos sociais e permitiram compreender melhor sua atuação. A América Latina, colonizada por Espanha e Portugal, passou por processos semelhantes de desenvolvimento econômico, político e social, com pequenas particularidades e especificidades.

A ditadura fez surgir, por exemplo, em quase todos os países, Movimentos de Defesa dos Direitos Humanos, Movimento de Parentes e Amigos de Desaparecidos Políticos e Movimento de Amigos e Parentes de Presos Políticos, com objetivo de denunciar e desenvolver mecanismos que contribuíssem para o fim da ditadura. Tiveram papel fundamental contra a ditadura a ONG Anistia Internacional, a Igreja Católica e outros organismos internacionais de apoio aos perseguidos politicamente.

Os países latino-americanos possuíam uma população eminentemente indígena que foi dizimada pelo processo de colonização europeia e, em alguns países, os remanescentes (como no Chile e Peru) formaram grupos que, ao final, se constituíram em movimentos indígenas, em defesa de sua cultura e de sua civilização. A agricultura predominava como principal atividade econômica, advindo, logo em seguida, uma industrialização crescente, o que no Brasil ocorreu a partir dos anos 30 com o primeiro governo de Getúlio Vargas.

Ao examinarmos o estudo feito por Gohn (1997), dentre os vinte e dois elementos que expõe sobre a teoria dos movimentos sociais na América Latina, destacamos a presença da Igreja Católica por vezes ligada aos paradigmas já apresentados e outras, por sua própria denominação de “cristãos”; as demandas subjetivas de movimentos ligados à ecologia, mulheres, negros, meninos e meninas de rua etc; a questão agrária; e as ONGs.

A partir desses paradigmas estabelecidos, Gohn (1997) começou a delinear uma concepção de movimentos sociais que pudesse dar conta de toda essa complexidade de pensamentos e maneiras de agir. Segundo ela, “movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação” (1997:247). Para Gohn, os movimentos sociais estariam no plano da práxis e seriam cíclicos, tendo seus pontos de ápice e seus momentos de decadência, não sendo necessariamente naturais, mas determinados por diversos fatores já abordados

anteriormente. Defensora de que “todo ator pertence a uma classe social” (Gohn, 1997:249), ela também afirmava que “historicamente sempre foram os setores subordinados os que mais produziram lutas sociais” (Gohn, 1997:250), numa clara demonstração de posição de classe social, elemento de uma teoria marxista.

Feita essa preliminar sobre as principais teorias presentes na prática dos movimentos sociais, apresentamos a elaboração da professora Gohn que disse estar assumindo “o risco de cometer equívocos” (1997:251) ao definir, com notório rigor, Movimentos Sociais da seguinte forma:

Movimentos sociais são ações coletivas sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum.(...) Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes.(...)  
(Gohn, 1997:251-252)

A autora apresentou um conceito amplo do que entendeu como movimentos sociais e sistematizou um conjunto de situações que nele se encaixavam. Apesar de compreendermos sua metodologia, suas idéias serviram como referenciais para que pudessemos atingir nossos objetivos, mas não fizemos de sua concepção nossa verdade.

Uma visão mais contextualizada da realidade, com a necessidade de uma produção teórica que pudesse sistematizar as novidades apontadas, para Doimo (1995) poderia ser apresentada dentro de três “matrizes interpretativas”, destacando os diferentes enfoques que predominaram nos movimentos sociais nas décadas de 1970/80. A primeira matriz foi chamada de “inflexão estrutural-autonomista”, consistindo em partir de dois postulados básicos: o primeiro pelo surgimento do conflito acionado pela contradição urbana, tendo como pano de fundo a reprodução do capital e o Estado com caráter “classista”; o segundo por ver a sociedade civil emergindo contra uma certa “carga autoritária”, de forma

autônoma e independente, mantendo a idéia de superação das relações capitalistas de produção. Segundo Doimo (1995), a teoria estrutural-autonomista ascendeu com tamanha facilidade que os movimentos sociais poderiam ser “sinônimos” de movimentos urbanos.

A segunda matriz (mais evidente em 1982/83), dizia Doimo, era de “inflexão cultural-autonomista” que buscava seu sentido na experiência empírica, partindo da premissa de negação do “sujeito único”, da classe homogênea e da “descrença na eficácia de ideologias externas à própria ação” (Doimo, 1995:48).

Doimo (1995) sustentou que essas duas matrizes situavam-se dentro de uma perspectiva marxista, com a idéia de que os movimentos sociais teriam capacidade para estabelecer uma ruptura na estrutura do sistema capitalista. Observou a autora que, mesmo com o aumento vertiginoso das práticas reivindicativas e o desejo do povo de uma guinada à esquerda, ocorreu uma “transição conservadora rumo à democratização, através de um pacto entre as elites políticas” (Doimo, 1995:48).

Já a terceira matriz interpretativa, Doimo (1995) chamou de “ênfase institucional”. Segundo ela, nessa matriz existiam ações nas quais o Estado poderia ser considerado como “amigo” ou “inimigo”, “dependendo dos interesses em jogo e da ótica cultural pela qual era reconhecido” (Doimo, 1995:49).

Seria de bom alvitre salientar que, em nosso entendimento, não haveria um movimento social que adotaria uma determinada concepção, pois as concepções seriam difundidas pelos seus militantes, ou seja, os grupos que atuariam dentro dos movimentos sociais seriam os porta-vozes das correntes de pensamento e alguns difundiriam certas idéias até inconscientemente. Nesse sentido, todas as correntes poderiam estar representadas nos movimentos, independente do tipo de movimento, e uma mesma pessoa ou grupo poderia ora defender uma posição ora outra, pois o militante do movimento, muitas vezes, não distinguiria na ação cotidiana quando estaria falando um texto marxista ou quando estaria apresentando uma tese positivista. Como vimos no capítulo anterior, Löwy via elementos positivistas em marxistas, e elementos marxistas nos propagadores do historicismo.

Até aqui, apresentamos os pressupostos teóricos que fizeram parte do arcabouço conceitual de nosso trabalho. Como forma complementar, passamos a relacioná-los com o contexto em que esses paradigmas teóricos se desenvolveram.

Essas correntes de pensamento estiveram presentes na história dos movimentos sociais e apareceram com maior destaque em um ou outro momento de acordo com a característica de cada movimento. O que, em nossa opinião, faria com que determinadas linhas de pensamento pudessem se sobressair no debate teórico interno do movimento era o contexto em que se encontrava esse movimento e a identificação de seus dirigentes com essa ou aquela corrente paradigmática.

Ao examinarmos a realidade latino-americana com maior profundidade, como observamos anteriormente, o continente (que para Gohn chegou a formar seu próprio paradigma) apresentou sintomas de organizações próprias e modos de conduzir suas reivindicações diferentes de outros continentes. O processo de formação das “novas democracias”, resultantes da queda dos modelos ditatoriais na América Latina, do qual falamos há pouco com uma pitada de liberalismo econômico, também era uma doutrina, só que capitalista, de consolidação de um sistema que havia se firmado na Europa e nos Estados Unidos e dependia da dependência dos países pobres para manter sua riqueza.

Em meio ao clima tenso que se apresentou na América Latina, observamos a realidade brasileira de maneira particular, a fim de que pudéssemos objetivar a investigação proposta. Optamos por analisar o contexto de brasileiro lutas a partir de 1930, como recorte de um período quando, por parte do governo, inicia-se um conjunto de medidas mais contundentes de industrialização do país. Como disse Badaró, “O período 30-45 é repleto de conflitos políticos e contém conjunturas bastante distintas em seu bojo” (1999:15), numa demonstração de que esses anos foram duros para a classe trabalhadora e para os movimentos sociais, com a política autoritária e cooptadora do governo Vargas. Nesse governo foi criado o Ministério do Trabalho, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – e o sindicato oficial, que teria que receber do governo a Carta Sindical para existir legalmente. Os sindicatos tutelados, como disse Badaró, teriam a clara função de “servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo, e vice-versa, como órgãos públicos dentro do Estado e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais” (1999:16). Ainda segundo Badaró, os sindicatos de orientação comunista e trotskista rejeitaram a “Carta Sindical” e resistiram à tentativa do governo em mantê-los sob a égide do Estado, acusando tal iniciativa governamental de fascista.

Os movimentos sociais, com paradigmas universalistas, reuniam-se em torno de bandeiras anti-fascistas e de combate ao integralismo, que era representado pelo presidente da república. Nos anos 30 nasceu a Aliança Nacional Libertadora – ANL, congregadora de diversos movimentos sociais, período em que ocorreram freqüentes manifestações com o apoio dos sindicatos na luta contra o fascismo, conforme afirmou Badaró: “A participação dos sindicatos nas manifestações da ANL era expressiva, especialmente quando os comícios tinham como bandeira a luta contra o fascismo (...)” (1999:19). Porém, os sindicatos começaram a perder forças, devido à repressão e o controle estatal, e o Estado foi ganhando espaço junto aos setores populares, com políticas populistas, que seriam desmascaradas com a entrada do Brasil na guerra em 1942.

A retomada da organização sindical viria a partir de 1945, e em 1946 os sindicatos já somavam quase o dobro de sindicalizados, segundo Badaró (1999), com a organização do Congresso Sindical dos Trabalhadores que reuniu cerca de 2000 delegados, mantendo a linha de contestação ao sindicalismo oficial e à proibição da sindicalização no campo e no funcionalismo público. Porém, essa organização seria novamente desmantelada pelo golpe militar de 64. Um pouco antes, no governo de Juscelino Kubitschek em 1955, o plano nacional-desenvolvimentista em curso acentuou-se e fez o país alterar seu quadro social e estrutural (agrário) consideravelmente. De acordo com Badaró, “entre 1920 e 1960, o número de operários industriais saltou de 275 mil para cerca de 3 milhões” (1999:33), o que evidenciou a mudança da matriz econômica agrária para a industrial, num período de 40 anos e alterou também os rumos dos movimentos sociais.

Ainda na primeira metade do século passado, um dos movimentos sociais mais atuantes, o estudantil, resultou na criação da União Nacional dos Estudantes – UNE – que representava os estudantes universitários do país, passando um período dirigida por setores ligados à UDN – União Democrática Nacional – e posteriormente sendo conquistada por grupos mais combativos. A UNE foi uma das organizações que mais combateu a ditadura militar, tendo sua sede invadida e seus dirigentes perseguidos pelos milicos. Ao mesmo tempo em que os participantes da UNE eram considerados “subversivos” e presos, independente de posição política, as universidades eram cercadas por tropas do exército, as aulas dos professores fiscalizadas e os “suspeitos” de propagarem o comunismo eram presos.

Esse período também foi caracterizado pela Guerra Fria que tornou patente a disputa entre socialistas e capitalistas, fazendo com que, a partir da revolução cubana de 59 e da possibilidade de novos levantes na América Latina, houvesse uma política específica dos Estados Unidos para os países latino-americanos. Surgiram, então, os processos de golpes militares que se propagaram pelo continente. O período, que no Brasil foi de 1964 até 1986, de ditadura militar nos países latino-americanos fez surgir, como já afirmamos, vários movimentos ligados aos direitos humanos, em função da proibição de reuniões políticas e atos contra os regimes autoritários. Naquele momento, o mais importante seria o fim da ditadura.

O cerco aos regimes autoritários iria se fechando e suas forças se esgotando, além da necessidade (para o capital) de uma maior abertura econômica, haja vista que nos governos militares a estrutura estatal mantinha o controle quase total da economia através das empresas públicas ligadas ao setor produtivo, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, que posteriormente foram privatizadas.

A década de 80 foi considerada pelos “economistas” como a década perdida, de grande recessão econômica, perda de divisas, crescimento da dívida externa e diminuição do PIB, mas, do ponto de vista da resistência popular organizada, os anos 80 assistiram a grandes levantes da classe trabalhadora e da população em geral. A luta pela anistia aos presos políticos ganhava solidariedade enquanto o regime militar era criticado pelos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, destacando-se a atuação da Igreja Católica, especialmente pelos seus padres e bispos preocupados com a situação deprimente da população.

O desemprego e a política salarial do governo deixava o povo descontente e os sindicatos começaram a ter cada vez mais força contra o regime, o que fez aparecer lideranças como Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (1975). Em 1980, intelectuais, artistas, religiosos e representantes importantes da sociedade civil fundaram o Partido dos Trabalhadores – PT – que, segundo seu estatuto, teria uma linha claramente identificada com o socialismo e seria o “porta-voz” político dos movimentos sociais. No ano de 1983, os trabalhadores, organizados em torno do PT, fundaram a Central Única dos Trabalhadores – CUT – que seria o “braço sindical” do PT como esbravejava a direita. A industrialização e a mecanização da agricultura não



foram capazes de acabar com os problemas no campo e, em 1985, militantes da área rural organizaram o Movimento dos Sem Terra – MST – que, com o lema “ocupar, resistir e produzir”, fechou o cerco ao capitalismo e revitalizou a luta antiga por “Terra, trabalho e cidadania” que contou, em meados do século, com as Ligas Camponesas. No ano anterior (1984), o Brasil parou para ver “a banda passar”. Era a banda de um milhão de componentes gritando em coro: “Diretas Já!”.

No período de 1975 a 1990, Ana Maria Doimo registrou dezenas de movimentos reivindicativos que recuperavam o fôlego popular e procuravam um caminho para a solução de seus problemas. Segundo ela,

a despeito do caráter diverso, fragmentado e localizado, próprio das ações-diretas, eles apresentaram certos níveis de regularidade, homogeneidade e continuidade, convergindo para um grande ciclo reivindicativo, cujas conexões ativas são evidentes: a Igreja Católica, agrupamentos de esquerda e organizações não-governamentais, em geral abrigando intelectuais e profissionais empenhados na “causa popular.”(Doimo, 1995:95)

Doimo apresentou em seu trabalho um conjunto de movimentos que surgiram durante esses quinze anos a que nos referimos, segundo ela “espontâneos” e “movidos pelo próprio povo” (1995:95), num exagero emocional de quem via nos movimentos uma grande preciosidade (como de fato são). Consideramos que seria relevante pontuarmos esses movimentos, com pequenos comentários sobre cada um deles que, apesar de circunscritos a uma realidade específica, poderiam ser observados em outras cidades com poucas variações, exceto, obviamente, de seus militantes.

O primeiro dos que Doimo (1995) chamou de “movimentos reivindicativos” foi o “Movimento do Custo de Vida”. Guardando similaridades com o “Movimento Contra a Carestia” do passado, esse movimento ganhou força em 1978, segundo Doimo (1995), paralelamente às greves do ABC paulista. Na opinião de Doimo, o movimento era baseado nos valores dos produtos alimentícios, obtidos em pesquisas elaboradas “com o respaldo da Igreja Católica e de “intelectuais orgânicos” e de “militantes de esquerda” (1995:96), com o intuito de dirigir “cartas abertas às autoridades, denunciando as precárias condições de vida na periferia” (1995:96).

O segundo movimento foi o “Movimento de Moradia” que, segundo Doimo (1995), também convergiria setores da Igreja com ONGs e militantes de esquerda, e que tinha sua gênese ainda na década de 60 quando houve o primeiro Congresso dos Favelados do Rio de Janeiro. O movimento tinha uma organização em nível nacional, com veículos de informação, destacando o *Boletim Teto e Chão* como organismo propagador das idéias do movimento. Segundo Doimo (1995) os sucessivos encontros da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – aprovaram documentos que mantinham relação com a realidade crítica da população e propunham uma ação mais contundente da Igreja em defesa do povo “pobre e oprimido”, com maiores destaques para a XV e a XX Assembléia Geral da CNBB.

O terceiro movimento foi o “Movimento de Luta Contra o Desemprego”, apontado por Doimo (1995), como resultante dos “comitês de luta contra o desemprego”, aprovados pela I CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – que mobilizou o campo sindical. A situação da classe trabalhadora facilitava o movimento, com cerca de dois milhões e 355 mil desempregados no Brasil, de acordo com Doimo (1995), em 1983. Na análise de Doimo, o refluxo no movimento teria mais de uma explicação, como a seguinte:

A carência, efetivamente, explica muito pouco sobre a emergência de movimentos sociais e, se o completo esgotamento deste movimento a partir de 1986 pode ser explicado pela natural exaustão dos impulsos participativos após diversas manifestações impactantes, como os acampamentos públicos em diversas capitais, as constantes passeatas e ocupações de dependências de agências governamentais, há que se trabalhar com a hipótese de se terem estabelecido negociações de cúpula entre membros da hierarquia da Igreja, avalizadas por teólogos da libertação, e o novo governo civil – Tancredo Neves e José Sarney, então eleitos por um Colégio Eleitoral -, no sentido da instituição do seguro-desemprego. Este, ademais, veio inesperadamente, por decreto, embutido no pacote do chamado Plano Cruzado, que, dentre outros feitos, congelou preços e salários, trocou o cruzeiro pelo cruzado e estabeleceu paridade fixa do cruzado com o dólar (Doimo, 1995:109-110)

A professora foi bastante crítica e incisiva ao fazer uma análise da queda vertiginosa na participação dentro do movimento com elementos de denúncia tanto da transição da “Nova República”, quanto do processo de “cooptação” à moda Vargas, dessa vez, segundo

ela, através de diálogo entre governo e setores progressistas da Igreja Católica, que ela mesma havia considerado como uma das propulsoras desses movimentos.

Outro movimento que Doimo (1995) assinalou no período em tela foi o “Movimento de Saúde”, que, segundo ela, teve início a partir de encontros nacionais sobre saúde comunitária, com uma marca de “alternativo”. Para ela, o trabalho do movimento estava articulado com a conjuntura política que apontava para eleições de governadores em 1982 que “não só favorece o debate sobre as reformas no setor de saúde em todo o país, como coloca o MOS em estreita interação com o Movimento de Reforma Sanitária” (1995:113), resultando em institucionalização de “canais legais de controle e participação em políticas públicas” (1995:114)

Por fim, Doimo falou do “Movimento de Transporte Coletivo”, de caráter nacional e sua interação com a institucionalidade. Por entender que esse movimento garantiu à esquerda um maior poder de mobilização, Doimo assim afirmou:

A maior aproximação com a esquerda justifica-se, porque a carência de transporte coletivo no espaço urbano sempre foi saudada como aquela que mais se aproxima das relações capital vs. trabalho, pela conexão que o transporte faz entre as esferas da produção e da reprodução. Nessa perspectiva, ela não só constituiria o locus com maior potencial de fogo sobre a exploração capitalista como, agudizando-a, poder-se-ia colocar em cheque o Estado e o mundo dominante. (Doimo, 1995:115)

Doimo (1995) defendia que esse movimento estaria dentro de um contexto urbano de lutas por melhorias de condições de vida, principalmente nas metrópoles, onde se via um crescimento vertiginoso da população, resultante do êxodo rural e de falta de política educacional de controle da natalidade, sem a devida preocupação de governos com os acontecimentos.

A autora acrescentou, para encerrar sua exposição sobre o que chamou de “ciclo reivindicativo”, as diferenças entre o período final da ditadura militar e o início de uma nova época (não tão “nova”), que correspondeu à diminuição dos documentos produzidos pelos movimentos como reflexo de sua própria queda. Assim afirmou:

No período de fechamento político, no crepúsculo do regime militar do final da década de 70, privilegiou-se a mobilização como meio de pressão sobre o sistema de decisões, momento em que se compuseram os impulsos mais expressivo-disruptivos deste ciclo reivindicativo. No entanto, nos anos subseqüentes, de abertura política e consolidação

democrática, tais impulsos arrefeceram, dando lugar a sua face integrativo-corporativa, pela qual se requisitou o lado provedor do Estado, na busca de sanções positivas às demandas então construídas. (Doimo, 1995:119)

O primeiro governo pós-ditadura, de Tancredo<sup>3</sup> e José Sarney, em 1986, aprofundou a crise econômica com recessão e tratou os movimentos sociais como caso de polícia, como no famoso episódio do massacre de Volta Redonda, no qual três operários foram mortos pelas tropas do exército, fora os desaparecidos. Era um indicativo de que a ditadura não havia acabado com o fim do governo militar. Em 1989, com o crescimento da crise econômica e o chamado “arrocho salarial”, o Partido dos Trabalhadores apresentou seu candidato Luís Inácio Lula da Silva para a disputa presidencial. Naquele momento, Lula representava o anscio do movimento organizado, de milhares de associações, sindicatos, organizações não-governamentais etc. que lutaram ininterruptamente pela emancipação política.

No início dos anos 90, o mundo vivia os reflexos da crise do Leste Europeu, propagandeada como “o fim do socialismo real”, como modelo que orientou a organização política de setores dos movimentos sociais por muito tempo. A União Soviética, com a *Glasnost* e a *Perestroika* dava os primeiros sinais de abertura econômica ao capital multinacional e aproximava-se do adversário político americano. Os Estados Unidos, por sua vez, confirmavam sua hegemonia econômica e militar, enquanto a América Latina vivia a retomada dos governos civis em “transições democráticas” que não honravam o belo apelido.

O conhecido “refluxo” dos movimentos sociais encontraria explicação não apenas no modelo econômico implantado ou no cansaço de militantes, mas também na investida dos governos em reprimi-los e fechar os espaços de atuação, não tão escancarado como na ditadura, mas com a mesma lógica e perversidade. As políticas de repressão tinham origem externa ao país e foram preparadas por intelectuais e militares ligados ao setor de segurança norte-americano: Francis Bouchev, Roger Fontaine, David Jordan e Godon Summer, todos

<sup>3</sup> Segundo a imprensa, o presidente Tancredo Neves – primeiro presidente civil depois de 22 anos de ditadura (eleito pelo Colégio Eleitoral) – passou mal antes de tomar posse e o vice José Sarney assumiu o posto. Tancredo faleceu em 21 de abril de 1986.

do alto comando militar dos Estados Unidos. A política externa que George Bush (pai) idealizou para a América Latina ficou conhecida como documento de “Santa Fé I” e a segunda edição “Santa Fé II”, ambos produzidos pelo Conselho para Segurança Interamericana. A escolha do nome se deu pelo fato de a cidade de Santa Fé, nos EUA, ter sido o local onde se reuniram os senhores que ditaram as diretrizes para os governos latinos nos anos 80 (Santa Fé I) e 90 (Santa Fé II). No segundo documento, ficou clara a preocupação com o crescimento dos movimentos sociais e com as ideologias marxistas que se disseminavam pelo continente: “As Américas continuam sendo atacadas. Advertimos acerca deste perigo em 1980. O ataque se manifesta mediante a subversão, o terrorismo e o tráfico de narcóticos” (Santa Fé II, 1988:13), procurando relacionar os ideais comunistas ao narcotráfico e ao terrorismo como vilões internacionais e inimigos do povo. O documento era incisivo ao falar sobre o processo de conscientização política e participação: “a subversão comunista estende-se desde Chiapas no sul do México até o Chile, fazendo de toda costa do Pacífico, a partir do Rio Grande, um cenário de conflito aberto” (1988:14), colocando Cuba e Nicarágua como “satélites dos soviéticos” no hemisfério.

Não satisfeitos com a relação com a antiga União Soviética, os propositores de políticas para o continente diziam que possivelmente os comunistas teriam ligação com a máfia das drogas na Colômbia, constituindo-se como uma ameaça. No caso cubano, eles consideravam o governo de Fidel Castro acabado e propunham que “os Estados Unidos deveriam aumentar suas transmissões de rádio a Cuba como meio de educação cívica para a criação de um regime democrático. Uma televisão Martí<sup>3</sup>, com programas determinados a ensinar os elementos da cultura democrática, deveria começar o mais rápido possível” (1988: 33).

Arvorando-se defensor dos pobres e desfavorecidos, o documento produzido no norte apontava o Brasil como um dos países que precisava sair da grave crise por que passava. Segundo o documento, algumas nações estariam no topo da crise com altos índices inflacionários: “Na cabeça estão: Nicarágua com 1.226%, Brasil com 338%, Argentina com 178% e México com 144%. O mais preocupante é a alta taxa de inflação nas três maiores nações da América Latina, que são também as que têm dívidas mais elevadas” (1988:14).

<sup>3</sup> José Martí foi um dos maiores líderes das lutas populares em Cuba, que tinha o mesmo ideal de Simon Bolívar: a libertação de toda a América Latina do imperialismo.

Talvez com isso pudéssemos entender por que os governos brasileiros ao final da década de 80 e início dos anos 90 tanto abominavam a inflação como o grande mal que repousava sobre nossas cabeças, sem, no entanto, abordar as raízes do problema.

A doutrina apresentada por Santa Fé II pôde ser vista em alguns discursos nos anos 90 sobre a questão da democracia, e dizia o seguinte:

Nosso conceito de regime significa tanto o governo temporal como o permanente. Na democracia, o governo temporal é o oficialmente eleito. O governo permanente são as estruturas institucionais que não mudam com o resultado das eleições: a instituição militar, a judicial e a civil. Para ser democrática a sociedade deve apoiar um regime responsável dessa democracia. (Santa Fé II, 1988:15)

A transição armada no Brasil, segundo denunciou Doimo (1995) anteriormente, seria a responsável por estruturar o país para que as instituições permanecessem independente de quem ganhasse as eleições e, para isso, um dos primeiros passos deveria ser a privatização de empresas estatais estratégicas para o chamado “regime democrático” liberal que o capitalismo necessitaria, combinado à doutrina neoliberal. Neste sentido, o documento de Santa Fé II apontou que só haveria “estatismo” quando “a sociedade está perdendo ou já perdeu a capacidade de sustentar um regime responsável” (1988:15). Talvez por isso também foi tão importante a derrota de Lula em 1989 e a eleição de Fernando Collor, com um programa de governo privatista e neoliberal.

Mais do que um documento com propostas econômicas e militares para o continente, Santa Fé II incluiu Antonio Gramsci (1881-1937) no hall de seus inimigos, como um “inovador teórico marxista”, que através da cultura de um povo poder-se-ia manter o controle do Estado e das estruturas de poder, associando também a essa teoria a “teologia da libertação”, o que intitulou de “doutrina política de crença religiosa com um significado anti-papal e anti-livre empresa destinada a debilitar a independência da sociedade frente ao controle estatista” (1988:19).

Os militares intelectuais americanos entendiam que era ruim para os Estados Unidos permitir que o Brasil comercializasse com os soviéticos, propondo acabar com a tentativa de compra de computadores e softwares brasileiros em andamento. Eles julgavam que o Brasil, como maior país da região, seria um risco em termos de crescimento.

A ideologia que pregava o documento sobre os movimentos sociais era de que estes, em conflito direto com as agências de governo, seriam considerados como “conflitos de baixa intensidade” que deveriam ter o financiamento norte-americano, o desenvolvimento de uma inteligência para operar nesses casos. Sobre o conflito de baixa intensidade, dizia o documento: “este termo, cada vez mais empregado, se utiliza para descrever uma forma de luta que inclui operações psicológicas, desinformação, terrorismo e subversão cultural e religiosa” (1988:26).

No plano do combate ao narcotráfico, o documento avaliou que seria importante alterar o regime judiciário nos países latino-americanos, propondo-se a ajudar técnica e financeiramente, como se segue. “Para ajudar as sociedades latinas a combater o tráfico de drogas e o terrorismo os Estados Unidos deveriam apoiar com assistência técnica e financeira o desenvolvimento de um sistema judicial independente” (1988:27). Será que isso teria relação com a proposta de reforma do sistema judiciário feita por Fernando Henrique Cardoso ? Por que a questão da segurança pública viria sendo tão discutida nos meios governamentais ? Será que o problema estaria no crescimento do crime organizado ?

De acordo com Santa Fé II, “os Estados Unidos devem preparar-se e prestar especial atenção a cinco países que com suas crises internas constituem um exemplo significativo na América Latina: México, Colômbia, Brasil, Cuba e Panamá” (1988:29). Eles avaliavam o México como regime autoritário, Cuba e Panamá decadentes e o Brasil e Colômbia como democráticos, iniciando um processo de elaboração sobre cada um em especial, como propunham.

Desses, detivemo-nos em dois apenas, pois influenciariam em nossa elaboração sobre os movimentos sociais em virtude da doutrina pregada pelos norte-americanos: Colômbia e Brasil. A Colômbia foi o país onde se concentrou a propaganda anti-drogas, como ponto de intervenção militar (Plano Colômbia) e disseminação da doutrina de “ajuda militar” às nações do Cone Sul. Sobre o Brasil o documento começava dizendo que “os Estados Unidos devem ajudar o Brasil a resolver a crise da dívida antes que esta sufoque a frágil democracia” (1988:31), com perspectivas de desenvolvimento econômico e manutenção do regime “democrático” de liberdade para as empresas privadas. Sobre a possibilidade de a esquerda chegar ao poder, o documento foi bastante claro:

Se um governo esquerdista tomar o poder na década de 90, os problemas econômicos do Brasil na próxima década se incrementariam em proporção geométrica. Antes de que isto ocorra, é possível que a frágil democracia brasileira seja destruída por outro governo militar. O exército não encararia bem os problemas econômicos e os deixaria sem resolver. Mas se for pressionado, o exército poderia realizar um papel histórico como poder moderador. Este novo ciclo de instabilidade e desconforto poderia alijar o Brasil de sua meta de converter-se em país desenvolvido, mais ainda, de ser uma grande potência ao final deste século. (Santa Fé II, 1988:32)

O documento citaria um mecanismo, criado por Henry Kissinger, em 1976, que previa duas reuniões por ano entre o secretariado de Estado norte-americano e o Ministério das relações exteriores do Brasil, apelando para a vontade política dos governos. Coincidência ou não, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil no início da década de 90 era Fernando Henrique Cardoso, que veio a ser eleito presidente em 1994 e reeleito em 1998.

Uma das primeiras ações do governo de Cardoso foi impor uma derrota ao movimento sindical, através da repressão à greve dos petroleiros em 1994, quando as tropas do exército invadiram (a exemplo de Sarney em 1986) a refinaria em Duque de Caxias para desestabilizar o Comando da Greve. Naquele momento, a Frente Única dos Petroleiros – FUP – representava todo o movimento sindical que se viu desarticulado no governo Collor e procurava retomar sua luta. Com a intervenção intransigente e truculenta do governo federal, os trabalhadores foram obrigados a retornar ao trabalho e as lutas sociais entraram em queda vertiginosa, só conseguindo ganhar novo fôlego ao final dos anos 90.

O movimento que mais apareceu como alternativo nesse período foi, sem dúvida, o Movimento dos Sem Terra – MST – que, com sua organização, disciplina e determinação manteve e acentuou sua política de ocupação de terras, exigindo a Reforma Agrária tão sonhada. O MST ocupou espaço importante na mídia e contribuiu para impor uma derrota à direita no final da década de 90 e início do novo século. Possivelmente, deve ter sido também o movimento mais estudado no espaço acadêmico, com monografias, dissertações e teses que procuravam entender como a luta pela terra num mundo industrializado e globalizado ainda poderia lograr êxito.



Mas, na década de 90, também viu-se ressurgir a possibilidade da guerra mundial. Mesmo depois de duas experiências catastróficas para a humanidade, os Estados Unidos mantiveram sua prepotência e sua ambição em dominar o mundo, considerando como inimigo quem lhe contrariasse. As nações assistiram ao massacre em Kosovo (1998), a guerra do Kuwait (1991) e a guerra do Golfo (1991) com a perplexidade de qualquer ser humano normal.

Contudo, no dia 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos sofreram um atentado onde dois aviões colidiram com as torres gêmeas do antigo World Trade Center e um terceiro atingiu uma parte do Pentágono. O governo americano acusou Osama Bin Laden como responsável e declarou guerra contra o Afeganistão, a fim de encontrar o terrorista e matá-lo. Humanistas e pacifistas tentaram em vão convencer de que era possível uma convivência pacífica com pensamentos diferentes, sem terrorismo. Movimentos, como o Greenpeace, lutavam para que Hiroshima e Nagasaki não se repetissem e para que uma nova consciência ecológica invadisse a mente do homem antes que ele acabasse com a biodiversidade, extinguindo, assim, a si mesmo.

Ao mesmo tempo que os Estados Unidos globalizavam os conflitos de forma aberta como única potência mundial, aproveitando-se do fim da União Soviética, eles estariam unificando os movimentos sociais em todo o mundo e contribuindo para que as palavras de Marx, tão criticadas por eles, se fizessem atuais: “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”.

Já não se podia mais falar em paradigmas universais ou específicos porque, em nossa compreensão, a própria globalização havia criado as bases também para a globalização dos conflitos e das ações diretas, sem desmerecer seu conteúdo específico. Assim, os movimentos apresentavam sua pauta com demandas contextualizadas, mas mantinham uma dimensão universalista ou até mesmo só apresentavam conteúdos gerais, sendo que esses últimos eram mais desenvolvidos no âmbito das centrais sindicais ou categorias mais organizadas ou melhor articuladas como, por exemplo, a solidariedade da CUT à luta Palestina em defesa de seu território e reconhecimento e de muitos sindicatos que passaram a colocar em seus informativos temas mais gerais, combinando com a luta localizada.

Pudemos perceber também que na década de 90 houve tentativas de eventos internacionais com êxito e repercussão. Em 1991, Santiago do Chile sediou o Encontro

Internacional contra a Tortura, reunindo representantes de movimentos do mundo inteiro, principalmente da América Latina, para denunciar a tortura nos governos militares e exigir a libertação dos presos políticos. Trabalhadores de centenas de países se reuniram, em 1997, em Havana - Cuba - para estudar formas de resistir ao neoliberalismo no encontro que teve como resolução o lema “Frente à globalização, globalizar a Resistência”. Os negros se reuniram na África do Sul e no Rio de Janeiro, em sua conferência internacional contra o racismo, destacando a importância da luta “anti-imperialista”. As mulheres fizeram seu encontro internacional em Beijing, na China e, dispostas a defender que “não há socialismo sem feminismo”, discutiram as questões de gênero sem perder a perspectiva de uma luta universal.

Todas essas iniciativas pareceram ter culminado no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre - RS – mesmo que não tivesse predeterminado que iria acontecer. Em janeiro de 2001, aconteceu um dos maiores eventos da atualidade envolvendo os movimentos sociais; “Um outro mundo é possível” foi o slogan do evento que contou com milhares de participantes de centenas de países com o objetivo de discutirem uma saída para a grave crise que colocava no corredor da morte milhares de pessoas por ano. Os movimentos sociais, através da rede de solidariedade que o próprio imperialismo fez nascer, contraditoriamente, estariam retornando à sua carga de demandas sociais e reivindicativas que impusesse aos governos a necessidade de desenvolverem políticas públicas benéficas para a população.

Ao contrário de um mundo antigo onde a comunicação verbal era o principal meio, vimos o avanço tecnológico trazer mudanças como a criação do universo virtual através da *internet*, ao fazer com que todos se adequassem a essa nova realidade, inclusive os movimentos sociais. Realidade onde a mídia teria também seu papel importante no desenvolvimento das nações.

Esse último período que vimos foi, para o movimento social, de intensificação da produção teórica como mecanismo de subsidiar a intervenção de seus membros na realidade, convencidos de que o trabalho de formação política se tornaria prioritário num mundo dinâmico e de rápidas mudanças. Várias escolas de formação foram abertas. Os sindicatos, associações e movimento organizado começaram a mudar seus estatutos para incluir uma “coordenação de formação política” que, articulada com o setor de imprensa

e divulgação, dariam uma nova cara aos movimentos. A CUT, por exemplo, criaria várias escolas de formação, dentre elas o Instituto Cajamar, em São Paulo e a Escola 7 de outubro, em Belo Horizonte, que forneceria cursos para trabalhadores sindicalizados no Brasil inteiro, e, mais recentemente, no Rio de Janeiro nasceu o Núcleo Piratininga de Comunicação como instrumento de aplicação de políticas de formação através da imprensa sindical. O MST também manteria uma escola de formação, mas suas escolas rurais de alfabetização e ensino normal constituiriam-se como instrumento de formação para a “conscientização política” de seus alunos, como eles mesmos afirmaram.

Notamos que os movimentos sociais desenvolveram, ao longo dos anos, uma pedagogia própria que lhe conferiria um conhecimento que seria de natureza prática, a partir de sua intervenção na realidade.

Ficou perceptível, para nós, que os movimentos sociais confirmaram-se como movimentos de resistência à ordem vigente, principalmente nas sociedades onde era mais evidente a contradição de classes, pois como escreveu Maria da Glória Gohn (1997: 41) “em sociedades estáveis, bem integradas, com poucas tensões sociais ou grupos alienados, há poucos movimentos sociais”, entendendo, assim, que os movimentos sociais se constituiriam como uma resposta da sociedade organizada, preterida em seus direitos.

A análise de Ana Maria Doimo (1995) contribuiu para uma reflexão mais profunda sobre essa questão afirmando que, no surgimento da “categoria” movimentos sociais, haveria uma identidade com uma determinada classe social, pois nasceram do ímpeto revolucionário da “transformação das relações capitalistas de produção” (Doimo, 1995: 37).

Dessa forma, como pudemos observar, os movimentos sociais teriam uma origem provocada pela ausência de mecanismos que garantissem condições dignas de sobrevivência, podendo ter implicações políticas, quando ligadas à disputa de espaço político de poder, e ideológicas, quando o que estivesse em disputa fosse o pensamento elaborado, guardadas as devidas proporções e concepções clássicas de cada palavra. Os movimentos estariam orientados por idéias desenvolvidas a partir de paradigmas clássicos e contemporâneos, mas também pela experiência passada e recente de uma praxis social, encontrando em seus militantes os porta-vozes de cada idéia. Durante sua existência haveria processos de cooptação e intervenção que afetaria os ânimos e convivência fraterna dos grupos que dirigissem os movimentos.

O desenvolvimento de doutrinas de governo, como vimos, formou uma das variáveis da reação consciente ao crescimento dos movimentos sociais. Essas doutrinas, na maioria ligadas à questão da segurança nacional, apontaram como imprescindível para a manutenção do que chamavam “democracia” o ataque às organizações sociais que tivessem características de “subversão” ao regime.

Todas essas visões, de direita ou de esquerda, estiveram presentes nos movimentos sociais, através de ações conscientes ou não, de discursos, de informativos. Enfim, os movimentos sociais, além de sua natureza contestadora, abrigariam diversas visões de mundo que estariam em disputa contínua e esse debate, combinado com a prática, seria o motor dos movimentos sociais

### CAPÍTULO III

#### A NATUREZA DO CONHECIMENTO NO MOVIMENTO SOCIAL DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Nos capítulos anteriores apresentamos alguns aspectos que envolveram a discussão sobre o que seriam conhecimento e movimentos sociais. Esta apresentação teve por objetivo introduzir determinados elementos sobre o conhecimento e os movimentos sociais que nos ajudaram a considerar a participação do conhecimento sistematizado nas publicações produzidas por esses movimentos, com a finalidade de chegar até o conjunto da sociedade com suas elaborações sobre a realidade.

A preocupação com o entendimento das duas dimensões de ação do homem – conhecimento e intervenção social na realidade – levou-nos a considerar os contextos históricos, as correntes filosóficas e a aplicação de determinadas teorias na realidade social, com vistas a modificá-la. Neste trajeto investigativo, percebemos como o homem foi criando modelos de sociedade, de conhecimento e de ação, e, ao longo do tempo, esses modelos foram substituídos por novas formas, cada vez que novos valores e novos conhecimentos eram incorporados ao pensamento e às ações humanas.

Nesse sentido, os movimentos sociais buscariam um conhecimento do real que teria, como ponto de partida, a sociedade complexa. Assim, fizemos um levantamento documental de alguns movimentos e de sua produção a fim de que pudéssemos extrair os principais elementos para uma análise posterior. Porém, junto à explicitação do conteúdo dos documentos escolhidos, apresentamos, ainda que de forma mais geral, como se fosse uma rápida “análise de conjuntura”, a situação em que estaria envolvido tal movimento.

Importante frisar que nossa investigação teve como referência os movimentos sociais no Brasil do século XX e os paradigmas escolhidos devem ficar apenas como exemplos. Estivemos a todo momento conscientes de que algumas situações poderiam ser identificadas como semelhantes a outros casos, porém não gostaríamos de qualificar qualquer experiência, mas apenas apresentá-las com o nosso olhar, sabedores, todavia, que não existe *neutralidade* em qualquer trabalho humano.

Fizemos uma separação dos movimentos em rural e urbano, mesmo compreendendo que haveria subdivisões entre eles. Os próprios autores ainda não chegaram a um consenso

sobre essa característica. Os movimentos urbanos foram divididos em sindical e não-sindical. Já o movimento rural teve um corte temporal, sendo estudado a partir da experiência das Ligas Camponesas na primeira metade do século passado e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – que foi criado nos anos 80.

### **O movimento urbano – sindical**

O movimento social urbano não se resumiu apenas ao movimento sindical, porém este foi escolhido como paradigma a fim de que pudéssemos obter exemplos importantes de materiais que enriquecessem a discussão proposta.

São infinitas as possibilidades de constituição de movimentos sociais urbanos: iriam do grêmio estudantil à Federação dos Sindicatos. Cabe ainda lembrar que consideramos toda organização, institucional ou não, como movimento social. Assim, um sindicato, que para alguns autores, estaria enquadrado como instituição ou organismo institucional por ter registro e obedecer a regras oficiais, para nós, foi considerado como movimento social. Maria do Glória Gohn (1997) compreenderia, por exemplo, que uma associação de moradores faria parte de um movimento social denominado movimento de bairros.

Optamos por apresentar dois importantes documentos do ponto de vista da construção de conhecimento e sua utilização para sustentação das propostas dos movimentos. Extraímos partes das “Resoluções do 3º Congresso Regional da CUT de São Paulo” e da revista “Ponto de Vista” do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – STU.

A CUT havia sido criada em 1983, ainda sob o regime dos militares, motivada também pela onda de greves que o país assistia, composta por representantes de setores progressistas da Igreja Católica, Partido dos Trabalhadores e intelectuais.

O terceiro Congresso da CUT da Grande São Paulo ocorreu em 1986, ano das primeiras eleições após a posse do primeiro presidente civil (Tancredo Neves e José Sarney), depois de 22 anos de ditadura militar. Ao final, produziu-se um documento intitulado “Resoluções do 3º Congresso” que, dentre outros assuntos, falava da evolução das greves no país. Na discussão sobre esse processo histórico, foi apresentado um quadro estatístico, que demonstrava – com dados cujas fontes foram estudos realizados pelo

Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (DIEESE), sindicatos, Ministério do Trabalho e imprensa – a evolução do movimento grevista no país.

Meses	1985			1986		
	Greves	Grevistas	Horas paradas/mil	Greves	Grevistas	Horas paradas/mil
Janeiro	53	113.110	1.145	38	92.484	1.344
Fevereiro	66	156.699	2.769	34	96.736	1.192
Março	71	157.660	1.555	52	240.200	1.024
Abril	36	393.275	1.372	117	355.920	3.048
Maió	56	1.301.836	2.901	127	704.510	4.328
Junho	45	938.100	2.977	101	646.090	5.552
Julho	38	374.990	1.670	234	959.458	11.432
Agosto	49	244.266	1.817	171	673.692	8.552
Total	414	3.566.939	16.206	874	3.769.090	36.472

Fonte: DESEP - CUT SP

A apresentação do quadro sinalizou, em nossa opinião, que o movimento sindical atribuiu ao conhecimento sistematizado (e estatístico) condições de descrição e explicitação do real, uma vez que esses dados informaram a evolução e dimensão da luta dos trabalhadores na sua forma mais concreta: a greve.

Dentro dos objetivos de uma ação social, estes dados foram concebidos como instrumentos de luta. De um lado, serviram como instrumentos de convencimento dos representados para engajarem-se na "luta" e "participarem" das atividades dos sindicatos e "fortalecerem" seu trabalho:

Isto representa uma enorme responsabilidade para a vanguarda sindical. Há energia de luta entre os trabalhadores, mas falta direção política para enfrentar a burguesia. Resolver este problema se torna uma das tarefas fundamentais do 3º Congresso Regional, junto às outras instâncias de nossa Central (a CUT). (1986:3-4)

De outro lado, as informações estatísticas apresentadas, ao traduzir, em uma linguagem numérica, o avanço do movimento grevista, auxiliaram a direção da CUT a argumentar em favor da importância da proposição de uma política sindical capaz de unir a classe trabalhadora e a população, de uma forma geral, na luta contra os interesses da

burguesia e de sua política econômica e social, naquele momento representada pelo conjunto da “Nova República”:

nosso papel é ainda maior uma vez que nosso trabalho sindical se desenvolve numa das áreas chaves do proletariado brasileiro. A Grande São Paulo faz parte, juntamente com o ABC, da região de maior densidade operária do mundo. Concentram-se aí, importantes parcelas dos trabalhadores da indústria e dos serviços. (...)

Este “eixo” operário tem condições de liderar politicamente a classe a nível nacional. O que é feito, e o que não é feito aqui, repercute em todos os cantos do país.

Mais um elemento que assinala o peso deste próximo Congresso. A Grande São Paulo, um dos pólos do movimento popular a nível nacional, concentra um grande índice populacional. O desafio de estruturar uma política que unifique o movimento sindical e o movimento popular contra a burguesia e sua “NOVA REPÚBLICA” está colocado como questão central. (1986:4)

Assim, observamos que os dados estatísticos, que não seriam meramente números frios, jogados ao arrepio da realidade, mas apresentados dentro de um contexto econômico-político-social, a partir de uma determinada visão, iriam construindo um entendimento do real capaz de direcionar as forças do sindicato para o rumo que se pretendia imprimir a sua ação. No processo de entendimento dos dados numéricos, a leitura feita pelos participantes do congresso acrescentaria aos dados estatísticos uma interpretação baseada na perspectiva de organização da classe.

O documento da CUT/SP, além de trazer essas informações, produzidas no âmbito do conhecimento sistematizado sobre a dimensão do movimento grevista, apresentou pontos elaborados, a partir de debates, para uma ação pontual da seção paulista da CUT. Estas considerações compreenderam cinco grandes eixos de organização de políticas para a Regional da Central: situação nacional, campanha nacional de lutas, estrutura sindical, implantação da regional e formação.

No primeiro item, que tratava da situação nacional, foi definida uma formulação sobre a realidade brasileira a partir de uma análise da situação “antes do pacote” e “após o pacote”<sup>1</sup>; apontadas as “causas da mudança na situação”; explicado o que se chamou de “ascensão das lutas” e de eleições. Ainda sobre a realidade nacional, o documento fez

---

<sup>1</sup> O documento da CUT referia-se ao plano econômico editado no governo de José Sarney (primeiro presidente civil depois do golpe de 1964) chamando-o de “pacotão”.



menção à “transição e o caráter do regime político”, numa referência ao processo de transição do regime militar para o governo civil. Sobre isso, a Resolução propunha:

- 1- as magras reformas que foram ou, eventualmente, serão realizadas não são conquistas que o regime está oferecendo às massas ou avanços democráticos. Antes, o novo regime procura impedir novas conquistas das massas formalizando as que são absolutamente inevitáveis ou que já foram obtidas na prática;
- 2- O novo regime veio consolidar e aprofundar as conquistas que as classes dominantes obtiveram contra os trabalhadores durante a ditadura militar;
- 3- O novo regime não é um regime de resistência à exploração do país pelo capital imperialista, mas um avalista da dívida externa e do lucro das multinacionais;
- 4- Com o aumento das lutas, caminhando para a greve geral, mais uma vez o governo acena com a proposta de Pacto Social que tem total repúdio por parte da CUT. (1986:15)

O processo de discussão e votação da Constituição de 1988, no Congresso Nacional, foi tema de debate no interior da reunião regional e compreendido como sendo uma proposta de continuação do regime anterior. Mais do que isto, o projeto constitucional, na análise apresentada pelo documento oficial do congresso regional da CUT, veio a ter a seguinte forma:

A Constituinte convocada por Sarney não representa uma ruptura real com o regime anterior. Ao contrário, a Constituinte é uma das mais importantes peças da negociação entre a Aliança Democrática e os militares que fixaram os seus limites.

(...)

Os trabalhadores que ainda têm ilusões sobre o que fará a Constituinte pouco a pouco verão essas expectativas frustradas. É preciso direcionar a nossa intervenção para esgotar o mais rápido e profundamente esta experiência e trabalhar para que os poucos parlamentares comprometidos com os trabalhadores façam o mesmo. (1986:16)

As densas e debatidas elaborações no interior do movimento sindical encontrariam seus paradigmas em autores clássicos ou contemporâneos, como pudemos observar, porém não foi nossa intenção identificá-los e sim relacionar o conjunto de elaborações feitas a partir do movimento com o processo de construção do conhecimento. Como disse Löwy “o conhecimento (ou a ignorância) dos fatos, da verdade objetiva, pode ter uma influência poderosa sobre as opções práticas” (1994:40). Isto quer dizer que, em nosso entendimento,

a construção do real feita no Congresso da CUT, apresentando uma visão da realidade como uma verdade relativa aos trabalhadores, resultaria em que a opção melhor seria a convocação de uma greve geral e o esgotamento da discussão sobre a Constituinte.

O segundo ponto apresentado pelo Congresso da Central de Trabalhadores dizia respeito à organização das lutas das categorias para ter suas reivindicações atendidas. Segundo o documento, alguns “eixos” precisariam ser definidos e apontaram, “como principais: salário, emprego, liberdade, terra e não pagamento da dívida externa” (1986:18). Em sua “Campanha Nacional de Lutas” a “questão da Greve Geral” despontava como uma das estratégias para atingir seu objetivo. A preocupação com a conquista da simpatia da população era permanente e necessária, defendendo que “a CUT deve elaborar boletins explicando à população o significado do não pagamento à dívida externa” (1986:18).

No tocante à “estrutura sindical”, as resoluções apresentavam uma formulação que continha uma concepção de mundo e de sociedade, própria do sindicato, diferente do que pensava o governo e o chamado “sindicalismo pelego”<sup>2</sup>. O texto aprovado defendia que a CUT se basearia nos seguintes princípios:

- a independência e a autonomia das organizações frente o Estado e o governo;
- a organização voltada para a luta dos trabalhadores (contra o sindicalismo assistencialista, burocratizado e pelego);
- a democracia operária no meio sindical; e a
- reafirmação do caráter classista do sindicalismo. (1986:24)

Não era fácil fazer parte de movimento social, mesmo durante um governo civil de uma dita abertura “democrática”, impondo-lhes o medo e o terror próprios do período militar que o antecedeu. Assim, as resoluções do congresso da CUT também apontavam a importância de união entre setores do campo e da cidade, denunciando que “membros das Comissões de Fábrica, Cipas<sup>3</sup>, dirigentes sindicais na cidade são sumariamente demitidos, enquadrados na Lei de Greve e até mesmo em processos comuns enquanto dirigentes sindicais do campo são assassinados”.

Como possibilidade de solução para tais acontecimentos, o documento propôs:

---

<sup>2</sup> Pelego é o couro de carneiro colocado entre a cela e o cavalo para atenuar o impacto do peso. Os sindicalistas usam o termo para se referir aos que defendem uma “conciliação” com os patrões.

<sup>3</sup> Cipa é o espaço construído pelos trabalhadores dentro das fábricas para aferir as condições de trabalho e propor soluções de melhorias ou até mesmo interditar os setores afetados pelas más condições.

- 1- realização de uma semana de luta em todas as categorias pela aprovação das bandeiras salário, emprego, liberdade, terra e não pagamento da dívida externa, que culmine num Dia Nacional de Luta na cidade e no campo, tendo como centro a mobilização e a organização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho;
- 2- elaboração de um dossiê sobre todos os casos de repressão e punição, demissões e assassinatos durante o governo da “Nova República”;
- 3- durante essas semanas enviar telegramas de entidades sindicais, democráticas e da sociedade civil, reivindicando ao Congresso Constituinte a aprovação de nossas bandeiras. (1986:26)

O item que versava sobre a “Implantação da Regional” tratou de analisar os aspectos com os quais o movimento estaria lidando para que pudessem definir sua ofensiva de lutas, propondo, dentre outros assuntos:

- 1- continuar a desenvolver as zonais, avançando no seu papel de articulação horizontal(...);
- 2- elaborar um plano para incentivar as comissões de fábrica, Cipas, oposições sindicais, etc., para criar novos organismos dentro das empresas; assessorar os que já existem e integrá-los entre si com a perspectiva de construir interfábricas, bem como integrá-los nos planos de luta;
- 3- garantir um boletim massivo da Regional, quinzenal, com orientações claras sobre os passos da luta;
- 4- acompanhar as oposições sindicais. Este ano é um ano de muitas eleições sindicais, em particular dos metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e São Paulo e é importante fortalecer as oposições cutistas para que a CUT esteja na direção de um número maior de sindicatos. (1986:31)

O quinto e último item da resolução do congresso da Central tratou da formação política, assunto considerado pelos sindicatos como ponto chave para uma “disputa ideológica” com o governo e os patrões, reafirmando que os sindicatos teriam um projeto de sociedade que seria diferente a partir da construção da realidade, com base nos dados que teriam à disposição. Segundo o documento, “a burguesia sempre se utilizou de todos os recursos para manter a exploração e a dominação de sua classe”, entendendo como “burgueses” os patrões, e o Estado funcionaria como regulador, ou melhor, agenciador da burguesia, financiando seus projetos e defendendo seus interesses. Essa visão que os sindicatos tinham os fez definir como objetivos:

- 1- A formação é um instrumento de luta dos trabalhadores para enfrentar a dominação ideológica a que estão submetidos;

2- A formação não é atividade com tempo definido, ou de caráter imediatista. Deve ter um caráter **permanente**, integrada e associada à **ação** dos trabalhadores na luta social: o trabalho de organização de mobilização, a discussão política, as lutas, etc.; (grifos do documento)

3- A formação deve dotar os trabalhadores de capacidade crítica para analisar e julgar a realidade em que vivem, fornecendo-lhes métodos para que possam fazer esta análise;

4- A formação deve dotar os trabalhadores de conhecimentos sobre a história das lutas políticas e sindicais de sua classe, no Brasil e no mundo, para que estas experiências contribuam para a definição e as práticas políticas e sindicais, de hoje; (grifo nosso)

5- A formação deve globalizar a política classista da CUT e preparar seus militantes para a defesa e aplicação dos princípios e definições atuais da Central, capacitando-os também para repassarem este entendimento para o conjunto da classe trabalhadora,

6- A formação da CUT é um instrumento para a construção e solidificação da consciência socialista dos trabalhadores.(1986:33)

A política da entidade que representa milhares de trabalhadores não estaria somente na definição dos objetivos, mas na definição de seu “público alvo”, ou melhor, a quem atingir com o trabalho de formação, as prioridades para essa atuação e como seria desenvolvido. Dentre os instrumentos e meios que se tornariam eficazes para a propagação das idéias aprovadas no congresso, estariam cursos de formação, seminários, debates, palestras etc.

Mas entendemos como demasiadamente simplório abstrair da atuação apenas da central sindical para analisar os fatores ali envolvidos, apesar de considerarmos uma das maiores referências em termos da construção de um patrimônio de classe, e utilizamos a revista de um outro sindicato para ratificar nossas observações. A publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas, SP – STU – chamada de “Ponto de Vista” ilustrou bem (até no nome) as idéias do sindicato sobre a realidade e as propostas de modificação dessa realidade. A edição, inédita e publicada no primeiro ano do século XXI (2001), tinha a característica de trazer informações sobre a realidade local e sobre a situação mundial, trazendo notícias como: “Correção do FGTS”; “Brasil corre risco de entrar em outra ditadura”; “Terceirização e Universidade”; “ Para mercado de trabalho, negros valem menos”; “O que está por trás do apagão”; “Palestina em luta”.

A matéria sobre os negros chamou-nos atenção, pois, além de distanciar-se do corporativismo economicista, incluiu, no âmbito do sindicato, uma discussão sobre raça e etnia, difícil de ser feita por sua complexidade e particularidade, circunscrita muitas vezes somente aos movimentos específicos. Não obstante essa problemática, uma elaboração sobre a questão requeria experiência e acúmulo de conhecimento suficientes para a defesa de determinada versão da história. Dizia o texto:

O mercado de trabalho brasileiro discrimina a população negra do país. Essa é a conclusão a que se chega quando os números desse mercado são analisados. A discriminação praticada contra o homem negro e a mulher negra no mercado de trabalho brasileiro já é velha conhecida de quem está nele. Ou tentando entrar nele. Quando há apenas uma vaga disputada por duas pessoas (uma branca e uma negra) em geral, quem permanece desempregada é a negra. Agora, uma pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) aponta que os negros, quando conseguem o emprego, ganham menos que seus colegas brancos. O abismo salarial passa de 50%. (2001:20)

Observamos que o sindicato valeu-se de uma pesquisa, considerada verdadeira em seus dados, para formular seus pensamentos e fazer sugestões para transformação da situação em que o negro se encontrava. O que faria um sindicato abrir mão de seus textos por melhores salários para investir em palavras distantes do bolso do trabalhador? A resposta a essa pergunta foi também elaborada no capítulo seguinte e seria bem fácil. Como se tratava de uma revista, vários textos foram escritos, inclusive sobre essa questão, que atinge o bolso indiretamente, pois os negros estariam sendo discriminados ao procurar trabalho e dentro dele, ganhando menos que um branco, como mostraram pesquisas sobre o assunto. Na verdade, o sindicato buscou combinar fatores econômicos imediatos, como o FGTS, com temas mais subjetivos, que revelariam uma identidade entre os indivíduos que não passaria apenas pela fonte pagadora de seus salários, mas pela sua origem étnica, de gênero e social. Continuou a matéria:

De acordo com a pesquisa, a média salarial de homens negros em São Paulo é de R\$3,18 por hora de trabalho. Já os homens não-negros ganham R\$6,14 por hora trabalhada, ou seja, quase o dobro. Enquanto o salário médio mensal de um homem branco é de R\$ 1.236,00. (...)A renda média por hora de trabalho registrada para as mulheres negras foi de R\$2,41. Enquanto isso, a renda média das

não-negras (brancas e amarelas) foi de R\$4,58 por hora. A diferença é de 53%. (2001:20)

A reflexão feita a partir dos dados coletados corroborou para a apresentação de propostas sobre a temática em questão, na Conferência Mundial sobre Racismo, que ocorreu na África do Sul, onde foram apontadas as seguintes propostas:

- Criação de cotas ou políticas afirmativas semelhantes que visam promover a inserção dos negros nas universidades públicas;
- O Estado reconhece que a escravidão dos negros e indígenas, o tráfico de escravos e a marginalização econômica e social de seus descendentes tratam-se de violação aos Direitos Humanos;
- Maior presença de atores afro-descendentes em peças publicitárias. (2001:22)

Além da questão acima descrita, a produção teórica do sindicato também contou com uma discussão entre intelectuais, da área de energia e política, sobre a crise no sistema elétrico brasileiro que ficou conhecida como “apagão”, pois visava ao racionamento de energia elétrica por um período de tempo, além de cortes em determinadas áreas geográficas, deixando cidades brasileiras sem iluminação. Mais uma vez nos deparamos com um debate que, em outros tempos, passaria ao largo das discussões sindicais. A reestruturação dos sindicatos e o aumento do processo de formação política, associados a uma crise que obrigaria a mídia a expor as contradições do sistema, faria com que temas como o da crise energética fizesse parte de todos os boletins sindicais da época. Destacamos, como exemplo ilustrativo de nossa discussão, um trecho do texto sobre a crise energética:

De acordo com os dados apresentados pelo deputado federal Luciano Zica, 90% da energia elétrica brasileira são de geração de hidrelétricas, construídas nos últimos 50 anos, com forte impacto ambiental na sua construção. “O Brasil montou um modelo essencialmente hidrelétrico. As represas funcionam como uma caderneta de poupança hídrica. Você guarda a água no período das chuvas – que é de novembro a março – e vai gastar no período da seca – que é de abril a outubro”, explica. Normalmente, os reservatórios brasileiros têm uma história que é de chegar perto dos 100% do seu nível no mês de março e perto de 40% nos meses sem chuva.

(...)

Na década de 90, os investimentos em geração de energia das estatais foram de R\$ 14 bilhões por ano. No governo de Collor/Itamar Franco, já começaram a cair. No governo Itamar,

com Fernando Henrique ministro, já caiu pra algo em torno de R\$ 7 bilhões. E agora, no governo Fernando Henrique, ficou na ordem de R\$ 5 bilhões por ano

Por outro lado, o Brasil é um país de 170 milhões de brasileiros. Desses, 17 milhões não têm acesso à energia elétrica. Outros 70% dos brasileiros consomem um volume muito pequeno de energia, algo em torno de 170 KW/mês. Mas, independente do crescimento da economia brasileira, nós temos um aumento da demanda de energia na ordem de 5% ao ano. (2001:28)

O periódico sindical foi além das fronteiras do país, e também trouxe uma elaboração teórica sobre a questão palestina e os conflitos no mundo árabe, contando sua versão da histórica disputa entre israelenses e palestinos. O paradigma marxista e gramsciano de disputa ideológica para construção da hegemonia parecia evidente num documento divulgado a todos os trabalhadores da universidade e externos a ela. Sobre esse conflito, assim publicou o STU:

O conflito foi se acentuando e, depois da II Guerra, as potências acertaram que, em função até do massacre promovido pelos nazistas contra os judeus, aquela região seria partilhada. E, em 1947, em uma sessão da Organização das Nações Unidas (ONU), presidida por um brasileiro, o chanceler do Getúlio Vargas, a Palestina foi partilhada em dois territórios: um seria destinado aos judeus, que corresponderia a 64% da Palestina que estava sob domínio britânico e, 46% seriam destinados ao Estado Palestino. E seria natural que a Palestina se constituísse como um Estado.

No entanto, quando foi criado o estado de Israel, seus dirigentes desconheciam completamente as resoluções da ONU e passaram a ocupar, indistintamente, todo o território, inclusive parcela do território destinado para o Estado Palestino e, com o apoio das potências ocidentais, essa expansão de Israel foi se consolidando em conflitos seguidos.

(...)

Essa situação agravou-se desfavoravelmente aos palestinos com a desarticulação da União Soviética, que mantinha ali o papel de impedir que a aliança dos países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos e Israel, destruísse completamente qualquer autonomia, não só dos países árabes mas de qualquer esperança da consolidação do que vem ainda a ser a promessa de um estado palestino.

O revés dos anos 80, início dos anos 90, colocou os povos árabes numa situação de defensiva estratégica. Ou seja, o mundo passava a ser hegemônico através de uma única potência militar, ou superpotência, ou hiperpotência, como legitimamente podemos considerar, que é o papel exercido pelos Estados Unidos.

Além do apoio militar, econômico, tecnológico, científico e diplomático, os Estados Unidos operam ideologicamente para impedir qualquer denúncia dos crimes cometidos por Israel e para manter materialmente todo aparato de violência e repressão. (2001:31)

Onde iríamos parar com tantas descrições ou reprodução de documentos ? Ora, exemplificamos, a partir de um determinado contexto social, a prática teórica de determinados movimentos sociais contida em seus boletins e informativos. A teoria da ação-direta discutida por Ana Maria Doimo (1995) não estaria alicerçada apenas em idéias abstratas, mas também na experiência prática, no erro, na dúvida e no embate teórico-metodológico realizado no interior desses movimentos.

### **O movimento rural**

O Brasil, geograficamente maior país da América Latina foi explorado pelos europeus, principalmente portugueses, a partir de 1500 e conservou, até a década de 1930 uma estrutura agrária e exportadora. Passou por várias fases de conflitos e batalhas, com movimentos de resistência como os Quilombos e as Conjurações mineira e baiana, e movimentos institucionais que acarretaram o “grito” de Independência e a Proclamação da República.

A partir dos anos 30, como vimos no capítulo anterior, com políticas nacional-desenvolvimentistas, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitchek, começaram a deslocar a matriz econômica da nação para indústria e comércio, fazendo com que o país se voltasse para a área urbana nos 50 anos seguintes. No entanto, toda a produção nacional continuava direcionada, como na época colonial, em sua supremacia, para o mercado consumidor externo.

A década de 20 enfrentou ainda o *crack* da bolsa de valores de Nova Torque (1929), que anunciou a primeira grande crise da economia capitalista mundial e abriu caminho para um novo conflito entre os países duas décadas depois.

O Brasil sofreu os reflexos da crise de 29 e permaneceu com sua economia agro-exportadora, mantendo ainda traços marcantes da república velha, uma cultura colonialista e escravista que continuou influenciando culturalmente setores da sociedade brasileira. Azevedo (1982) utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –



para instrumentalizar sua obra sobre um dos maiores movimentos do meio rural brasileiro: as *Ligas Camponesas*.

Os dados, considerados por alguns como “científicos”, também teriam sua margem de erro como o próprio Instituto declarou. No entanto foram usados tanto pelo governo quanto pelo movimento social para desenhar a realidade sob o olhar de cada um e propor mudanças que julgavam necessárias diante da situação averiguada. O Brasil contava, em 1940, com uma população de cerca de 12 milhões de habitantes na área urbana e pouco mais de 28 milhões vivia na zona rural, de acordo com o Censo do IBGE da época. Segundo o mesmo órgão, em pesquisa realizada na *Zona da Mata Úmida* dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, no decorrer dos anos 50, esses entes federados contavam com uma população 23,6% urbana contra 76,4% rural, enquanto que ao final dos anos 70 a população urbana já atingia 42,1% e a rural caía ao índice de 57,9%. Em números absolutos a população cresceu nesse período, verificando-se que a população rural caiu em 5 mil pessoas, passando de 306.314 para 301.694 e a urbana aumentou em 120 mil, passando de 400.920 para 521.270<sup>4</sup>. Isso fez crer que, se por um lado houve uma migração do campo para a cidade, também houve um crescimento populacional acelerado na própria região urbana. O nordeste, principalmente, estava tomado pelas oligarquias rurais que expulsavam os trabalhadores do campo e os impediam de ter um pedaço de chão, como apontou Fernando Antônio Azevedo:

O processo de expropriação definitiva do morador e do foreiro só ocorreria, de forma sistemática e maciça, após o final da segunda grande guerra mundial, quando há uma valorização do açúcar no mercado internacional, estimulando os proprietários a estender a área de cultivo de cana e a aumentar a produção. (Azevedo, 1982:47)

As condições apresentadas por Azevedo permitiram o surgimento das chamadas Ligas Camponesas, que tinham objetivos políticos claros e uma ligação direta com o Partido Comunista, seu fundador. Assim, conta Azevedo que a criação dessa organização seria uma necessidade para o PCB ampliar “suas bases políticas para além das fronteiras urbanas e concretizar a idéia de uma aliança operária-camponesa para se contrapor ao latifúndio e ao imperialismo” (Azevedo, 1982:55), haja vista que ao trabalhador do campo

---

<sup>4</sup> IBGE. Censos Demográficos de 1950 e 1960.

era proibido constituir sindicato. A Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPP – ficou conhecida como Liga Camponesa da Galiléia, pela sua característica como instrumento de “organização e mobilização das massas rurais pelo Partido Comunista” e por “desempenhar um papel fundamental no movimento social agrário brasileiro” (Idem: 59).

As Ligas Camponesas ou Sociedades Agrícolas faziam parte do movimento social daquela época com características próprias e perspectivas particulares (reforma agrária), além de elaborarem políticas para as ligas e seus militantes, assim definindo sua organização:

Tratando-se de uma associação, o nome pouco importa, ela organiza delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses. A sede central deve ficar na capital do Estado ou na maior cidade da região que se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma justiça mais avançada ou menos reacionária do que aquela que se deixa sufocar, numa cidadezinha de interior sob o peso do latifúndio.(...) Preferimos dar a cada núcleo o nome de Delegacia. É uma maneira de fazer o camponês perder o medo da outra Delegacia - a da polícia. (Azevedo, 1982:75)

O manifesto de Julião apontava os vários matizes do movimento social no campo, que iriam desde a criação de uma associação até a preocupação com os órgãos oficiais de repressão à liberdade de expressão, comuns naquela época. Não obstante, os camponeses organizavam seminários, congressos e encontros para discutir e aprovar propostas que orientassem suas ações coletivas, sempre definindo os objetivos mediatos e imediatos, sabedores dos obstáculos que tinham pela frente. Consoante com esses objetivos, houve o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil que produziu, em 12 de junho de 1963, um documento chamado “teses para debates”, assinado por Francisco Julião, então presidente do Conselho.

O movimento também teve fortes influências da revolução cubana, reproduzindo inclusive, em seu material trechos da 2ª Declaração de Havana. Os principais pontos do documento eram: unificar as forças revolucionárias em torno de um programa radical; as forças em choque; unidade em torno da revolução brasileira; reforma agrária radical; reforma urbana radical; reforma radical do ensino; reforma industrial radical; reforma bancária radical; outras reformas radicais; organizar as massas. Essas propostas poderiam

ser observadas na defesa que Fidel Castro fez de si mesmo ao ser condenado pelo assalto ao Quartel Moncada em 26 de julho de 1953, que ficou conhecida como *A história me absolverá* (capítulo VII).

O documento das ligas trazia elementos de formação política e falava de reforma do ensino e organização do povo. Essa “pedagogia do oprimido” era evidenciada pelo discurso que contava outra versão da história, lançando mão da palavra “radical” como forma de contrapor-se ao discurso dominante, próprio dos livros oficiais e dos meios de comunicação, onde se veiculava que os camponeses eram “subversivos”, pessoas perigosas. Palavras como desapropriação, colaboração, planificação e igualdade de direitos constavam dos boletins desse movimento e estavam fora dos livros didáticos.

O documento a que nos referimos (teses para debates) elaborado por Francisco Julião tinha o seguinte conteúdo:

A mortalidade infantil atinge níveis espantosos. Há uma guerra sem quartel contra os inocentes. É o ódio de Herodes. O assassinato em massa. O genocídio. A média de vida humana decai de ano para ano, aumenta a criminalidade entre crianças e adultos. A mendicância chega a açular o apetite da besta fascista. A burguesia se diverte com um milhão de prostitutas que não encontram sequer leitos nos hospitais para seu último esgar de sangue. O analfabetismo prolifera à sombra da indústria do ensino e dos planos de educação. As favelas se abrem sobre os morros, não como flores, mas como chagas. Nascem os mocambos da podridão da lama. E as palafitas. É o marginalismo na terra da promessa. Não há sequer a necessidade de descer a detalhes. De fazer prognósticos. De exhibir estatísticas. Tudo está à vista de todos. (Azevedo, 1982:132)

Notamos que, além da linguagem solta e sem compromissos, o presidente das Ligas montou um quadro aos seus olhos e propôs que deveria ser considerado verdadeiro, pois, segundo ele, não precisava de dados já que a situação era completamente evidente. Assim, partia da observação da realidade para a dedução de que era uma realidade perversa ao ser humano e, portanto, urgia uma mudança, ou melhor, uma “revolução” com um “programa radical”.

No item que diz respeito à “Reforma Agrária Radical”, as teses apresentavam suas propostas sobre o que consistiria uma mudança no setor rural. Dentre os dezoito itens defendidos, destacamos os seguintes:

- 1- radical transformação da estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio de propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo Governo Federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade composta, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal;
- 2- plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo;
- 3- Aplicação efetiva da legislação trabalhista aos trabalhadores agrícolas, do mesmo modo que é aplicada aos trabalhadores urbanos;
- 4- levantamento cadastral completo pelos governos federal, estaduais e municipais, de todas as terras devolutas;
- 5- regulamentação da venda, usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas dos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área seja superior a 500 hectares ou inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa. (1982:135)

No que dizia respeito à "reforma urbana radical", notava-se um verdadeiro programa socialista, comparado aos principais pensamentos originários das teses do Partido Comunista com influências soviéticas. O manifesto propunha:

- a) redução de 50% sobre os aluguéis das habitações urbanas, e transformação de cada inquilino em promitente comprador do imóvel que habita; (...)
- b) incorporação à casa, quando esta já for própria, do terreno ainda sob aforamento ou locação, através do mesmo processo de compra estabelecido para a habitação;
- c) desapropriação das grandes companhias imobiliárias e efetivação de planos de habitação à base de casas pré-fabricadas. (1982:137)

Quanto ao ensino, já não se teria dúvidas de que precisava mudar, mas a mudança prometida pelos líderes das ligas camponesas representaria uma verdadeira revolução no ensino, principalmente o público, apresentando as seguintes propostas:

- a) adoção do ensino gratuito para qualquer grau, ao alcance das massas urbanas e rurais, tendo em vista o princípio de que todos são iguais, perante o direito à educação;
- b) participação dos estudantes de nível secundário, universitário e técnico-profissional, nos conselhos escolares e universitários, sempre proporcional ao número de alunos em relação ao professores e funcionários, tomando-se por base o princípio da representação democrática;(...)
- e) criação de cursos de aperfeiçoamento profissional nos próprios locais de trabalho, obedecendo a horário flexível, com o objetivo de

melhorar o nível técnico dos trabalhadores, tendo em vista o princípio universal de que o trabalho humano é o criador de riquezas;(...)

h) aparelhamento de todas as Escolas e Faculdades de Agronomia, Veterinária, Arquitetura, Medicina, Administração, Educação e outras, e criação de novas onde se fizer necessário, para levar o progresso científico e técnico a todos os recantos da Pátria, especialmente aos campos. (...) (1982:137-8)

Nas teses de Julião, a indústria também precisaria passar por uma radical reforma:

- a) encampação das grandes empresas;
- b) desenvolvimento acelerado das indústrias de base;
- c) auxílio técnico e financeiro à pequena indústria;
- d) concretização do preceito constitucional que determina a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa;
- e) formação de comissões mistas de técnicos e operários para a direção das fábricas;
- f) elaboração de um plano nacional de industrialização, para liquidar com o desemprego e elevar rapidamente o nível de vida do povo. (1982:139)

Na verdade o que Julião chamou de “teses” seria um programa – para ser implantado no país – a fim de que gerasse as mudanças que entendia serem importantes. Para a efetivação desse programa, no entanto, ele defendia o seguinte:

é preciso unir e organizar as massas, em torno de um MOVIMENTO amplo e dinâmico, capaz de atrair e empolgar as forças populares dispersas, sem rumos bem definidos que, nos campos, nas fábricas, nas escolas e nos quartéis, buscam solução para seus problemas. Será o MOVIMENTO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA (MURB). (1982:141)

Assim encerrava Julião o seu manifesto intitulado “teses para debates” que divulgou no início da década de 1960 a fim de conquistar adeptos para seu projeto de transformação da sociedade. O “movimento” como chamou, era o instrumento que seria capaz, em sua opinião, de organizar esse processo de mudança.

Com a ditadura militar, instaurada através do golpe de 1964, as Ligas Camponesas foram quase que dizimadas e todas as experiências de resistência ao sistema, através dos movimentos sociais foram considerados subversivos e fechadas as suas sedes, seus dirigentes perseguidos, torturados, assassinados ou exilados. Somente nos anos 80, com o desgaste do regime militar, a luta por liberdade e democracia com ajuda de setores

progressistas da Igreja Católica, de determinados segmentos protestantes e de organismos internacionais, foi que se conseguiu retomar a organização de alguns movimentos.

A essa altura, o Brasil já não era mais o mesmo. As indústrias haviam crescido e a maioria da população concentrava-se na área urbana. De acordo com o Censo, em 1980 cerca de 80 milhões de brasileiros habitavam as cidades enquanto 38 milhões mantinham-se na área rural. Além do crescimento populacional, percebemos uma inversão completa, encontrando na década de 80, um terço da população morando no campo e a imensa maioria nas áreas urbanas. Mesmo assim, a política agrária era tão perversa e homicida (foi o período onde se registrou maior número de mortes por conflitos de terras) que deixou espaço para o nascimento do que viria a ser um dos maiores e mais bem organizados movimentos sociais do país: o MST, com seu lema *ocupar, resistir e produzir*.

Como vimos anteriormente, os anos 80, foram considerados por alguns autores como a década perdida para o capitalismo, do ponto de vista do crescimento econômico e da produção. Porém foram para os movimentos sociais o período onde mais cresceram e se desenvolveram lutas e manifestações de caráter político e de contestação ao regime militar e à dominação capitalista, resultando, como já dissemos, no nascimento do Partido dos Trabalhadores (1980) e da Central Única dos Trabalhadores (1983). Também foi o período de maior repressão aos movimentos sociais na cidade, como no episódio da invasão da Companhia Siderúrgica Nacional pelo exército, deixando três operários mortos, em 1986, e no campo, como o massacre na Fazenda Santa Elmira - RS - em 1989, com outros tantos mortos e feridos.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que saltou de 19 acampamentos em 1990 para 585 em 2001, foi um dos principais movimentos sociais dos últimos anos e motivo de centenas de estudos no meio acadêmico, no Brasil e no exterior. Os objetivos desse movimento, que teve 1557 militantes assassinados entre 1980 e 2001<sup>5</sup>, estavam expressos em seus manuais e na página virtual que possui na internet, contendo os seguintes mandamentos: construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; a terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade; garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos,

---

<sup>5</sup> Fonte: CPT e MST. Dados atualizados em 26/02/2002.

políticos, sociais e culturais; difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher<sup>6</sup>.

Segundo o próprio Movimento, o trabalho prático não seria suficiente para que seus militantes pudessem dispor das ferramentas necessárias para interpretar e agir na realidade de forma a transformá-la e acrescentariam a importância de ter uma escola, argumentando que “capacitar os acampados e assentados também é um dos objetivos deste método de construir com a mão de obra voluntária dos jovens trabalhadores que integram o MST” (boletim do MST, 2001). Via-se, com isso, que o Movimento dos Sem Terra construía uma leitura do real que partia de uma realidade concreta, mas não dispensava a abstração dessa realidade a partir dos instrumentos de que procurava dispor aos seus componentes no sentido de que pudessem formular seus conceitos e operar sobre a sua própria situação, sempre com vistas a modificá-la.

A argumentação da capacitação seria utilizada para explicar a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes que, segundo o movimento, possibilitaria a profissionalização dos camponeses e sua preparação para enfrentar a realidade. Mas a construção da Escola deveria acontecer em forma de mutirão, pois “cada jovem acampado e assentado que doa seu trabalho por um período, tem a possibilidade de adquirir conhecimentos no processo completo da construção, além de estudar durante as noites sobre conjuntura, cooperativismo, história, economia etc” (boletim do MST, 2002). Para o Movimento dos Sem Terra a construção do conhecimento seria resultado do processo de aprendizagem formal, através da escola, combinada com a experiência de trabalho coletivo e a convivência entre as pessoas como acrescentam:

O intercâmbio de conhecimentos e de experiências na convivência do dia-a-dia deixa como lição maior a amizade, o sentido de dividir tarefas e o aprendizado coletivo, que faz modificar o pensamento porque a formação nos mostra com clareza o caminho certo e o companheirismo de pessoas que trabalham por seus ideais. (MST, 2002)

Já começamos a perceber um pouco a diferença entre a preocupação teórica e prática do movimento rural na primeira metade do século XX e nas últimas décadas. O

---

<sup>6</sup> Objetivos gerais do MST.

“Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, boletim de informação e formação do movimento, dos meses de agosto/setembro de 2002, apresentou as seguintes matérias: “Famílias de Sem Terra ocupam Aracaju no Dia do Trabalhador Rural” e “7 anos de lutas e conquistas”, numa alusão à luta dos trabalhadores para atingirem seu objetivo principal que seria a posse da terra.

Não obstante, o mesmo jornal também publicara: “Começa o Curso de Magistério da Reforma Agrária em São Luís”, que nos chamou mais atenção por dizer o seguinte:

Participaram 180 educandos e educandas da Associação em Áreas de Reforma Agrária do Maranhão (ASSEMA) e do MST. Esse curso faz parte do Programa de Alfabetização de Jovens e adultos em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA) e é de uma parceria com a Universidade Federal do Maranhão (MST, 2002)

O método de ação do Movimento dos Sem Terra deu sinais de mudanças efetivas em sua concepção política sobre a relação com o poder institucionalizado pois, mesmo sendo discriminado por uma parte da sociedade, conseguiu realizar um convênio com uma Universidade Pública Federal que era subordinada ao governo Fernando Henrique, seu principal inimigo político. A matéria continuava, usando dados estatísticos:

Esta é uma grande vitória para o Estado, pois na maioria dos assentamentos, as escolas funcionam apenas da 1ª a 4ª séries do 1º grau. Aproximadamente 35% das crianças não recebem material e merenda escolar. Como é quase inexistente o pré-escolar, a criança começa a estudar, no melhor dos casos, com sete anos de idade. Ao concluir a 4ª série do 1º grau, geralmente aos 11 ou 12 anos, encerra-se a vida escolar da grande maioria dos jovens camponeses. Pouquíssimas são as famílias que conseguem enviar seus filhos às cidades próximas para continuarem seus estudos. (MST, 2002)

Notamos que, assim como Julião, o movimento lançou mão de dados disponíveis pelos órgãos oficiais, considerados verdadeiros, mas que são dispostos de forma a orientar uma certa visão da realidade própria dos movimentos sociais. Enquanto a visão oficial preocupou-se friamente com os dados, utilizando-os de maneira meramente estatística e apassivadora, os movimentos encontraram neles aliados para sustentação de suas propostas de transformação da realidade.

O jornal, além de abordar temas sobre a conjuntura opinando, também trouxe matéria onde tratou de assunto ligado ao que falamos no capítulo primeiro sobre a relação



capital *versus* trabalho criticada no marxismo. Dizia o informativo em sua manchete: “Capital e trabalho: as duas faces da farsa eleitoral.” E no corpo da matéria trazia:

As eleições são um poderoso instrumento da manutenção da ditadura do capital sobre o trabalho. Periodicamente, a população é chamada a preencher, através do pleito direto, os cargos executivos e legislativos. É como se, de tempo em tempo, o futuro da sociedade fosse colocado nas mãos da própria sociedade. (...) Do nascimento à morte, a vida do trabalhador é organizada para que se convença das razões e confie nos representantes dos grandes proprietários. Na família, escola, igreja, trabalho, diversão etc., aprende a temer e a admirar os poderosos. Vivendo num mundo invertido, crê ser normal equilibrar-se com dificuldade sobre as mãos, em vez de caminhar facilmente sobre os pés (MST, 2002)

O mesmo jornal também apresentou uma entrevista com o professor Samir Amin, que falou da política dos Estados Unidos para o mundo, mostrando que as lutas locais por Terra não poderiam suprimir as demandas globais, aliando o específico ao universal sem, no entanto, colocá-los em confronto mútuo, confirmando o que dissemos sobre os movimentos sociais. Ao final dos anos 90, esses movimentos estariam mais amadurecidos em termos de participação e conhecimento da realidade, procurando combinar as lutas localizadas, específicas com demandas generalizadas e universais, aumentando a corrente de solidariedade entre os movimentos.

O informativo também falou dos “8 anos de FHC” numa alusão ao mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, apontando a ineficácia e incoerência da administração federal.

Um destaque de reconhecida relevância deveria ser dado ao Encontro Nacional de Agroecologia (2002), que foi um encontro onde 1.100 pessoas discutiram “temas como o acesso aos recursos naturais, reforma agrária, recursos genéticos e transgênicos, desenvolvimento local sustentável, geração e apropriação social do conhecimento agroecológico e acesso aos mercados”. As discussões feitas nesse encontro surpreenderam a todos pela forma como o movimento dominava determinadas áreas de conhecimento como, por exemplo, o caso da medicina natural.

O conteúdo político observado durante a investigação sobre os movimentos sociais, através desses exemplos, revelou que dois elementos estiveram presentes o tempo inteiro: o conflito entre classes sociais e ideologia. O conflito de classes, afeto à história da

humanidade mas só definido enquanto tal por Marx, pareceu ser o impulsionador das lutas dos movimentos da mesma maneira que Marx denominou como “motor da história”, flexionando a parte oprimida para uma tentativa de “superação” da situação de opressão a partir de conquistas localizadas.

A ideologia, por sua vez, segundo Moacir Gadotti (2001) serviria para “ocultar” e “distorcer” a realidade a fim de manter a condição de dominação exercida por uma das classes. O marxismo teria em uma de suas fontes, como diria Lenin (1987), a ideologia alemã, ou seja, as idéias construídas pela filosofia alemã seria um dos tripés da doutrina marxista junto com a economia política inglesa e o socialismo francês. Ela também era comumente confundida como posição política de determinada classe social e, nos movimentos, fazia parte do discurso militante dizer: “temos nossa própria ideologia”. Foi em sua obra *A ideologia alemã* que Marx e Engels propuseram que a vida determina a consciência e não o inverso. Mas esse é um outro debate...

A natureza do conhecimento produzido pelos movimentos sociais, em nosso entendimento, ficou evidente nos paradigmas apresentados, diferenciando-se de outros tipos de conhecimento pelos instrumentos utilizados em sua construção e pela linguagem pouco erudita, mas popular e acessível. Assim, procuramos demonstrar que o conhecimento, socialmente referenciado nos movimentos sociais, revela-se uma importante ferramenta agregadora de pessoas, formador de opinião, politicamente posicionado e solidamente constituído.

## CAPÍTULO IV

### A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTO SOCIAL E CONHECIMENTO

Esse capítulo falou sobre a questão principal da dissertação que foi a possibilidade de construção do conhecimento pelos movimentos sociais, dedicando-se quase exclusivamente a analisar a possibilidade de os movimentos produzirem conhecimento e qual a natureza desse conhecimento, que seja capaz de organizar sua intervenção sobre o real com vistas a transformá-lo. Utilizamos, no capítulo anterior, documentos de alguns movimentos para exemplificar a natureza de sua produção teórica e a propagação de seus valores e concepções através de seus veículos de comunicação com seus representados e a população em geral.

Entretanto, tomou-se relevante para o bom desempenho de nosso trabalho elencar alguns pressupostos que estariam norteando o debate metodológico em torno dessa questão: 1- o conhecimento foi estudado a partir da ótica de uma sociologia do conhecimento; 2- à medida que não há ainda consenso de que as ciências da sociedade tenham um estatuto epistemológico válido em torno dos critérios utilizados para uma sociologia do conhecimento, o resultado de toda pesquisa estaria tendendo a uma determinada posição; 3- a dimensão social do conhecimento não se confundiria com a dimensão científica do movimento social a não ser pelos pontos comuns: o homem e a sociedade.

Sendo assim, estaríamos entendendo a produção do conhecimento como um processo de construção de saberes desenvolvidos por pessoas que se organizariam em sociedade, sob formas determinadas e em determinadas condições de vida, a partir de determinadas elaborações anteriores. Dessa maneira, o conhecimento novo, surgido ao acaso, seria inconcebível. Por outro lado, o conhecimento como redescoberta, ou seja, algo que é trazido à mostra, revela-se verdadeiro.

Pensar em conhecimento durante muitos anos esteve ligado apenas à academia, à cátedra. Somente a partir da modernidade, com o nascimento de disciplinas como sociologia e antropologia, encontramos uma aproximação da produção do conhecimento baseada na realidade social e voltada para temas que envolvessem as demandas sociais por melhoria das condições de vida.

Claude Chrétien afirmou que “o conhecimento científico é epistemologicamente determinado pelas intenções sociais, pelos critérios da verdade e pelo erro, sendo eles também sociologicamente relativos” (1994:88) o que significaria dizer que além de estar enraizado socialmente, sua origem já estaria determinada pelos objetivos que os indivíduos sociais, coletivamente, definiriam, ou seja, haveria um elemento que condicionaria socialmente a pesquisa científica. A pergunta científica já teria sua própria resposta ao ser formulada.

A produção do conhecimento, portanto, não poderia ser analisada descolada de sua utilização, pois o uso que se faria do conhecimento não poderia estar diametralmente em oposição à sua produção, mas seria parte integrante da mesma. E, se esse conhecimento, como disse Chrétien (1994), “é determinado pelas intenções sociais”, compreenderíamos que sua demonstração prática poderia estar determinada também pelas mesmas intenções.

Mas, se o conhecimento é uma determinação social, o que faria um cientista isolado em um laboratório ? Ele estaria ali testando uma experiência inédita ? Quando, por exemplo, Albert Einstein descobriu que poderia se retirar energia do núcleo do átomo de determinado elemento químico, através da fórmula  $E=mc^2$ , ele talvez tenha sistematizado um conjunto de informações de experiências anteriores que lhe permitiram chegar a essa conclusão. Será que ele sabia dos resultados de sua descoberta ? Por que ele ofereceu a fórmula aos Estados Unidos ? Somente para que derrotassem os nazistas ? Poderíamos dizer, então, que sua dedicação à física tinha um conteúdo político ? Talvez o cientista estivesse tentando encontrar respostas para perguntas que fez antes de começar sua experiência, sabendo o que possivelmente iria encontrar. Ele não poderia ser visto como um “ser” afastado do mundo, pois estaria ligado ao mundo e, certamente, sua experiência adveio de uma observação da realidade onde a hipótese levantada poderia ir além do observado, em desvendar os segredos do que se encontra oculto, assim como a ciência, segundo Alan Chalmers (1994), não poderia ser apenas conhecimento empírico e comprovação, mas também dependeria de fatores políticos e sociais.

Um exemplo que pôde ilustrar bem essa discussão foi dado no primeiro capítulo de nosso trabalho, onde um dos responsáveis pelo nascimento da ciência moderna, Galileu Galilei, ao propor que se visse através do telescópio a comprovação de sua tese (e de Copérnico) foi interpelado por membros de elevada hierarquia da Igreja Católica dizendo

que a observação humana era “limitada e imperfeita”, procurando desacreditar os estudos do cientista. Vários elementos estavam implicados nesse episódio, como, por exemplo, o medo do novo, da mudança, e a concentração de poder na tradição católica, haja vista que a Igreja funcionava como um Estado paralelo, com leis próprias e os cardiais conselheiros do Rei. Galileu foi obrigado a negar sua teoria para manter-se vivo, diante da inquisição.

E não foram somente a física ou a matemática responsáveis por estudos de fenômenos a serem desvendados. Émile Durkheim procurou responder porque numa determinada sociedade haveria tantos suicídios; Weber estudou, dentre outras questões, a influência da ética protestante para a consolidação do capitalismo; e Marx investigou a transformação da mercadoria em relação social de produção. Todos os autores, desde as ciências exatas até as humanas partiam de um determinado objeto: a sociedade. Ela poderia ser considerada, sob determinados aspectos, ponto de partida e de chegada do conhecimento.

Foi esse pensamento que orientou a possível similaridade com que trabalhamos entre a produção de conhecimento e os movimentos sociais, à medida que haveria, tanto por parte da ciência como por parte dos movimentos sociais, um método característico de análise que levaria em conta a realidade e a proposição de modificação da mesma.

Nossa investigação, ao examinar os documentos produzidos pelos movimentos sociais, identificou duas possibilidades: 1- Os movimentos apenas reproduziriam o real de forma política sem alterações substanciais; ou 2- Os movimentos extrairiam da realidade o que entendessem de maior relevância e produziriam novas interpretações do real propondo modificações.

Na primeira hipótese, teríamos o movimento social dentro de uma perspectiva positivista evolucionista, ou seja, assimilariam o contexto social em que se encontrariam de forma passiva, aceitando suas contradições e seus conflitos como naturais, o que acarretaria, uma prática meramente coadjuvante da realidade, sem intuito de interferência ou modificação da mesma. Essa categoria de pensamento entenderia que as mudanças se concretizariam natural e necessariamente tal como o sol nasce e se põe todos os dias.

A segunda forma hipotética dos movimentos faria mais sentido ao nome “movimento”, quer dizer, deixaria a condição estática de observadora apenas e passaria a personagem principal da peça em curso. Esse movimento estaria dentro de um paradigma

marxista da luta de classes como “motor da história”, compreendendo, entretanto, que a vitória nos conflitos se daria pela “correlação de forças”, ou seja, pelo grau de “organização” e “mobilização”, combinado com o número de pessoas envolvidas de cada lado e a repercussão que o conflito poderia vir a tomar.

Muitos chegariam a comparar determinadas lutas sociais com guerras militares, sustentando que cada grupo poderia ser visto como um exército. Neste sentido, também haveria divergência com relação às conquistas, pois uns achariam que para derrotar um exército seria preciso um igual ou superior, outros entenderiam que a qualidade poderia suprir a quantidade, em determinadas situações, podendo ser vitoriosa.

Em ambas as opiniões um elemento marxista estaria presente, como salientou Ana Maria Doimo (1995) ao desenvolver um capítulo falando dos “sujeitos da própria história”, frase utilizada pela tendência movimentalista dos anos 70/80, mas que foi cunhada por Marx em *O 18 Brumário*: “Os homens fazem sua própria história” (1978:329). Só que o filósofo acrescentaria ao mesmo texto que as pessoas não escolheriam a forma de fazerem a história, mas a fazem sob circunstâncias “com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (1978:329).

Ao nos reportarmos ao capítulo anterior, no caso das Ligas Camponesas, por exemplo, notamos que o documento estudado partia de uma realidade específica, em um contexto histórico determinado, apresentava uma leitura daquela realidade confluyente com os interesses de quem conduzia o movimento e propunha um leque de ações políticas práticas e alternativas de transformação da situação vigente que atendesse aos anseios da comunidade afetada. As teses de Francisco Julião apontaram um caminho para se chegar a uma sociedade diferente da que se estava vivendo.

Constituíam-se, assim, numa elaboração teórica a respeito da realidade prática que tinha por objetivo implantar um novo sistema econômico que levasse em conta a produção agrícola do pequeno proprietário, diferente da política apresentada pelo governo da época.

De outra forma, o MST falaria a mesma coisa em seu documento. Porém haveria algumas diferenças que deveriam ser pontuadas: 1- O momento histórico vivido pelo Movimento dos Sem Terra era diferente do das Ligas, no tempo e no espaço. As estruturas agrárias, como vimos, não eram as mesmas na década de 60 e nos anos 90, além do que o material usado para divulgar tais idéias pelo MST teriam maior qualidade jornalística e

gráfica do que o documento escrito por Julião; 2- O discurso usado pelas teses camponesas de meados do século passado era direto com uso freqüente da palavra “radical”, enquanto o MST dispôs de técnicas modernas de comunicação, com um discurso indireto, servindo-se de temas conjunturais para transmitir sua mensagem de transformação social.

No entanto, ambos construiriam uma elaboração teórica que poderia ser comparada, grosso modo, ao método “tese-antítese-síntese”, ou também à proposta de Paulo Freire para análise da realidade, como o conhecido método “ver-julgar-agir” utilizado pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica nos anos 80.

O documento do MST seria paradigmático dessa opinião, pois postularia, num de seus artigos que “As eleições seriam um poderoso instrumento da manutenção da ditadura do capital sobre o trabalho” (MST, 2002). Com esta afirmação ele estaria conceituando, do seu ponto de vista, o que seria eleição, estabelecendo uma ligação com a realidade – o processo eleitoral em curso no ano de 2002 – e temperaria com um elemento de análise marxista ao invocar a contradição capital *versus* trabalho.

Se o movimento rural pôde ser compreendido por esse ângulo teórico-conceitual a partir do estatuto do conhecimento como sendo socialmente construído, o movimento urbano-sindical teria os mesmos elementos identificadores. Ao examinarmos as “Resoluções” do Congresso da CUT, encontramos similaridades metodológicas com as teses de Julião, guardadas as devidas proporções de tempo e espaço. A arrumação parecia ser a mesma e a mensagem identificar-se-ia com as propostas difundidas pelas Ligas Camponesas ao recorrer ao discurso direto e objetivo de caracterização da realidade, com doses de marxismo do tipo “não devemos alimentar a ilusão, que a burguesia e os setores reformistas tentam passar aos trabalhadores” ou da frase “caráter burguês da política econômica e social do governo”.

Percebemos nas teses das Ligas e nas resoluções da CUT uma perspectiva mais universalista, de ênfase no geral, na visão de mundo que parte da análise do todo para deliberar sobre a parte envolvida. A atuação dos sindicatos estaria condicionada à análise que os mesmos faziam sobre a realidade

Por exemplo, ao afirmar que “os trabalhadores que ainda têm ilusões sobre o que fará a Constituinte pouco a pouco verão essas expectativas frustradas” (1986:16) o Congresso da CUT fez uma certa leitura da realidade, indicando que o processo

Constituinte era enganador e nocivo à população, e deliberou: “direcionar a nossa intervenção para esgotar o mais rápido e profundamente esta experiência e trabalhar para que os poucos parlamentares comprometidos com os trabalhadores façam o mesmo” (1986:16). Ao propor o “esgotamento” a CUT de São Paulo estava defendendo que a ação sobre o real deveria estar coerente com sua leitura, o que a fez sugerir, mais adiante, aos parlamentares progressistas que se recusassem a “assinar e legitimar uma Constituinte que estará, antes de mais nada, reafirmando o direito à exploração dos trabalhadores, os interesses fundamentais da burguesia.” (1986: 22).

O texto das resoluções do Congresso da CUT da Grande São Paulo expôs, em sua primeira página, um quadro sintético da “evolução das greves” nos anos de 1985 e 1986, nos meses de janeiro a agosto, utilizando dados originários dos próprios sindicatos, do governo e da mídia. Observamos que a visão de mundo proposta não estava estanque, jogada à própria sorte, mas era alimentada por números que sustentariam o discurso da direção da Central dos Trabalhadores.

Ao quadro com a apresentação do quantitativo de trabalhadores envolvidos nas greves nos dois anos (85 e 86), segue-se uma avaliação que dizia: “Isto representa uma enorme responsabilidade para a vanguarda” (1986:3).

Os sindicatos estariam invocando a filosofia leninista de vanguarda revolucionária? O próprio Lenin escreveu, em seu texto *O que é marxismo*, que “Só o conhecimento objectivo do conjunto de relações de todas as classes, sem excepção, de uma dada sociedade e, por conseguinte, o conhecimento do grau objectivo de desenvolvimento desta sociedade e das relações entre ela e as outras sociedades, pode servir de base a uma tática justa da classe de vanguarda” (1987:22).

Maria da Glória Gohn, à propósito de elencar os principais paradigmas presentes nos movimentos sociais, afirmou que Lenin preconizava “a necessidade de uma direção ao movimento de massa, proveniente de fora dele, advinda dos quadros partidários, formada entre as elites das vanguardas e operários e intelectuais” (1997:180). Para ilustrar melhor ainda essa assertiva, transcrevemos a frase seguinte do texto das resoluções do Congresso da CUT: “Há energia de luta entre os trabalhadores, mas falta direção política para enfrentar a burguesia” (1986:03), ou seja, os trabalhadores reunidos em congresso reconheceram que não estavam suficientemente preparados para disputarem forças com a



classe dominante, pois não dispunham de um instrumento fundamental que era a *direção política*.

As propostas de mudanças sociais passavam por “redução da jornada de trabalho”, “aumento de salário”, “estatização do sistema financeiro”, “reforma agrária sob controle dos trabalhadores” e “unir a cidade e o campo”. Essas bandeiras sintetizariam, em parte, o conteúdo das análises sobre a realidade e apontariam o que fazer para modificá-la.

Do mesmo modo, o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, ao editar uma revista, sistematizou toda a sua carga de conhecimento sobre a situação porque passavam os trabalhadores indicando possíveis soluções para as demandas apresentadas. As matérias tinham um teor corporativo-reivindicativo como, por exemplo, “correção do FGTS”, mas também apresentavam demandas gerais e de solidariedade como “para o mercado, negros valem menos”, “Palestina em luta” e “O que tem por trás do apagão”.

O informativo do sindicato revelou, em nossa opinião, que os temas específicos foram relevantes para estabelecer um primeiro contato com a categoria, mas ao mesmo tempo, houve uma necessidade de desenvolver temáticas que fugissem ao cotidiano sindical, imputando aos seus elaboradores a tarefa de colher informações e repassá-las com análise crítica. Assim, temas como o dos negros e da Palestina, que estão situados na esfera da luta anti-racial, estiveram cada vez mais presentes num universo maior de movimentos, excluídos os próprios de raça e etnia.

Como observamos anteriormente, segundo Ana Maria Doimo (1995), os Novos Movimentos Sociais, próprios dos anos 70 e 80, advieram das mudanças na matriz econômica, principalmente na Europa, resultantes da “desmistificação dos regimes socialistas do Leste e a sucessiva erosão dos esquemas teóricos marxistas” (1995:40). Dessa maneira, movimentos como os de gênero, pacifistas, ecológicos e nacionalistas seriam considerados como “novos” movimentos sociais, tomando o espaço dos “velhos” movimentos baseados na identidade operária e economicista.

Embora não se possa de forma alguma generalizar, pudemos perceber uma certa tendência a criar uma rede solidarística entre os movimentos que os levou a falar uns dos outros de forma positiva e defensiva. Nesse sentido, o final dos anos 90 assistiu ao crescimento das lutas populares no Brasil, com a intensificação de debates inter-

movimentalistas, ou seja, os sindicatos falavam da luta dos negros e o movimento anti-racismo falava da luta dos sindicatos, por exemplo.

Foi sob essa ótica que entendemos o informativo produzido pelo STU de Campinas e pelo MST, não só quando abordaram temas específicos de suas lutas, mas também quando recorreram a temas gerais ou de outras áreas, fato que atingiria os seus representados não necessariamente no ambiente de trabalho ou no campo, que seria o espaço de atuação das entidades representativas. Percebemos a elaboração desses setores organizados da sociedade valendo-se de ambas perspectivas: universalistas e específicas, sem jargões “vanguardistas” ou “espontaneistas”, mas portadores de um novo modo de fazer movimento que passaria por uma combinação entre todos esses fatores.

Em nossa investigação, notamos que o discurso político-ideológico era intermitente, aliando a análise da realidade com os objetivos pré-definidos. De acordo com Michael Löwy (1994), haveria uma diversidade de concepções sobre ideologia que, muitas vezes, até se contradiziam, mas ele preferiu trabalhar com o termo cunhado por Mannheim de “ideologia total” cujo significado apontaria que “a perspectiva de conjunto, a estrutura categorial, o estilo de pensamento socialmente condicionado - que pode ser ideológico ou utópico -, é o de visão social de mundo” (1994:12). Segundo ele, essa visão social de mundo representaria um determinado “ponto de vista socialmente condicionado” (1994:13), ou seja, haveria uma ligação com posições sociais representantes de interesses de classes ou grupos. Löwy (1994) esteve interessado em discutir as relações das visões sociais de mundo com o conhecimento, ditadas pela ideologia e utopia dentro do contexto das ciências sociais.

Qual foi a similaridade entre o conhecimento e os movimentos sociais? Em ambos abordamos os mesmos autores. Quando falamos de conhecimento ou de movimentos sociais, falamos de marxismo, Weber, Durkheim, Gramsci, pois conhecimento e movimentos sociais não estariam no plano da natureza como uma pedra ou uma árvore que existem independente da vontade dos homens. Conhecimento e movimentos sociais existem porque a humanidade existe como formuladora de conhecimento e participante de movimentos.

Acrescentamos a essa idéia, o que disse Claude Chrétien em sua obra: “A prática que fundamenta o conhecimento científico e garante sua objetividade é portanto,

simultaneamente, atividade histórica e social dos homens, trabalho técnico e científico, luta de classes (...)” (1994:134). Seria essa a relação entre os movimentos sociais e conhecimento que, em nossa opinião, os princípios representariam uma “prática histórica” que elaboraria questões sobre o mundo real, a partir de uma visão de mundo (ideologia) com experiências anteriores e com objetivos futuros.

## CONCLUSÃO

A investigação bibliográfica que fizemos, apesar de limitada pelas condições que todo ser humano dispõe ou não, pôde enriquecer o repertório dos debates sobre a natureza dos movimentos sociais e sua objetividade científica, não só como objeto de pesquisa, mas como sujeito histórico. Não acabamos, apenas iniciamos nosso desafio para uma longa jornada. Foi impossível e nem seria desejável esquecer o lado militante para falar de algo que vivemos, como se tivéssemos que agir como o Barão Münchhausen.

Infelizmente (ou felizmente) a modernidade não conseguiu responder a todas as questões, inclusive sobre o próprio conhecimento. O debate instaurado entre idealistas e materialistas já dura séculos e parece não ter fim. De fato, as contribuições dos clássicos como Marx, Weber, Kant e outros trouxeram inovações no processo de construção do conhecimento que se refletiram na maneira de agir do homem moderno, inaugurando uma nova prática, a práxis social. Diferentemente de filósofos que representam a continuidade de Bacon e Descartes, Marx conseguiu estabelecer um marco divisório de uma nova era, onde teoria e prática seriam inseparáveis.

Os movimentos sociais foram alimentados por esses paradigmas, criadas algumas vertentes de um ou outro pensamento, mas conservando sua essência. Ao analisarmos os movimentos sociais vimos que de tempos em tempos voltaríamos às mesmas discussões, fundadas na disputa interna e externa. Internamente, cada grupo político apresentando suas elaborações teóricas e propondo saídas, caminhos que levem ao atendimento das reivindicações, geralmente contra governos autoritários e anti-democráticos, ineficazes na definição de políticas públicas voltadas para a população carente. Algumas vezes os conflitos internos levavam não só a distanciamentos políticos entre os grupos como destruição do próprio movimento, pois a base, alheia aos acontecimentos, não se permitiria distinguir entre o certo e o errado, desconfiada dos dois como lhe é peculiar.

Externamente a disputa se daria pela hegemonia do aparelho de Estado, a partir de conquistas de postos-chaves na estrutura estatal. Os movimentos sociais teriam objetivos imediatos e mediatos, dependendo do grau de participação e de articulação de seus militantes. Assim, as direções de organismos como associações e sindicatos se tornavam cada vez mais importantes, como também serviam como “trampolim” político

para disputar eleições oficiais no parlamento ou mesmo no executivo. O Partido dos Trabalhadores nasceu dessa idéia dos movimentos sociais em chegar ao poder. Seu estatuto, identificado com a linhagem socialista foi modificado ao longo dos anos em que o partido ia amadurecendo e crescendo, ocupando o parlamento, prefeituras e governos de estados importantes. No início, os movimentos sociais eram definidos pelo PT como instrumentos do partido para agitar as massas e conscientizá-las de seu papel transformador.

Os movimentos sociais não poderiam ser definidos teoricamente, senão pela sua prática e pelo seu exemplo na história de lutas do povo brasileiro. Quilombos, Balaiada, Sabinada e outros constituíram-se como movimentos sociais, mas essa denominação é tão recente que os movimentos existentes no Brasil colônia ficaram apenas na memória como resistência ao regime absolutista.

Somente no século XX os movimentos sociais no Brasil tomariam uma dimensão digna de um país como as proporções do nosso. A começar pelos anarquistas do início do século que já chegaram revolucionando o movimento sindical. Os comunistas ligados à Internacional disputavam com os anarquistas o espaço no sindicato e a consciência da população. A proibição da sindicalização na zona rural e a falta total de estrutura que viabilizasse a organização dos trabalhadores manteve o centro das atenções para as cidades que, por sua vez, começavam a crescer devido ao êxodo rural.

A criação do Partido Comunista na década de 20, o *Crack* da bolsa de Nova York e a chegada ao poder de Getúlio Vargas fizeram das primeiras décadas momentos importantes da conjuntura brasileira. O getulismo, com seu populismo, propôs uma legislação sindical que amarrava os sindicatos e dava poder ao Estado de intervir nas entidades, criando também o imposto sindical para atrelar o sindicato ao poder oficial.

Em um curto espaço de tempo o país se industrializou e outros movimentos surgiram como “O petróleo é nosso” e contra a carestia. Veio a ditadura e os sindicatos e partidos de esquerda foram fechados. Iniciou-se o bipartidarismo: de um lado a ARENA e de outro o MDB. Duros 22 anos se passaram até a “abertura”. Não fosse a Igreja Católica com seus movimentos pastorais e a definição dos Concílios de Medellín, Puebla e Vaticano II de “opção preferencial pelos pobres”, muitos mais teriam caído diante dos fuzis dos militares.

Os anos 80 trouxeram crise, recessão e crescimento do movimento social. Triste saber que os movimentos sociais somente conseguiriam se reunir às custas do sofrimento do povo. Mas não era isso, os movimentos permaneciam, as participações é que foram sufocadas e reprimidas. O grito de liberdade estava engasgado na garganta de muitos exilados políticos e presos, anistiados pelo regime. Um novo ciclo começava com formação de associações de moradores, rearticulação da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro – FAMERJ -, movimento pelas diretas Já, movimento por uma constituinte popular e soberana, dentre tantos outros.

Em apenas cinco anos estariam fundados o Partido dos Trabalhadores – PT -, a Central Única dos Trabalhadores – CUT -, e o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Mesmo com a vitória de Tancredo e Sarney no Colégio Eleitoral, em 1986, e a continuidade da repressão aos movimentos, o PT conseguiu eleger mais de 50 prefeitos em 1988, com destaque para Luiza Erundina em São Paulo (que deixaria o partido anos depois). Em 1989, sobre milhares de espectadores, Lula quase chegou ao poder, perdendo para Collor por cerca de 4 milhões de votos, insignificantes diante da quantidade de votos depositados em cada um e da quantidade de abstenções registradas.

Dentre tantas explicações que poderiam ser dadas, falamos no capítulo II da política norte-americana para a América Latina e, em particular, o Brasil que era visto como país democrático e, se a esquerda chegasse ao poder, seria um grande atraso e perigo por causa dos “comunistas”. O programa do Partido dos Trabalhadores propunha a estatização de setores essenciais da economia, saúde, educação, aumento de salários e ampliação de direitos trabalhistas, pontos questionados pelo documento de Santa Fé II.

A derrota de Lula em 1989 deixou o movimento organizado entristecido e órfão. A retomada se daria pela inconseqüente administração de Collor que fora afastado do cargo sob denúncias de corrupção e improbidade administrativa. Os “caras pintadas” saíram às ruas, na maioria estudantes que não eram vistos comandando protestos desde os anos 60 quando, reunidos em torno da União Nacional dos Estudantes, resistiram bravamente ao golpe. Na época a sede da UNE foi uma das primeiras a ser invadida e fechada. As universidades eram vigiadas pelo exército, para que os professores não passassem mensagens consideradas “subversivas” para seus alunos. Tanto Doimo quanto Gohn não

abordaram o movimento estudantil, que entendemos como um dos maiores movimentos sociais do século passado e alvo de todos os governos ditatoriais.

No final da década de 90 as lutas seriam retomadas, com maior potencial de organização e novos modelos de organizações mais maduras e com mais estruturas. Algumas diretorias de sindicatos foram reformuladas, abrindo-se espaço para os aposentados, para representação anti-racismo e para formação política, dando mostras de que o aprendizado do passado foi transformado em conhecimento efetivo da realidade que deveria ser modificada, primeiro por dentro a fim de “arrumar a casa” para que a luta lograsse êxito. Porém, a retomada se dava, novamente, em momentos de crise do sistema e ameaça de recessão, com arrocho salarial e o crescimento vertiginoso da miséria, contando mais de 30 milhões de indigentes no país.

As perspectivas específicas, de temas localizados, estariam ao lado de paradigmas universais, associando a falta de pagamento dos salários com a crise energética ou mesmo o domínio no território palestino com a possibilidade de invasão de nosso país e retorno ao regime militar. Movimentos ecológicos, de mulheres, meninos e meninas de rua, homossexuais e outros estavam sendo melhor aceitos pela sociedade e ganharam força na década de 90 com o refluxo do movimento sindical e popular.

Partindo do discurso do conhecimento científico tradicional – a ciência moderna – consideramos outra possibilidade de produção do conhecimento sobre o real que foi o conhecimento produzido no bojo da dinâmica dos movimentos sociais. Vimos como o nascimento da razão possibilitou o surgimento da ciência moderna que, ao permitir ao homem dominar a natureza e também usá-la a seu favor, fez nascer, também, a crença na ciência como única alternativa para o homem.

O conhecimento foi analisado da seguinte forma: houve uma transformação ao longo dos tempos na visão do homem sobre o real. De uma filosofia contemplativa e submissa à realidade, passamos a um pensamento que intervém no real e propõe mudanças significativas, com a compreensão de que o homem é um “sujeito da história”. A prática dos movimentos sociais permitiria ao homem elaborar sobre a realidade e deliberar sobre seu próprio futuro, num projeto de emancipação humana.

Fruto da sociedade de classes, os movimentos sociais estariam propensos a defender uma determinada classe social que, ao conhecer sua realidade (passado e presente) pode estar mais segura de vencer o medo da dominação e superar a condição de dominada.



## **Bibliografia**

- ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência -- o dilema da educação*. São Paulo, ed. Loyola, 1999.
- ANDERSON, P et al. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir (org.), *Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ARRUDA, Marcos. *A filosofia e metodologia da práxis na Nicarágua Sandinista*. In: Revista de Cultura Vozes, nº 16.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BACON, Francis. *Novum Organum*. Tradução de José Aluísio Reis de Andrade. Versão para eBook. 2002.
- BUARQUE, Cristovam. *Universidade: notas para uma autocrítica necessária*. ADVIR, Nº 6, jul. 1995.
- CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. São Paulo, UNESP, 1994.
- CITAUÍ, M. et alii. *Primeira filosofia*. Lições introdutórias. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 60-81.
- CHRÉTIEN, Claude. *A ciência em ação*. Campinas, SP, Papirus editora, 1994.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 8ª edição, 1980.
- DECARTES, René. *Discurso sobre o método*. Hemus, São Paulo, 1978.
- DÜRKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Os pensadores, Abril Cultural, São Paulo, 1978.

- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular – Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, ANPOCS, 1995.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo, UNESP, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 13ª ed., 1998.
- FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências – Introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo, UNESP, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 17ª edição, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Educação como prática para a liberdade*.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder – Introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo, 12ª edição, Cortez ed., 2001.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo, 2ª ed., Cortez Ed. e Instituto Paulo Freire, 1995.
- GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, edições Loyola, 1997.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia – o que é sociologia ?*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 12ª ed., 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais – O princípio educativo*. In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 2, 2000.
- HARNECKER, Marta. *O sonho era possível – A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo, MEPLA/Casa América Livre, 1994.
- HELMAN, Susan J. *O methodenstreit e a sociologia do conhecimento alemã. Hermenêutica e sociologia do conhecimento*. Lisboa, edições 70, 1986.

- HENRY, John. *A revolução científica e as origens da ciência moderna*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX de 1914 a 1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª edição, 1996.
- JAPIASSU, Hilton. *As paixões da ciência – Estudos de história das ciências*. São Paulo, Letras & Letras, 2ª ed., 1999.
- \_\_\_\_\_. *Francis Bacon, o profeta da ciência moderna*. São Paulo, Letras e Letras, 1995.
- KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba, SP, UNIMEP, 1996, PP. 440-500.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da razão pura*. São Paulo, ed. Acrópolis, versão para eBooks, 1999.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética – A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O futuro da filosofia da práxis – o pensamento de Marx no século XXI*. 2ª ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- LENIN, V. I. *O que é marxismo*. Rio de Janeiro, 70 anos de revolução russa, 1987.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Os pensadores.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão Münchhausen – Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cortez ed., 5ª ed. revista, 1994.
- MARCONDES, Danilo. *As origens do pensamento moderno e a idéia de modernidade*. Iniciação à história da filosofia. Rio de Janeiro, Zahar ed., 1997, pp. 139-157.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 2ª ed., 1978, pp. 01-48.

- \_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política. Os pensadores.* São Paulo, Abril Cultural, 2ª ed., 1978, pp. 101-132.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Os pensadores.* São Paulo, Abril Cultural, 2ª ed., 1978, pp. 323-404.
- \_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach).* São Paulo, Hucitec, 9ª ed., 1993.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Considerações sobre Formação: o papel dos sindicatos.* Texto avulso, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil.* Texto avulso, 1999.
- MORA, José Ferrater. *Conhecimento.* Dicionário de filosofia. 537-545.
- PIOTTE, J. M. *La ideologia.* In: El pensamiento político de Antonio Gramsci. Ed. Cadernos de cultura revolucionaria, 1ª edición. Octubre, 1973, pp. 109-125.
- \_\_\_\_\_. *El estado.* In: El pensamiento político de Antonio Gramsci. Ed. Cadernos de cultura revolucionaria, 1ª edición. Octubre, 1973, pp. 109-125.
- PLATÃO. Seleção de textos. *Os pensadores.* São Paulo, Abril Cultural, 2ª ed., 1983.
- PLEKHANOV, Guiorgui V. *O papel do indivíduo na história.* São Paulo, ed. Expressão Popular, 2000.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social.* Os pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 5ª ed., 1991.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.* Os pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 5ª ed., 1991.
- SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo as políticas sociais no Estado Democrático.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. *Descartes, a metafísica da modernidade.* São Paulo, coleção logos, ed. Moderna, 1993.

- THIOLLENT, Michel. *Sobre a enquete operária*. In: *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, ed. Polis, 1982, pp. 101-126.
- VAITSMAN, Jeni. *Subjetividade e paradigma do conhecimento*. In: *Boletim Técnico do Senac*, 1995, pp. 3-9.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 8ª ed., 1994.
- WEBER, Max. *Filiação religiosa e estratificação social*. In: WEBER, Max (org.) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1985, pp. 01-51.
- \_\_\_\_\_. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. In: *Grandes Cientistas Sociais*. COHN, Gabriel (org.). Tradução de Amélia Conh e Gabriel Conh. 3ª ed., São Paulo, ed. Ática, 1986, pp. 79-127.

## APÊNDICE

Cartilhas:

O Pacotão – acredite se quiser. 2ª edição. FASE. 1986.

Análise de estrutura e conjuntura. 2ª edição. FASE. 1985.

Nem Monarquia, Nem presidencialismo, nem parlamentarismo. 3º encontro sobre a Democracia Direta. Fortaleza-Ce. 1992.

O poder do seu voto – seu voto pode mudar tudo. INESC e CECIP. 1994.

Para onde vai o seu dinheiro ? Mandato do vereador Artur Messias – PT/Nova Iguaçu. 1994.

Resoluções sobre o 3º Congresso da CUT. 1986.

Cidadania no parlamento – Discurso e propostas. Mandato do Dep. Federal Milton Temer PT/RJ. 1995.

Pão para quem tem fome. Campanha da Fraternidade. CNBB. 1985.

O poder do voto. Diocese de Barra do Pirai-RJ. Equipe de formação. 1988.

Sindicalismo, escravidão, movimento de mulheres, índios. Cadernos do CEAS. Salvador-BA. 1989.

Sem valorização do servidor, não pode haver serviço público de qualidade. Fórum permanente das carreiras e categorias típicas do Estado. 1996.

Cartilha da Constituinte. CPO/IDAC. 5ª edição. 1985.

Los Cristianos y la revolucion en Nicaragua-dez años despues. Rafael Aragon Marina, OP. Hna. Luz Beatriz Arellano, OSF.

Reflexões sobre o plebiscito. Sindicato dos petroleiros de São José dos Campos. 1993.

Organizações populares na Baixada. Caderno do CESIP. 1989.

A situação do menor no meio popular. Caderno do CEAC, nº 10. 1992.

Eleições 89, para quem apontam os movimentos populares ? CESIP. 1989.

Luta de classes na América Latina. Coleção experiências de luta de emancipação do proletariado. 1986.

O futuro do socialismo. Ernest Mandel. Democracia Socialista. 1991.

A Constituição e os Trabalhadores. DIEESE-EDUCAÇÃO SINDICAL. 1985.

PT, alternativa de governo ou de poder político. Coletivo de campanha de Artur Scavone – SP. 1992.

Massacre na Santa Elmira. Gabinete do Dep. Federal Antônio Marangon, PT/RS. 1989.

Programa e Governo do PT. 2002.

#### Revistas:

Ponto de Vista. Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp-SP. 2001.

Teoria e Debate. Fundação Perseu Abramo.

Advir. Associação dos Docentes da UERJ.

#### Jornais:

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal Rural-RJ.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores nas Universidades Públicas Estaduais-RJ.

Jornal do Sindicato dos Bancários-RJ.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Meio-Ambiente-RJ.

Jornal da Associação dos Docentes da UERJ.

Jornal da Federação das Associações de Moradores- RJ.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal- RJ.

Jornal da Associação dos Servidores do PRODERJ.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores na Saúde, Trabalho e Previdência-RJ.

#### Páginas na internet:

Sítio virtual da Escola 7 de outubro. Belo Horizonte-MG.

Sítio virtual do MST.

Sítio virtual do PT.

Sítio virtual do Núcleo Piratininga de Comunicação.

Sítio virtual da CUT.